



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – ELA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESTUDOS  
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS – (PPGECSA)

**O ALINHAMENTO GEOPOLÍTICO DO BRASIL E SEUS IMPACTOS  
NAS POLÍTICAS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS DE HAITIANOS E  
VENEZUELANOS NO PAÍS**

**Elcy Gomes Pereira Filho**

**Brasília – DF**

**2023**

ELCY GOMES PEREIRA FILHO

**O ALINHAMENTO GEOPOLÍTICO DO BRASIL E SEUS IMPACTOS  
NAS POLÍTICAS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS DE HAITIANOS E  
VENEZUELANOS NO PAÍS**

Dissertação final apresentada a Universidade de Brasília,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos  
Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA), como parte das  
exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva

Brasília, 27 de setembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva (ELA/UnB)**  
**Presidente**

---

**Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero (ELA/UnB)**  
**Membro Interno**

---

**Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (ELA/UnB)**  
**Membro Interno (Suplente)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico (UEPB)**  
**Membro Externo**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**Aos meus pais**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, este amigo de todas as jornadas.

A minha família, nas figuras de meu pai Elcy e de minha mãe Edir, exemplos de vida e amor incondicional, que com suas sabedorias continuam me ensinando a viver.

A Martha, minha companheira, pela compreensão dos momentos em que estive ausente.

Ao Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva, do Departamento de Estudos Latino-americanos, para além de orientador, um Mestre. Agradeço a tranquilidade, a reponsabilidade, o respeito e as orientações sempre firmes e seguras, fundamentais na consecução deste trabalho.

Aos professores: Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico, Dr. Crísthian Teófilo da Silva e, Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero por aceitarem participar e contribuir com suas experiências nesta etapa final do meu mestrado.

Aos professores vinculados ao Departamento de Estudos Latinos com quais tive a honra de conviver e que me ensinaram tantas novas visões de mundo.

Às colaboradoras Cecília e Raquel, do Departamento de pós-graduação, o suporte sempre tempestivo as nossas demandas.

A todas as pessoas com as quais tive o prazer de conhecer ao longo desta jornada e que, de certa forma deixaram suas marcas na construção deste trabalho, a elas meu sentimento de gratidão.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o alinhamento geopolítico ocorrido no Estado brasileiro na última década (2011-2020) e seus impactos nas políticas de fluxos migratórios. O argumento norteador da pesquisa é que as políticas de fluxos migratórios neste recorte temporal acham-se vinculadas a interesses e alinhamentos geopolíticos do Brasil na arena global. No campo das migrações Sul-Sul, a década seria uma das mais profícuas dentro dos estudos de mobilidade humana e o Brasil se colocaria como um dos principais destinos dos novos fluxos migratórios. A partir do sismo de 2010, a migração haitiana para o país se intensificaria a ponto daqueles fluxos passarem a ocupar a primeira posição no mercado de trabalho formal ainda em 2013. Não obstante, por motivos da instabilidade econômica, política, social ocorrida após a morte de Chávez, o Brasil passaria a ser um dos principais destinos de migrantes venezuelanos a partir de 2015. Nesta senda, verifica-se que as políticas migratórias nos governos progressistas de Lula e Rousseff foram pautadas em defesa do protagonismo do país como um *global player*. Em contrapartida, fruto de seu alinhamento com os EUA, Bolsonaro facultaria a entrada de mais de 400.000 migrantes venezuelanos durante seu governo.

**Palavras-Chave:** Migrações Internacionais – Migrações Sul-Sul – Alinhamento Geopolítico – Migração Haitiana – Migração Venezuelana

## ABSTRACT

The present study aims to analyse the geopolitical alignment that occurred in the Brazilian State and its impacts on migration flow policies over last decade (2011-2020). The research's guiding argument is that the policies of migratory flows throughout this period are linked to interests and geopolitical alignments of Brazil in the global arena. In the field of South-South migrations, the decade would be one of the most fruitful in human mobility studies and Brazil would stand as one of the main destinations of new migratory flows. From the 2010 earthquake, Haitian migration to the country would intensify to the point that those flows would occupy the first position in the formal labour market in 2013. In contrast, due to economic, political and social instability that occurred after Chávez's death, Brazil would become one of the main destinations for Venezuelan migrants from 2015 onwards. In this way, the migration policies in the progressive governments of Lula and Rousseff were guided by defense of the country protagonism as a global player. On the other hand, as a result of his alignment with the US, Bolsonaro would allow the entry of more than 400,000 Venezuelan migrants throughout this government.

**Keywords:** International Migration - South-South Migrations – geopolitical alignment – Haitian Migration – Venezuelan Migration

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- ACO** – Ação Civil Ordinária
- AD** – Ação Democrática (Partido Político Venezuelano)
- ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- OBMigra** – Observatório das Migrações
- CELAC** – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CNE** – Conselho Nacional Eleitoral (Venezuela)
- CNIg** – Conselho Nacional de Imigração
- CONARE** – Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça
- COMIGRAR** – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
- COPEI** – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Partido Político Venezuelano)
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CTPS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- CVP** – Companhia Venezuelana de Petróleo
- DH** – Direitos Humanos
- DPF** – Departamento de Polícia Federal
- DTM** – Matriz de Monitoramento de Deslocamento (sigla em inglês)
- EUA** – Estados Unidos da América
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IIRSA** – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
- IMDH** – Instituto de Migrações e Direitos Humanos
- INE** – Instituto Nacional de Estatística Venezuelano
- JNA** – Análise Conjunta de Necessidades (sigla em inglês)
- MBR** – Movimento Bolivariano Revolucionário
- MCU** – Medidas Coercitivas Unilaterais
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MINUSTAH** – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (sigla em inglês)
- MJSP** – Ministério da Justiça e Segurança Pública

**MT** – Ministério do Trabalho

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores

**NOM** – Nova Ordem Mundial

**OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**OIM** – Organização Internacional para as Migrações

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPEP** – Organização dos Países Produtores de Petróleo

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OI** – Organismo Internacional

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OUA** – Organização da Unidade Africana

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

**PDVSA** – Petróleos da Venezuela S.A.

**PEB** – Política Externa Brasileira

**PEV** – Política Externa Venezuelana

**PGR** – Procuradoria Geral da República

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PNH** – Polícia Nacional Haitiana

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**R4V** – Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela

**RI** – Relações Internacionais

**RN** – Resolução Normativa

**ROE** – Regras de Engajamento (sigla em inglês)

**RR** – Roraima

**SINCRE** – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**STI** – Sistema de Tráfego Internacional

**UE** – União Europeia

**UN** – Nações Unidas (sigla em inglês)

**UNASUL** – União das Nações Sul-Americanas

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para Infância (sigla em inglês)

**UNFPA** – Fundo de População das Nações Unidas (sigla em inglês)

**URD** – União Republicana Democrática (Partido Político Venezuelano)

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**WTC** – World Trade Center

**ZTC** – Zona de Tensão e Conflito

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ondas migratórias de haitianos.....	35
Quadro 2 - Marcos regulatórios da política migratória para o fluxo de haitianos.....	41
Quadro 3 - Efeito Pêndulo na Política Venezuelana.....	51
Quadro 4 - Marcos regulatórios da política migratória para o fluxo de venezuelanos .....	66
Quadro 5 - Comparativo com as principais características do instituto da migração e do refúgio.....	70
Quadro 6 - Eixos de inserção estratégica para a política externa migratória.....	107
Quadro 7 - Resumo da política externa brasileira nos governos Lula/Dilma/Temer/Bolsonaro.....	116
Quadro 8 - Comparativo dos fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos (2011- 2020).....	119

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado Haitiano, segundo ano de solicitação – 2011 a 2020.....	40
Gráfico 2 - Operação Acolhida – Valores Pagos – Ação 219C – 2018-2023.....	68
Gráfico 3 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado Venezuelano, segundo ano de solicitação – 2011 a 2020.....	72
Gráfico 4 - Estoque de migrantes venezuelanos ao longo da década de 2010 (com linha de tendência).....	73
Gráfico 5 - Contribuição de EUA/Canadá/União Europeia ao ACNUR/causa venezuelana.....	76
Gráfico 6 - Exportações e Investimentos brasileiros no Mercosul – 2002-2012 (bilhões US\$).....	102
Gráfico 7 - Balança comercial: Brasil-Estados Unidos – 2010-2014 (bilhões US\$) ...	104
Gráfico 8 - Número de estrangeiros considerados migrantes, segundo principais países de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2011-2016.....	106

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Presidente Lula visita tropas brasileiras atuantes na MINUSTAH.....	30
Figura 2 - Jogo da Paz entre Brasil e Haiti em Porto Príncipe.....	31
Figura 3 - Principais rotas do fluxo migratório haitiano para o Brasil.....	39
Figura 4 - Rotas contemporâneas da migração venezuelana.....	64
Figura 5 - Operação Acolhida – Instalações em Pacaraima (vista aérea).....	75

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>6</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. A DIÁSPORA HAITIANA .....</b>	<b>20</b>
1.1 Haiti – Breves antecedentes históricos.....	20
1.2 O imperialismo estadunidense e os regimes ditatoriais na Ilha Caribenha.....	24
1.3 A Crise haitiana e o papel do Brasil na MINUSTAH.....	28
1.4 Migração haitiana para o Brasil e a política de fluxos migratórios.....	33
1.5 Considerações do Capítulo.....	42
<b>CAPÍTULO 2. A MIGRAÇÃO VENEZUELANA.....</b>	<b>44</b>
2.1 Venezuela – antecedentes históricos e a era do petróleo .....	44
2.2 A Chegada de Hugo Chávez ao poder e os impactos do embargo estadunidense...54	
2.3 Migração venezuelana para o Brasil e a política de fluxos migratórios.....	63
2.4 Reflexões do capítulo.....	76
<b>CAPÍTULO 3. O ALINHAMENTO GEOPOLÍTICO E O IMPACTO NA POLÍTICA DE FLUXOS MIGRATÓRIOS.....</b>	<b>79</b>
3.1 Duzentos anos de geopolítica – os séculos XIX e XX .....	79
3.1.1 As Guerras mundiais – breves contextualizações .....	81
3.1.2 A Guerra Fria .....	86
3.1.3 Migrações internacionais e geopolítica .....	90
3.2 A Política externa brasileira e a integração latino-americana no século XXI .....	94
3.3 O Alinhamento geopolítico e os governos brasileiros na década de 2010.....	99
3.3.1 O Governo de Dilma Rousseff .....	101
3.3.2 O Governo provisório de Michel Temer .....	109
3.3.3. Bolsonaro e o alinhamento com Washington .....	111
3.4 Análise do capítulo.....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>127</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A década de 2010 foi marcada por um aumento expressivo dos fluxos internacionais de migração Sul-Sul. Esta migração é caracterizada por uma concentração quase exclusiva de latino-americanos no perfil migratório para o Brasil, suplantando os fluxos históricos de europeus e asiáticos e, inaugura uma nova configuração geopolítica fortemente influenciada pela política externa brasileira (UEBEL, 2019a). Nesta senda, o presente estudo tem por objetivo analisar as políticas de fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos e a política externa brasileira (PEB) para as migrações no período de 2011 a 2020. Neste recorte temporal, o país assiste a um *boom* imigratório, o maior desde as migrações de refugiados após a Segunda Guerra Mundial, provocando profundas mudanças nas esferas governamentais, políticas e econômicas do país em um curto espaço de tempo, colocando o Brasil como local de destino de migrantes forçados<sup>1</sup>, notadamente dos fluxos migratórios Sul-Sul. (UEBEL, 2018).

O argumento norteador desta pesquisa é: as políticas de fluxos migratórios para o Brasil acham-se vinculadas a interesses e alinhamentos geopolíticos do país na arena global? Tais vinculações produziram convergências nas políticas de fluxos migratórios, majoritariamente, haitianos e venezuelanos, maiores fluxos de mobilidade humana para o Brasil na década. Esse período é assinalado por dois ciclos divergentes na política externa brasileira, mas que também, apontam para processos de inclusão internacional do país em defesa dos direitos humanos dos migrantes.

A importância das migrações internacionais no espectro da globalização tem sido mote de um número expressivo de contribuições tanto de caráter empírico quanto teórico colocando o tema no topo da agenda internacional. Estimou-se globalmente há existência de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo, no final da década de 2010. Esse número

---

<sup>1</sup> O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) sempre se refere aos termos refugiados e migrantes de forma separada, para que o âmbito de proteção fique bem demarcado. Segundo o ACNUR, os refugiados são aquelas pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional. Estas pessoas não podem voltar aos seus países de origem por ser extremamente perigoso às suas vidas. Ao passo que não há uma definição legal uniforme para o termo migrante em nível internacional, estando amparado pelo regime jurídico interno de migrantes de cada país (no caso de pessoa que cruza fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas). Um refugiado está protegido pelo princípio do *non-refoulement* ou da não devolução, em que um Estado não deve obrigar ninguém a retornar às fronteiras de um território onde sua vida ou liberdade sejam ameaçadas, tal como previsto no artigo 33 da Convenção de 1951, relativa ao *status* dos refugiados. (DUARTE; ANNONI, 2018).

equivale a 3,6% da população global (minoria da população mundial) o que significa que permanecer no país de nascimento é majoritariamente a norma (OIM, 2022).

Dados do Observatório das Migrações – OBMigra (2021), apontavam para 600.000 migrantes vivendo no país ainda na primeira década do século XXI. Passados 10 anos, o número mais que dobrou chegando a 1,3 milhão. A migração Sul-Sul no contexto latino-americano e caribenho se torna mais persistente e relevante no espectro das migrações internacionais no século XXI. Na visão de Cavalcanti *et al.* (2016); Baeninger (2017); Baeninger (2018b); Jarochinski Silva (2018); Cavalcanti (2021), é provável que a diversidade das origens desses migrantes seja fruto do recrudescimento das políticas migratórias nos antigos *hostlands* do Norte Global e das crises no sistema econômico mundial implicando em um novo paradigma migratório neste século.

A governança das migrações internacionais, implica que o Sul seja reconhecido como ator social no arcabouço do Pacto Global<sup>2</sup> das migrações seguras, ordenadas e regulares: o Sul não é somente emissor de emigrantes. É essencial enfatizar que sua posição geopolítica deu nova roupagem aos fluxos migratórios de migrantes e refugiados desses países. “A promoção do Sul como ator fundamental do Pacto desloca a gramática do debate promovido pelos países do Norte, reforçando um outro olhar para o fenômeno.” (BAENINGER, 2018b, p. 21).

Ainda na visão da autora, o Pacto Global deve considerar que as migrações internacionais no século XXI abrangem diferentes modalidades de movimentos migratórios, tais como o refúgio, a migração qualificada, a migração não qualificada, a migração de fronteira e outros deslocamentos internacionais diversos de populações entre países. Nesse sentido, o direito de migrar deve ser a base para a tríade de migrações seguras/ordenadas/regulares, garantindo direito aos migrantes, inclusive levando em conta questões geracionais, de gênero, de populações LGBTI, de grupos tradicionais como indígenas e de refugiados.

---

<sup>2</sup> A Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou em 2016, a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, que estabeleceu a criação do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular", em 2018. O pacto representa um acordo internacional intragovernamental destinado a abordar a questão da migração internacional. O objetivo principal é garantir que as migrações ocorram protegendo os direitos e a dignidade dos migrantes e refugiados. O pacto busca promover maior cooperação entre os países e aborda uma ampla gama de questões relacionadas à migração, incluindo governança migratória, a proteção dos direitos humanos, a luta contra o tráfico de pessoas e a integração dos migrantes nos países de destino. (BAENINGER, 2018b). Em dezembro de 2017, os Estados Unidos se retiraram do Pacto Global para a Migração, alegando incompatibilidade com a política migratória do país durante o governo de Donald Trump.

Considerando a pertinência do tema, a justificativa para realização deste trabalho consiste na relevância da última década (2011-2020) para o debate transdisciplinar das ciências sociais no que concerne aos estudos migratórios Sul-Sul. Não menos relevante, a análise do binômio Geopolítica e Migração põe luz às questões emergentes resultantes do capitalismo global, como a gestão de fronteiras geopolíticas, relações de poder centro-periferia, soberania, racismo e xenofobia, a partir da dinâmica e (re)arranjos dos fluxos migratórios dentro dos Estados nacionais.

Logo, procurou-se atingir os critérios da importância de uma pesquisa social, ou seja, colocar uma questão importante na realidade do mundo, ser relevante para a vida política, social ou econômica, para a compreensão de algo que afeta de forma significativa a vida de muitas pessoas, compreendida desta forma como a sociedade e, trazer uma contribuição específica para a literatura acadêmica que corrobore para o estoque de explicação das ciências sociais. (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 15, tradução nossa).

Conforme Gil (2017) a contextualização da justificativa poderá conter ainda, a experiência acadêmica do autor, assim como sua vinculação à área temática e, neste caso, esta relação se fez ainda em meu bacharelado em Sociologia e Estudos Latino-Americanos na Universidade de Brasília (UnB), obtida em 2022, cujo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como título “Migrações internacionais no Distrito Federal: uma análise do perfil migratório laboral na última década (2011-2020)”.

Metodologicamente, para os propósitos da presente dissertação optou-se pelo Estado brasileiro como unidade de análise utilizando os instrumentais de uma pesquisa bibliográfica e nesta senda, o estudo ancorou-se no método dedutivo. Este método proposto por Spinoza e Leibniz, subentende analisar um dado problema de pesquisa partindo de uma situação geral e genérica para pensar uma realidade específica. (LAKATOS; MARCONI, 2019; GIL, 2021).

A pesquisa bibliográfica também chamada de “pesquisa de ideias” (DEMO, 2013), é aquela que, segundo Severino (2007), se realiza a partir dos registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores, utilizando-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores. Desta forma, os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados e a investigação se dá por meio das contribuições dos autores dos estudos analíticos contidos nos textos.

Nesta toada, destacamos o ponto de vista de Gil (2017, p. 33): “praticamente, toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser

caracterizado como pesquisa bibliográfica”. O autor ressalta ainda que, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Da mesma maneira, Goldenberg (2011) salienta que é preciso encarar o fato de que, em toda e qualquer investigação, a subjetividade do autor está presente, existe um sujeito que decide os passos a serem dados. Igualmente, Clifford (1986) *apud* Tonhati (2017) aponta que todo o processo de investigação é em realidade um conjunto de construções resultantes de diferentes estratégias, bem como de consequências históricas e culturais específicas.

Além das referências clássicas como Sayad (1998), Bauman (1999 e 2020), De Hass, Castles e Miller (2020), realizou-se uma revisão da produção bibliográfica recente sobre o tema das migrações internacionais, bem como da política externa brasileira (PEB) e a política de fluxos migratórios ao longo do corte temporal. Importa ainda destacar a perspectiva histórica dos países de origem, eixo fundamental para a compreensão dos fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos no decorrer da década.

Nesta direção, priorizou-se a construção da pesquisa embasada nas concepções de pesquisadores nacionais, latinos e caribenhos, os quais permitiram a formatação de uma análise crítica sobre o objeto pesquisado, bem como os estudos de órgãos internacionais e governamentais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Embora não se tenha realizado pesquisa de campo, a abordagem qualitativa privilegiou o levantamento e análise de um corpus teórico, os quais revelaram significativos contributos que respondessem ao nosso argumento de pesquisa.

Segundo a abordagem qualitativa, um fenômeno pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada (...) enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOY, 1995, p. 21).

Por ser a migração um fenômeno multifatorial, para além das Ciências Sociais, aportaram importantes contribuições para esta pesquisa nas áreas de Geografia, Geopolítica, Ciência Política, Direito, Economia, Relações Internacionais. De fato, segundo Pacífico (2008), a utilização da transdisciplinaridade nos estudos migratórios se justifica face as transformações de um mundo globalizado, exigindo novas metodologias e novos métodos de análise.

Destarte, as fontes de pesquisa incluíram além de produções acadêmicas, dados da literatura especializada, normativos, análise de notícias em periódicos, sites, discursos, relatórios oficiais do governo, de organismos internacionais e dados estatísticos sobre migrações internacionais. O levantamento de dados por intermédio de fontes variadas é fundamental, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

Este material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações ou esforços desnecessários; pode ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coletas. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 174).

Para o presente estudo, escolheu-se os principais fluxos da década, a partir dos critérios de relevância, intensidade, bem como as ações normativas implementadas pelo Brasil. Segundo Cavalcanti *et al.* (2021), o país passaria a ser destino de novos fluxos migratórios, primeiramente procedentes de diferentes regiões do Sul Global e, nos últimos anos oriundos da América Latina, fundamentalmente haitianos e venezuelanos.

O Haiti desde o seu nascimento como nação independente e durante sua história, não bastasse a instabilidade política e os embargos estadunidenses seria acometido por tragédias climáticas: o sismo em 2010 e dois furacões – Isaac e Sandy. A chegada de cidadãos haitianos ao país segundo Sant’Ana (2022), estimulou a formulação de políticas que proporcionassem ao mesmo tempo respeito aos direitos humanos dos migrantes e a gestão do fluxo migratório de modo minimamente ordenado por meio de rotas regulares e seguras. Com efeito, dentro da categoria de visto temporário, a principal inovação foi a criação do visto para acolhida humanitária, instrumento que proporcionou a abertura de canais regulares de imigração.

Em um cenário internacional pós-crise econômica, onde o Brasil não tinha sido atingido ainda severamente e, do fechamento de fronteiras de destinos tradicionais de imigrantes haitianos, como os Estados Unidos (EUA), o Canadá e a França, o Brasil se tornou rota desses fluxos. Os haitianos começaram a chegar ao Brasil em setembro de 2010, nas cidades de Tabatinga e Brasília. (ASSIS, 2018). O crescimento de forma exponencial em curto espaço de tempo para o território nacional provocou reações negativas e, muitos casos extremados em parte da sociedade brasileira, que passaram a pedir o fechamento da fronteira e a caracterizar o fluxo de migrantes haitianos como invasão. (SANT’ANA, 2022).

Dentro do espectro migratório e, a partir da contextualização do presente estudo, outro fluxo de extrema relevância ocorrido na década, está a migração venezuelana. A consolidação do rentismo petrolífero foi determinante para o progresso econômico

venezuelano, ao mesmo tempo, a grande atividade em torno da exploração do petróleo adquire uma importância estratégica na esfera política global. O posicionamento contra-hegemônico dos governos bolivarianos causou inúmeros constrangimentos para o país no período mais recente, no qual a figura de Chávez mimetizou uma ameaça insólita à segurança estadunidense, razão pela qual Washington imporá severas sanções ao país. (VASCONCELOS; SANTOS, 2021).

Oliveira (2019) aponta que dois fatores nutrem e amplificam a crise venezuelana: a queda no preço do barril de petróleo, principal *commodity* da Venezuela e, o desaparecimento de seu principal líder político, Hugo Chávez Frias. Nesta circunstância de turbulências econômicas, sociais e políticas, a migração internacional tornou-se a melhor opção. Sant'Ana (2022) analisa que o caso da migração venezuelana se assemelha à situação haitiana, à medida que se verifica o aumento abrupto do crescimento de solicitações de refúgio com o agravamento da crise política e econômica.

Segundo dados da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela nas Nações Unidas-R4V<sup>3</sup> (2022), o número de pessoas que adentram o território mensalmente é, em média, de 15 mil pessoas. Rocha; Ribeiro, (2018), Paiva; Gonçalves, (2021) assinalam que o fluxo venezuelano produziu diversas tensões no sistema de migração para o país, notadamente no estado de Roraima, principal porta de entrada desses fluxos. Cabe destacar que, por meio de uma ação governamental, a Operação Acolhida tornou-se a principal responsável pelas ações desenvolvidas na recepção, acolhimento e interiorização de venezuelanos e venezuelanas dentro do território brasileiro. (JAROCHINSKI-SILVA; ALBUQUERQUE, 2021).

A política externa brasileira (PEB) voltada para as migrações internacionais assiste a dois momentos distintos do Estado brasileiro, ambos na segunda década deste século. O primeiro momento, a consecução das ações normativas estaria correlacionada não somente ao ativismo de migrantes e seus aliados, mas também a um objetivo mais amplo no plano

---

<sup>3</sup> A Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans) foi criada como um fórum para coordenação de ações de agências da ONU e organizações da sociedade civil, com o objetivo de promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica para esta população, bem como suas comunidades de acolhidas. A Plataforma R4V elabora anualmente um Plano de Resposta aos Refugiados e Migrantes, um documento que representa uma estratégia humanitária integrada para a região, garantindo a coerência e complementariedade das ações das organizações parceiras. No Brasil, a Plataforma conta com 55 organizações parceiras, que estão organizadas em sete setores de atuação: abrigo e distribuição alimentar, educação, saúde, integração, interiorização e transporte humanitário, nutrição, WASH (água, saneamento e higiene) e proteção. (R4V, 2022, n.p.).

internacional, sobretudo nos governos progressistas de Lula (2003-2010) e Rousseff (2010-2016). Neste sentido, a administração de Lula da Silva busca lidar com as migrações através de uma relação direta com o desejo de assegurar ao Brasil uma posição proeminente no cenário mundial, ancorada em uma política externa que evidenciasse maior participação do país nos processos decisórios internacionais e, que lhe garantisse assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. (BRACEY, 2011; SOARES, 2011).

O segundo momento, corresponderia a uma “inflexão à direita” na política externa brasileira, considerando que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 provocaria uma ruptura na esfera diplomática brasileira, onde pela primeira vez, após o período de redemocratização do país, um candidato de extrema direita alcançava o mais alto posto do Executivo (AMORIM, 2019). O autor, admite que o presidente eleito “isolaria” o país internacionalmente, rompendo com a política externa brasileira, mas também, ao subordinar os interesses nacionais ao governo de Donald Trump. “Ter um aliado de extrema direita declarado na Presidência da República em Brasília era visto como um trunfo regional e global para Trump”. (CEPIK, 2019, p. 249).

### **Estrutura da dissertação**

Para além da Introdução esta dissertação foi dividida em três capítulos e considerações finais, referências, lista de siglas e abreviaturas, gráficos, quadros e figuras.

O Capítulo 1 além de breves antecedentes históricos, abordará fundamentalmente, a política migratória para haitianos no Brasil e seus impactos. Embora seja perceptível a ocorrência de vários fluxos migratórios, é relevante a mobilidade haitiana nesta primeira metade da década de 2010. Os fluxos migratórios desses coletivos a partir de 2013 passariam a ocupar a primeira posição no mercado formal de trabalho brasileiro, ultrapassando a migração portuguesa, de extensa tradição histórica.

O Capítulo 2 traz para além da “era do petróleo”, a migração venezuelana, principal fluxo migratório no país a partir do segundo quinquênio da década de 2010. Após a morte do Comandante Chávez em 2013, a Venezuela cairia em profunda instabilidade econômica, social e política, ganhando contornos de crise humanitária. A migração de venezuelanos no século XXI se contrapõe a tradição de país receptor de imigrantes no decorrer de sua história, notadamente a partir do *boom* do petróleo.

O Capítulo 3 apresenta uma breve revisão bibliográfica acerca da geopolítica ao longo dos grandes conflitos mundiais e o panorama geopolítico no século XXI. É analisada a política externa brasileira (PEB) a partir dos governos progressistas de Lula e Rousseff e os governos conservadores de Temer e Bolsonaro e, a ingerência da PEB nas políticas de fluxos migratórios a partir de dois momentos relevantes: um primeiro momento voltado às políticas de integração latino-americanas e ao multilateralismo e, um segundo, no qual o governo de extrema direita se alinharia não só aos interesses de Washington, mas também se colocaria em uma posição de submissão ao imperialismo estadunidense.

## CAPÍTULO 1 – A DIÁSPORA HAITIANA

Neste capítulo apresentamos um breve relato histórico do Haiti, um país praticamente desconhecido no Brasil até bem pouco tempo e, na origem de sua história, nominado por suas riquezas naturais, a “pérola das Antilhas”, o primeiro local aportado por Colombo no Novo Mundo. O Haiti desde seu nascimento como nação independente conforme muitos autores, dentre eles Andrade (2019, p. 12), “foi cantado e amado pelas populações escravizadas e empobrecidas da América Latina”. A “pérola das Antilhas” não somente por suas riquezas naturais, era objeto de desejo de índios, negros e povos escravizados que viam o Haiti com um “olhar” de esperança por ser a pátria-mãe gênese da liberdade dos povos latino-americanos. No presente capítulo será destacada a importância para a política externa brasileira a partir do ano de 2004, a contribuição do Brasil para a MINUSTAH, uma das mais significativas missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

A população haitiana, não bastasse a instabilidade política vivenciada sob o beneplácito anti-imperialista por todo o século XX, se via afligida por catástrofes climáticas. O sismo que assolou o país em 10 de janeiro de 2010 matou, segundo dados da época mais de 200.000 pessoas e desabrigando outras 1,5 milhão, quase 15% da população local (CEPAL, 2010). No mesmo ano um surto de cólera exterminaria com cerca de 8.000 pessoas. Em 2012 dois furacões – Isaac e Sandy – enfraqueceriam ainda mais o território da Ilha Caribenha impactando de forma severa a produção agrícola, uma das principais fontes de recurso haitiano. Doravante e, durante a década de 2010, o Haiti passaria a ser um dos principais fluxos migratórios para o Brasil, reacendendo a tradição do país como receptor de migrantes.

### 1.1 Haiti – Breves antecedentes históricos

1492 é o ano de nascimento da modernidade, define Enrique Dussel (2014), em sua obra *El encubrimiento del outro*. A modernidade nasce quando a Europa consegue confrontar seu “Outro” e, “controlá-lo, vencê-lo, violá-lo; quando pôde ser definido como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da alteridade constitutiva da própria Modernidade” (DUSSEL, 1993, p. 7, tradução nossa). Seus argumentos corroboram que em 1492 ocorreu o nascimento da modernidade como um momento *sui generis* da origem de um mito da violência sacrificial e de *encubrimiento de lo no-europeo*. De modo análogo,

Seguy (2014, p. 193), pontua que “a modernidade posta enquanto universalidade, eternamente presente, essencialmente agora não faz melhor do que impor o Ocidente como única civilização ao mundo todo.” Desta maneira na visão do autor, a modernidade serve como arcabouço para que europeus justifiquem a colonização do mundo e a escravização de negros e índios – categorias inventadas pela ciência moderna.

Em sua obra *Os Jacobinos Negros...* o historiador caribenho James (2003 [1938], p. 21), destaca que Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, “após louvar a Deus, saiu à procura do ouro”. Nesta senda, os nativos, índios de pele vermelha, “pacíficos e amistosos indicaram ao navegador espanhol o Haiti”.

Segundo o autor, uma grande ilha (aproximadamente da dimensão da Irlanda) rica do metal amarelo. Era o ano de 1492 e Cristóvão Colombo desembarcou na ilha, depois chamada de Espanhola, onde ali viviam entre 300 mil e 500 mil pessoas. Em 1535 restavam apenas 50 mil habitantes dos povos originários. Nas décadas seguintes, conforme Andrade (2019), a porção francesa, Santo Domingo, recebeu centenas de milhares de escravos negros vindo da África e em decorrência das grandes plantações de cana-de-açúcar, tornou-se a colônia mais rica da França: “a pérola das Antilhas”.

Gates J. (2011), aponta que o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos estimou em 770 mil o número de escravos levados ao Haiti durante o tráfico escravista, havendo historiadores que elevam essa cifra para próximo de 1 milhão, considerando que muitos teriam sido importados de forma ilegal, e salienta que a Ilha Hispaniola (Pequena Espanha) teria abarcado 350 mil escravos a mais que todo o número dos negros que chegaram aos Estados Unidos.

Coupeau (2008), no capítulo *The Pearl of the Antillhes*, em sua obra *The History of Haiti*, afirma que a colônia de Santo Domingo representava aos olhos da metrópole um valor puramente econômico.

Os produtos agrícolas eram exportados através das cidades portuárias para a França e recebiam em troca, mercadorias e produtos manufaturados. A cultura da cana-de-açúcar em grandes latifúndios e o crescimento de café renderam prosperidade econômica e resultaram na expansão da colônia, vindo a se tornar rapidamente a mais próspera das possessões ultramarinas francesas. Entretanto, a colônia atendia aos interesses dos consumidores estrangeiros, não aos seus. A estrutura social da ilha estava sintonizada com a necessidade e os objetivos metropolitanos. (COUPEAU, 2008, p. 17-18, tradução nossa).

Dois anos depois do surgimento da Revolução Francesa (1789), com a qual a burguesia revolucionária destruiu o antigo feudalismo e os privilégios da aristocracia, os ecos do movimento seriam sentidos em Santo Domingo com a rebelião dos escravos. Desta forma, os negros escravizados no Haiti viram uma nova perspectiva e os debates ganharam uma virulência prática inimaginável. (JAMES, 2003 [1938]).

O autor pontua que, a revolta duraria 12 anos e os escravos de forma gradativa derrotariam os brancos da ilha e os soldados da monarquia francesa. Resistiriam a uma invasão espanhola, uma expedição britânica integrada por 60.000 homens e uma expedição francesa de porte similar ao do cunhado de Napoleão Bonaparte, General Charles Leclerc. A derrota do exército bonapartista desembocaria na elevação do Estado negro do Haiti e que perdura até os dias de hoje.

A Revolução Haitiana – a revolução política mais radical dessa era – entraria para a história com a característica peculiar de ter sido inconcebível, mesmo enquanto acontecia, pondera Trouillot (2016). Em sua obra seminal *Silencing the Past* (Silenciando o Passado), o antropólogo haitiano cita que os debates oficiais e publicações de época na França de 1790 a 1804 constatavam a incapacidade da quase totalidade dos contemporâneos para compreender a revolução desencadeada. O autor observa a identificação do homem universal<sup>4</sup>, como um ser específico, europeizado e masculino, criador de uma escala de valores e graus de humanidade diferenciados.

A única revolta de escravos na história que terminou com sucesso, e os obstáculos que teve que ultrapassar demonstram a magnitude de interesses que estavam em jogo. A transformação dos escravos, turbas intimidadas pela presença de um simples homem branco, em seres capazes de organizar e derrotar as nações europeias mais poderosas da época constitui um dos grandes feitos épicos da luta e das conquistas revolucionárias. As linhas mestras para concretizar este triunfo sem precedentes foram governadas por um único

---

<sup>4</sup> O século XVII foi marcado pelo crescente envolvimento das potências europeias, como Inglaterra, França e Holanda, nas Américas e no comércio escravista. Essa tendência continuou no século XVIII, mas como uma perspectiva distorcida e perversa. À medida que os mercadores e mercenários europeus intensificavam a compra e a conquista de homens e mulheres, os filósofos europeus se dedicavam a reflexões e discussões sobre a essência humana. Não existia uma visão única sobre os negros, nem sobre qualquer grupo não branco, inclusive quando consideramos as populações europeias isoladamente. Pelo contrário, esses grupos não europeus foram forçados a se adequar a diversas esquematizações filosóficas, ideológicas e práticas. O fato é que, todas elas pressupunham e confirmavam que, em última instância, alguns seres humanos eram classificados mais humanos do que outros. Nesse contexto, é importante compreender o impacto dessas ideias e concepções e a concepção no desenvolvimento histórico e social das Américas, bem como entre os grupos sociais étnicos e raciais. O estudo dessas esquematizações filosóficas e suas consequências é fundamental para uma análise aprofundada e crítica da construção da identidade e da hierarquia racial durante essa época. (TROUILLOT, 2016, p. 125-126).

indivíduo, considerado um dos homens mais notáveis de sua época: Toussaint L'Overture<sup>5</sup>. (JAMES, 2003 [1938], p. 17, tradução nossa).

Porto-Gonçalves (2008), reforça a ideia de que a liberdade nos marcos eurocêntricos era extensiva apenas aos que fossem do gênero masculino e brancos. A Ilha Caribenha na visão do autor inaugura uma página, ainda aberta na geografia política mundial, posto que se inscreve em uma dupla emancipação: não era só emancipar-se da metrópole colonial, mas emancipar-se dos senhores, no caso, latifundiários brancos.

Os povos negros e índios escravizados e os povos colonizados de dois séculos atrás viam o Haiti como a pátria-mãe da liberdade e da soberania e que, na visão de Andrade (2019), materializa seu nascimento como nação independente. A revolução haitiana traduziu em especial “a relação com os conceitos de liberdade e igualdade racial e, simbolizou as aspirações dos povos escravizados e explorados por todo o globo” (AGUILAR, 2014, p. 53).

Todavia, na visão do autor, a nova república preservou as mesmas bases sociais da época colonial tendo como consequência uma constante instabilidade política. Neste sentido, Andrade (2019) destaca a existência de uma divisão social após a independência que em grande medida fora paralisada pelo desejo de liberdade do país.

Aguilar (2014), corrobora os estudos de Martin; Lewis; Morain Martin, (2012) acerca dos negros e mulatos<sup>6</sup> que se uniram na luta contra os europeus. Mulatos, proprietários de terra assumiram o poder no Haiti e os negros, de pele mais escura, ex-escravos permaneceram na lavoura. O Haiti foi dividido em 1806 em dois Estados rivais, a monarquia de negros ao Norte, enquanto ao Sul uma república de mulatos, sua reunificação aconteceria apenas em 1820.

Andrade (2019, p. 71), salienta que não obstante as constantes dificuldades econômicas, sociais e políticas, o Haiti “viu-se no fim do século XIX sob ataque das teorias racistas europeias formuladas para avalizar o avanço colonialista e imperialista”. Os

---

<sup>5</sup> Em 1794, a França oficialmente aboliu a escravidão, reconhecendo de fato a liberdade adquirida pelos escravos através de sua luta armada. Nesse momento Toussaint L'Overture começou a liderar suas tropas sob o estandarte francês. Entre 1794 e 1798, ele combateu os espanhóis que controlavam a parte oriental da ilha, e ajudou os franceses a repelir uma invasão das forças britânicas. Por volta de 1797, o general negro já se tornara a figura política e militar mais influente em *Saint Domingue* francesa. Seu exército “colonial”, composto principalmente por ex-escravos, chegou a ter mais de vinte mil homens. TROUILLOT, 2016, p. 71-72).

<sup>6</sup> Os primeiros mestiços eram crianças nascidas de mães africanas de pais franceses, concebidos da luxúria e por acaso, combinaram a beleza da África negra com a Europa pálida. Foram chamados mulatos, alcunha dada posteriormente a todos os haitianos de pele clara, sua cor deriva da união de preto com mulato ou mulato com mulato. A autora assevera que a legislação que os governava era restritiva e vingativa. Os mulatos eram forçados a policiar escravos fugitivos, proibidos de usar trajes europeus, excluídos de exercerem grande parte de profissões e cargos públicos e, privados das liberdades civis, incluindo aí o direito de defender suas mulheres contra os ataques de qualquer homem branco. (ABOTH, 2011, p. 32, tradução nossa).

pressupostos raciais tomaram impulso na França, Alemanha, Inglaterra e EUA. Na percepção do historiador, esses países exerceram forte protagonismo quanto ao expansionismo territorial, fundamentadas em pseudoteorias científicas de bases biológicas e antropológicas.

Justaposta a essa afirmação, surge a noção de realidade natural, alicerçada na cientificidade da superioridade racial. Seu grande estudioso do século XIX, Arthur de Gobineau, autor preferido de Mussolini e Hitler, de acordo com Coggiola (2015), publicaria seu Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas. Nesse livro, Gobineau busca trazer a ideia de que as raças humanas seriam absolutamente separadas e que a negra seria incapaz de alcançar a civilização, defendendo uma suposta inferioridade do povo negro face aos fatores biológicos. (CORREIA, 2018; ANDRADE, 2019). A nação imperialista blindava o caminho do Estado racista, como disse Trotsky citado por Coggiola (2015, p. 721): “para elevar à nação (...) deu-se-lhe o apoio da raça. A história passou a ser considerada como uma emanção da raça e, as qualidades da raça são construídas de modo independente das condições sociais”.

Andrade (2019) enfatiza que o Haiti, de forma quase solitária, carregava o fardo e a responsabilidade de proteger a humanidade e a capacidade civilizatória de homens e mulheres negros. Acreditava-se que o país era símbolo para regeneração da comunidade negra, buscando não sucumbir ao colonialismo europeu e às teorias racistas, assim como afirmar a igualdade de direitos dos negros e negras num cenário global de intensas injustiças sociais.

## **1.2. O Imperialismo estadunidense e os regimes totalitários na Ilha Caribenha**

Os Estados Unidos desde 1823, com a Doutrina Monroe, exerciam uma política externa voltada fundamentalmente para a América e, seu isolacionismo em relação à política dos Estados europeus constituía uma orientação estrutural ancorada nas cosmovisões da própria formação nacional estadunidense. Consequentemente, as contendas interimperialistas se propagaram durante o final do século XIX e o Haiti não estava distante das consequências deste fato. (ANDRADE, 2019).

O autor destaca que, em 1828 uma crise econômica amplificou as dificuldades no Haiti, face ao isolamento a que a Ilha Caribenha subsumiu. O Haiti sofria com a rivalidade da cultura cafeeira das economias da América hispânica como Cuba, além do Brasil, dentre

outras. Estima-se que, entre os anos de 1821 e 1825 o preço do café caíra 50% e essa queda se acentuou em pleno período de negociações do reconhecimento da independência haitiana pela França.

No prefácio da obra de Aimé Césaire, *Discurso sobre o Colonialismo*, Ribeiro (2010), defende que a nação recém-nascida fora relegada à segregação. A citação abaixo ilustra a realidade nefasta do Haiti:

Então, começou o bloqueio (...) ninguém comprava do Haiti, ninguém vendia, ninguém reconhecia a nova nação. Mais esclarecedor impossível: não há maldição ancestral ou religiosa alguma ligada ao destino do povo negro haitiano, e sim uma intervenção colonizadora histórica e consciente por parte das grandes potências capitalistas para sufocar e impedir a expressão livre e independente daquela sofrida, mas nobre nação, para aproveitar-se da força de trabalho extraída da miséria a que foi reduzida o Haiti. (RIBEIRO, 2010, p. 5).

Matijascic (2008) destaca que ao final do século XIX início do século XX, as inúmeras disputas internas pelo poder concorreram para que o Haiti estivesse vulnerável a interesses externos. Autoridades haitianas pediram diversas vezes intervenções de outros países para conter revoltas populares, o que viabilizou a presença da França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos no território. A invasão estadunidense seria a única coisa a ser feita para curar a anarquia e desordem que habitavam o Haiti. Além do que, e como subterfúgio, a percepção dos EUA à ocupação se fazia necessária para proteção das vidas de estrangeiros, incluídos os seus próprios cidadãos, os haitianos.

Vale considerar que, os episódios subsequentes no decurso da ocupação reforçam, na visão de Andrade (2019, p. 95) “as convicções da classe haitiana que controlava o poder por meio das armas, sobre a necessidade de uso da força para controlar as massas populares”. Historicamente, a ocupação militar estadunidense de 1915 a 1934 teve como consequência a entrada do país na era da migração internacional massiva para as plantações de cana-de-açúcar dos Estados Unidos e países caribenhos vizinhos. Desde então, os trabalhadores haitianos inscrever-se-iam na divisão internacional do trabalho. (HANDERSON, 2022, p. 20, tradução nossa).

Os efeitos da crise financeira de 1929 forçaram o governo de Washington ao reordenamento de sua política externa tornando-a militarmente menos agressiva, provocando o recuo imperialista. Desta forma, Andrade (2019), admite que o fim da ocupação estaria correlacionado ao novo contexto geopolítico internacional, na qual os Estados Unidos desenvolveram a política da boa vizinhança. Ao longo da história haitiana, na percepção de Matijascic (2008), findo o período de ocupação estadunidense em 1934, os presidentes que propuseram a quebra de paradigma societário, ou seja, sobrepor os interesses

da elite mulata em contraponto aos interesses da maioria da população, foram depostos do poder.

A continuação desse *status quo*, fez com que a população se insurgisse de forma incontrollável, em especial nos anos finais de governo de Jean-Claude Duvalier. Logo a ditadura duvalierista (1956-1986) e a instabilidade política posterior haviam reorientado a migração para os Estados Unidos, Caribe e França. A articulação entre a profunda crise econômica e ecológica transformaria a migração haitiana em um fenômeno estrutural. (HANDERSON, 2022, p. 20).

Andrade (2019), analisa que a instabilidade política que se seguiu o pós-Segunda Guerra Mundial, não permitiu a égide de um regime democrático. O regime do ditador Duvalier capitaneava um cem número de partidários, todavia, o dispêndio dessa atividade aos poucos foi sendo reduzida a cada eliminação de profissionais burocratas, oficiais do exército, além dos expedientes de prisão, tortura e emigrações forçadas, os quais acarretavam o decréscimo de pretendentes à liderança política.

Duvalier mantinha vigilância permanente sobre a cúpula do exército realizando depurações frequentes como a conhecida execução de 19 oficiais que pertenciam ao seu círculo mais próximo e visava demonstrar que ninguém estava seguro. Importa ressaltar que François Duvalier chegaria ao poder não somente por meio de fraude e do apoio de Washington, mas também com apoio social interno. Muitos percebiam-no como um homem do povo, um político que não enriquecera. Desta maneira, o apoio popular e seu discurso nacionalista em prol do poder negro construiu uma ditadura no país. (ANDRADE, 2019).

Duvalier foi profundamente influenciado pelo movimento *noiriste* (...) que colocava o orgulho de ser negro e das origens africanas na população haitiana, reforçado pelas lembranças da ocupação estadunidense. A exaltação de um nacionalismo negro e o anti-americanismo fizeram parte da sua retórica durante todo seu governo. Seu trabalho como médico lhe rendeu o apelido de Papa Doc. O que ninguém imaginou era como seria seu governo, marcado por prisões, execuções em massa e estupros coletivos. Uma das ditaduras mais violentas da América Latina. (...) qualquer opositor era morto brutalmente com suas esposas e maridos, filhos, pais, avós e amigos. O que fez Papa Doc se transformar de um benevolente médico a um dos mais violentos tiranos do século XX é um mistério. (PINTO, 2018, p. 376).

Para Martins (2019), mesmo depois de desocupar o Haiti, os Estados Unidos passam a apoiar ditadores, como a dinastia Duvalier que se prolongou por quase trinta anos. Iniciou em 1957 com François Duvalier, o *Papa Doc*, e finalizou com seu filho, Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc* em 1986 e, durante esse período o país atravessaria um momento marcado por violência e corrupção.

Ao fim da dinastia dos Duvalier, deixou de se realizar uma transição democrática de forma consistente em virtude das heranças deixadas pelos anos de ocupação, primeiro pelos países europeus e depois pelos EUA. A contar de 1990 o Haiti elegeria de forma democrática seu presidente. Nesta senda, Valler Filho (2007); Martins (2019), admitem que a década de 1990 seria representativa para o povo haitiano, após intensa pressão popular, o Haiti elege Jean-Bertrand Aristide, através da eleição direta realizada em dezembro de 1990.

Diga-se de passagem, a ocupação dos Estados Unidos foi a responsável por uma crise estrutural no país, que abrangia sua economia. A degradação ecológica, o crescimento demográfico e às expulsões de camponeses de suas terras, provocou o êxodo dessa população para os centros urbanos, ou seja, a ação do mercado gerou um processo de esgotamento da economia camponesa e degradado seu nível de vida abaixo do nível de subsistência, tendo a miséria e a fome alastradas, criando um lumpesinato nos centros urbanos. Em suma, o Haiti achava-se mergulhado em uma crise econômica, política e social. (ANDRADE, 2019).

Jean Bertrand Aristide, o presidente eleito, mercê de uma dívida externa da ordem de 851 bilhões de dólares, em seu breve mandato, buscou a implementação de uma reforma administrativa emergencial que implicava dentre outras ações, o aumento de impostos sobre as classes mais abastadas, aumentos salariais, geração de empregos, melhoria nas condições de saúde, educação, saneamento básico e, que além de não lograr êxito, gerou diversas tensões entre governo e as elites. Aristide tomaria posse em fevereiro de 1991 e, em setembro daquele mesmo ano seria deposto por um golpe militar capitaneado pelas elites do país. (AGUILAR, 2014).

Em 29 de setembro, Aristide seria capturado e conduzido ao exílio em Caracas. Nas semanas que se seguiram, centenas de homens e mulheres, foram mortos pela repressão política. Os mais pobres, principais apoiadores do presidente deposto foram os mais perseguidos pelo regime. A combinação de pobreza e perseguição violenta, levou a maior onda de emigração do Haiti. Essa onda impulsionou um novo fluxo migratório em direção ao Canadá e aos EUA, especificamente à costa da Flórida por meio de balsas, os *boat people*<sup>7</sup>. (PINTO, SIMONE, 2018).

---

<sup>7</sup> O fenômeno do *boat people* teve seu auge ao longo do regime de Baby Doc (1977-1981), quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, sendo que muitos morreram nesse período em alto mar. (HANDERSON, 2015). Na década de 90, no contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, motivaria um êxodo de aproximados 42.000 *boat people*. (VALLER FILHO, 2007).

Com o propósito de vigilância às violações de direitos humanos até então denunciadas por Aristides, a ONU cria em 1993 a *International Civilian Mission in Haiti*, missão conjunta a Organização dos Estados Americanos (OEA) que permaneceria de 1993-1994, findando com a expulsão dos observadores internacionais das Nações Unidas. O agravamento da escalada de violência e abuso dos direitos humanos, motivou o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a aplicar o controverso capítulo VII da Carta das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 940, com abstenção de Brasil e China, a qual autorizava o uso da força para restaurar Aristide no poder.

A intervenção militar traria como feito inédito a volta de Aristide em 1994, com a participação da comunidade internacional. Após seu mandato, assume René Préval (1995-2001), ministro e principal aliado de Aristide. Consoante ao resultado, o grupo pró-Aristide obtém vitória majoritária em quase todo o país, contudo o ex-presidente romperia com o partido da situação provocando uma divisão interna no partido e o desmanche da política de alianças que dava sustentação ao governo eleito. (VALLER FILHO, 2007).

### **1.3 A Crise haitiana e o papel do Brasil da MINUSTAH**

Sob o ponto de vista político, o caso Haitiano é emblemático. A Ilha Caribenha ao longo dos anos parece encontrar-se em constante ebulição e, o histórico do Haiti no século XX é caracterizado por levantes de guerras internas fruto de regimes ditatoriais e dos imperialismos exacerbados. Neste tópico serão abordados os antecedentes e as motivações das Nações Unidas para o desdobramento de uma missão de paz em território haitiano, bem como a complexidade das funções atribuídas à MINUSTAH para as Relações Internacionais, o que representou uma mudança significativa na participação brasileira em Operações de Paz.

Apesar de não ser está a primeira experiência brasileira em missões de paz, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) se revestiu de alguns aspectos que a tornaram especial e paradigmática: i) foi o maior contingente militar brasileiro mobilizado além fronteiras desde o final da Segunda Guerra; ii) maioria da tropa durante a missão composta de militares da América do Sul; iii) O Brasil conservou seu comando militar; iv) a proposta brasileira extrapolou os propósitos de instauração e manutenção de condições estáveis e seguras que garantiram o direito à livre expressão da população haitiana para escolha de seus representantes. (SEITENFUS, 2014).

O *core* da crise no Haiti foram as suspeitas de manipulação de votos em favor de Jean-Bertrand Aristides nas eleições presidenciais de 2000. As eleições presidenciais e parlamentares de novembro foram vencidas novamente por Aristide e seu partido. Nessa esteira, segundo Faganello (2013); Aguilar (2014), o Presidente assumiu o poder sob fortes acusações de fraude. A partir daí e, pela falta de interlocução com seus opositores, manifestações passaram a ocorrer por todo o país e estas se tornariam cada vez mais violentas a partir do final de 2003.

Soma-se ao fato, o dilema da insegurança haitiana advinda da desarticulação das forças armadas em 1995, pelo presidente Aristide e a incapacidade de prover segurança por parte da Polícia Nacional Haitiana (PNH), único componente do aparato oficial de segurança, e desse modo, a crise culminaria com choques entre partidos do governo e opositores em fevereiro de 2004. (AGUILAR, 2014).

Autorizado o desdobramento da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, as tratativas conduziam para que o comando do componente militar da operação ficasse a cargo de um *force commander* brasileiro. Nesse diapasão, a participação do Brasil foi autorizada conforme Decreto Legislativo nº 207, aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004.

Faganello (2013), aponta que, menos de 20 dias após a aprovação da participação brasileira na MINUSTAH, tropas brasileiras foram enviadas ao Haiti. No caso da missão, para a consecução das previsões do mandato, o emprego da força foi autorizado, guardados aí os princípios da gradação, da proporcionalidade e o uso mínimo de força necessários para que o objetivo fosse cumprido, considerando que *the rules of engagement*<sup>8</sup> (ROE) da MINUSTAH assentam-se nos princípios dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.

A participação brasileira na MINUSTAH foi tomada por decisão de Lula acatando solicitação, dentre outras, do Presidente Bush. “Em todas as reuniões bilaterais entre os dois países, o Brasil sempre elevou a questão haitiana a lugar de destaque e como prova de sua aproximação com os Estados Unidos.” (SEINTENFUS, 2014, p. 317). Em seu discurso na cerimônia de embarque das tropas militares para a missão de paz no Haiti, em Brasília, 31 de maio de 2004, Lula admite que:

---

<sup>8</sup> Regras de Engajamento (ROE – sigla em inglês): regras orientadoras para atuação do componente militar da MINUSTAH. Orientam os capacetes azuis acerca dos eventos em que o uso da força deverá ser usado e expõem a política, princípios e responsabilidades decorrentes do seu uso. (FAGANELLO, 2013).

A paz e a democracia são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso estimula a trabalhar pela promoção da paz em nível global. (...) Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional. (LULA DA SILVA, 2004, p. 78).

O discurso oficial sobre a construção identitária entre o Brasil e o Haiti seria alicerçado a partir da argumentação de temas como latinidade, afro americanidade, nacionalismo e anticolonialismo, notadamente a partir de 2004, momento em que a relação bilateral se intensificaria por ocasião da decisão do Brasil em integrar a MINUSTAH. O mandato da missão de paz, criado pela Resolução nº 1.542, de 30 de abril de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) “observa a existência de desafios para a estabilidade política, social e econômica do Haiti e determina que esta situação continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais na região”. (PINHEIRO, 2015, p. 42).

**Figura 1 - Presidente Lula visita tropas brasileiras atuantes na MINUSTAH**



**Foto:** Ricardo Stuckert – Agência Brasil (2004)

No ano de 2004 a Organização das Nações Unidas (ONU) concederia a liderança da *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti* (MINUSTAH) às tropas brasileiras. A aspiração de conseguir um lugar de destaque no cenário mundial, além da participação de grande contingente militar brasileiro, contou com a presença do reforço da seleção brasileira de futebol, à época, campeão do mundo na Copa de 2002. O Jogo da Paz, como foi conhecido, realizou-se em 18 de agosto de 2004, com a participação de vários atletas nacionais. Desta maneira, a chamada diplomacia da bola projetou de forma positiva a política externa do Brasil e ainda contribuiu para reforçar o desejo de sediar a Copa do Mundo de 2014. (CAMPOS, 2017).

Assim como no governo de Fernando Henrique, a administração de Lula é enfática na promoção de uma cooperação Sul-Sul, com forte viés ao multilateralismo. Entretanto, na visão de Bracey (2010), Lula da Silva extrapola tais pilares, fundamentalmente voltado para seu desejo de promoção na América do Sul e da condição de ser o Brasil, “o primeiro entre os iguais”. Nessa direção vale ressaltar que o comando da MINUSTAH não só ratifica o desejo brasileiro de tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mas também legitima o país a um *status* de hegemonia regional.

**Figura 2 - Jogo da Paz entre Brasil e Haiti em Porto Príncipe**



Fonte: Arquivos CBF (2004).

A intervenção da ONU na Ilha Caribenha tencionou utilizar o Brasil como elo aos interesses imperialistas estadunidenses. A fórmula encontrada pelos EUA, uma vez que estes estavam completamente envolvidos com as invasões no Iraque e no Afeganistão. A disposição do governo brasileiro de Luís Inácio Lula da Silva de enviar soldados fez do Brasil um oportuno aliado para complementar e auxiliar sua política externa na região. Tratava-se de (mais) uma forma tradicional de monitoramento político regional aplicado por Washington e que fragilizaria qualquer intento de soberania dos países da região do Caribe. (ANDRADE, 2019).

Segundo Seitenfus (2014, p. 152), após cinco anos da presença da MINUSTAH no Haiti, assinalou-se “um extraordinário incremento da segurança pública (pessoal e patrimonial) com a redução sensível de sequestros”. A economia haitiana se recuperaria de quatro anos seguidos de recessão sobre o regime de Aristide, com um crescimento constante de 2,3% em 2006, 3,4% em 2007 e de 1,2% em 2008 – apesar da crise financeira mundial. Ainda no início de 2009, Janet Sanderson, embaixadora dos Estados Unidos no Haiti, considerou que a MINUSTAH se tornou um *success story* majoritariamente pela atuação do componente militar brasileiro e anuncia que o desengajamento progressivo da missão começaria em 2011.

O autor assevera que o ano de 2010 seria conhecido como o mais terrível da recente história haitiana por três acontecimentos: o primeiro ocorre em 12 de janeiro quando um terremoto destrói a região metropolitana da capital Porto Príncipe, matando 316 mil pessoas e desabrigando outras 1,5 milhão de pessoas aproximadamente. O segundo em outubro, um surto de cólera mataria 8 mil pessoas e infectando outras 800 mil e, o terceiro momento, quando das eleições presidenciais em fins de novembro daquele ano, a intromissão de países dito “amigos do Haiti”, da ONU e da OEA, que imporiam um candidato à revelia da vontade popular.

A tragédia social do Haiti não sucumbe ao número de vítimas de mais uma recente catástrofe, mas que, “a desagregação do Estado haitiano é um terremoto muito mais avassalador e mortal: uma nova forma de dominação dilacerante”. (CÉSAIRE, 2010, p. 8).

A missão que se instalou em 2004 com duração inicial de seis meses, contabilizou pouco mais de 13 anos com passagem de cerca de 37.500 militares brasileiros, homens e mulheres e gastos da ordem de R\$ 2 bilhões (ONU, 2017). Considerado o engajamento no Haiti, o maior envolvimento de brasileiros desde a Segunda Guerra Mundial. Em termos diplomáticos “a decisão de fazer parte da MINUSTAH demonstra uma marcada

transformação sobre o posicionamento tradicional das relações exteriores, até então pautada pela defesa do princípio da não intervenção”. (LAMAS; FINAZZI; NASSER, 2017, p. 159).

À guisa de interpretação de alguns autores, dentre os quais Bracey, (2010); Costa; Thèry (2016); Rodrigues (2018), a intervenção brasileira no Haiti, missão de paz sob mandato da Organização das Nações Unidas e controlada pelos EUA, seria uma suposta nova estratégia de ação cooperativa regional de Brasil.

Bracey (2010) assevera que as missões permitem ao Brasil um suposto resgate da diplomacia nacional como protagonista na América do Sul e a busca de uma solidariedade regional nessa macrorregião. Nesse sentido, Andrade (2019) considera que a estratégia tem por objetivo posicionar o Brasil como mediador entre os Estados sul-americanos diretamente ameaçados em sua soberania, na época, pelos EUA, como a Venezuela e a Bolívia (por exemplo), e aqueles que se beneficiariam da cooperação comercial e militar, como Chile, México, Peru e Colômbia. Dessa forma o Brasil buscaria se apresentar como promotor de soluções consensuais no espaço sul-americano.

#### **1.4 Migração haitiana para o Brasil e a política de fluxos migratórios**

O Caribe é uma das regiões do mundo mais afetadas pela migração internacional se contrastado ao número de imigrantes em relação a população que permanece nos territórios de origem. Dentro dos elementos conceituais que explicam os fluxos migratórios estariam a inclusão das ilhas caribenhas em mercados internacionais de emprego e estruturados por algumas grandes metrópoles do Norte Global em um mercado pós-colonial. A fragmentação geopolítica da região e as diferenças no nível de vida, fatores políticos conjunturais, socioeconômicos, culturais e ambientais, potencializam a instabilidade das sociedades da região. (HANDERSON, 2022, p. 19-20, tradução nossa).

No último decênio, a migração haitiana havia entrado em uma nova fase caracterizada pela expansão sem precedentes na América do Sul. Handerson (2022), admite a existência de elementos conjunturais que explicam os novos processos de mobilidade humana para a região, como a manutenção de políticas migratórias na América do Sul no início da primeira década do século 21, em contrapartida ao fechamento crescente das fronteiras dos países do Norte Geopolítico.

Inicialmente, alguns países sul-americanos, como Equador, Peru, Argentina e Brasil eram também lugares de trânsito e, uma etapa na trajetória migratória de haitianos para

Guiana Francesa. Por outro lado, a imagem atrativa do Brasil no Haiti – futebol, herança afrodescendente, entre outras razões – e as oportunidades econômicas oferecidas, transformaram o país em um campo transnacional que se estruturou depois do terremoto de janeiro de 2010: difundiu-se que no Brasil o país estaria aberto aos haitianos. (HANDERSON, 2022, p. 21, tradução nossa).

A exposição midiática do Brasil à chegada do novo contingente imigrante oriundo do Haiti poria em alerta governo, acadêmicos e a sociedade civil para a magnitude e importância de acompanhar essa migração. Apesar da onda migratória haitiana para o Brasil não se apropriar à categoria jurídica de refugiado, para permanência no país, o governo brasileiro optou pela concessão do visto humanitário para o coletivo de haitianos. O contexto impôs ao governo o enfrentamento de questões prioritárias como a criação de um novo marco regulatório (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 – Lei de Migração – 2017) em substituição ao Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6815/80. (BAENINGER; PERES. 2017).

Em mais de duzentos anos de intensas dinâmicas migratórias, a mobilidade haitiana, particularmente dentro do debate sociológico, passa a ser um evento paradigmático dentro dos estudos diaspóricos. Pinto, Simone (2018), assinala a prevalência de cinco ondas principais de fluxos migratórios com a saída de seus nacionais, a contar de 1915, ano da ocupação estadunidense. O episódio provocaria um expressivo fluxo de trabalhadores, muitos deles sazonais, para as indústrias de cana-de-açúcar dos EUA, prioritariamente para Cuba e República Dominicana. Chaves Júnior (2008) pontua que, a migração haitiana diminuiria sobremaneira face a um massacre de mais de 25.000 refugiados em 1937, que sobreveio ao fechamento das fronteiras da República Dominicana, àquela altura, incapaz de pôr fim à migração de haitianos.

Uma segunda onda, fruto da repressão promovida a partir do governo de *Papa Doc*, direcionada a profissionais liberais, médicos, advogados e professores, especialmente mulatos. A percepção de uma terceira (nova) onda em meio a debilidade econômica e pobreza durante o governo de *Baby Doc* (1977 a 1981). Esse perfil foi representado pelas camadas mais pobres da sociedade haitiana: surgem os *boat people*, que buscam alcançar a costa estadunidense por meio de embarcações precárias. A quarta onda ocorre durante os anos 90, momento em que o governo de Raoul Cédras promoveria uma verdadeira caça aos apoiadores do presidente deposto Jean Bertrand Aristide. Finalmente a quinta onda migratória chegaria após o sismo de 2010. (PINTO, SIMONE, 2018).

O **Quadro 1**, apresenta de forma resumida as ondas migratórias de haitianos ao longo de sua história.

**Quadro 1 – Principais ondas migratórias de haitianos**

PRINCIPAIS ONDAS MIGRATÓRIAS		
PERÍODO	PERFIL MIGRATÓRIO	PRINCIPAIS DESTINOS
1915 a 1943 – Ocupação estadunidense	Trabalhadores para as lavouras de cana-de-açúcar dos EUA (característica sazonal)	Cuba e República Dominicana
1957 a 1971 – Ditadura de <i>Papa Doc</i>	Classe média e profissionais, majoritariamente mulatos, em razão da repressão	EUA, Canadá, Bahamas, França e países da África francófona
1977 a 1981 – Ditadura de <i>Baby Doc</i>	Camadas pobres da população em face da crise econômica	EUA e França
1991 a 1994 – Ditadura de <i>Raoul Cédras</i>	Classe mais pobre, prevalência de negros em razão da repressão política	EUA e República Dominicana
Terremoto de 2010	Perfil diverso – Deslocados Ambientais	EUA, Brasil e Guiana Francesa

Fonte: Pinto, Simone (2018) – p. 384-385 (com adaptações).

Baeninger; Peres (2017), ratificam que as características de país de emigração, a conjuntura econômica internacional, a dependência de remessas e as restrições à entrada de imigrantes nos Estados Unidos e França, são elementos importantes que inseriram o Brasil na rota da emigração haitiana.

Pelo caminho, os imigrantes encontram *borders and boundaries*<sup>9</sup>: por um lado políticas migratórias restritivas e racismo institucional, e, por outro, estigma e preconceito. Os haitianos deparam-se também com cenários de pânico moral, inclusive em países responsáveis pelas condições que os levaram a migrar para sobreviver. (PINTO, Sônia, 2018, p. 846).

A migração haitiana para o Brasil como argumentam Contiguiba e Pimentel (2013), não pode ser elucidada por meio de um único fato gerador. Na visão dos autores, trata-se de um fenômeno cujas repostas são múltiplas e se acham diretamente correlacionadas ao processo histórico de formação da sociedade haitiana nos aspectos culturais, econômicos e políticos (internos e externos).

Rodrigues (2018) salienta a existência de uma gama de razões que tornam o Haiti um caso emblemático: além de dilemas socioeconômicos que se arrastam desde longa data, o

<sup>9</sup> Fronteiras físicas e limites sociais, conforme Fassin (2011) *apud* Pinto, Sônia (2018).

terremoto de alta magnitude amplia significativamente a representação desafortunada do país. Valler Filho (2007), lembra que o país carece de insumos energéticos e que ao longo dos anos resultaram na devastação florestal. O índice de desmatamento é da ordem de 98% e a carência de fontes de energia incapacita a criação de indústrias, ao mesmo tempo compele o país a ser mero produtor de produtos com pouco ou, sem valor agregado.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o rápido crescimento populacional nos países em desenvolvimento, a industrialização, a exploração em larga escala dos recursos naturais e os conflitos têm causado impactos significativos sobre o meio ambiente em muitas partes do mundo. As últimas décadas testemunharam um aumento sem precedentes na destruição ou degradação do meio ambiente por esses fatores. (OIM, 1996, p. 07, tradução nossa).

Nessa trilha, as mudanças climáticas têm sido objeto de intensos debates no âmbito acadêmico e público devido as suas consequências para a humanidade em geral, destacando-se principalmente por seus aspectos negativos. Observa-se que diversos países enfrentam desafios em decorrência desse fenômeno, os quais podem ampliar vulnerabilidades preexistentes nos âmbitos social, econômico, político e ambiental. Importa destacar que, a natureza das vulnerabilidades e a capacidade de resposta de cada país diante de tais desafios variam de acordo com seu nível de desenvolvimento e recursos disponíveis. (PACÍFICO; ALVES; FARIAS, 2013).

Na visão de Pacífico e Gaudêncio (2014), essas transformações passam a construir novos cenários dentro do espectro da mobilidade humana. Em várias instâncias, este dano ambiental levou ao deslocamento de um grande número de pessoas dentro de seus próprios países e além. Na mesma direção, o Banco Mundial em 2021 publicou o relatório “Groundswell”<sup>10</sup> que prevê que 216 milhões de pessoas até 2050 vão ser forçadas a migrar dentro de seus próprios países em decorrência das mudanças climáticas. (ONU, 2021).

A OIM (2009) classifica estes deslocados de “migrante ambiental”<sup>11</sup> e a relevância do problema se reveste no sentido de que a definição de refugiado é muito específica e,

---

<sup>10</sup> Segundo o World Bank (2018), O relatório *Groundswell* aborda o tema das migrações internas no contexto de pessoas forçadas a migrar em condições desfavoráveis para escaparem dos impactos de longo prazo da mudança do clima face a eventos climáticos extremos. O relatório admite ainda que, os migrantes internos nem sempre param nas fronteiras (...) a mudança do clima pode ser um inibidor ou um impulsor da migração através fronteiras, dependendo de uma série de fatores que impelem os indivíduos a emigrarem. (WORLD BANK, 2018, p.8).

<sup>11</sup> O termo aplica-se a pessoas ou grupos de pessoas que, por motivo de alterações ambientais repentinas ou progressivas que afetam negativamente as suas vidas ou as suas condições de vida, são obrigados a deixar as

portanto, conforme atestam Leal; Leite (2012), não abarcam outras definições de migrantes, consequentemente à proteção.

Será considerado refugiado todo o indivíduo que: I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso I; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, artigo 1º, Lei nº 9.474/97).

À vista da sobrevivência destes deslocados ambientais, a necessidade de proteção de seus direitos (humanos) mais básicos precisa ser absorvido pela sociedade internacional. As proteções jurídicas nacionais, internacionais dessa categoria de mobilidade humana são fornecidas pelos Direitos Humanos, Direito humanitário Internacional e Princípios Orientadores de Deslocamento Interno, além da proteção nacional de cada país. (PACÍFICO; GAUDÊNCIO, 2014).

O regramento fundante para a criação do instituto do refúgio acontece no panorama pós-Segunda Guerra Mundial quando se estabelecem os mecanismos para implementação do *status* dos Refugiados em 1951 e a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Moreira e Sala (2018), contextualizam outras concepções a respeito da categoria refúgio que segundo os autores desenvolveram-se de processos de descolonização e conflitos armados ante a regimes militares.

Tanto a Convenção Africana (1969) quanto a Declaração de Cartagena (1984) buscam uma amplificação dos limites estabelecidos pela Convenção de 1951. A primeira aplicável a países da então Organização da Unidade Africana (OUA), foi pioneira ao designar “agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou acontecimentos políticos que perturbem gravemente a ordem pública” como princípios centrais na construção da definição ampliada de refugiado. Já a segunda, aplicável a países latino-americanos, (...) inclui em sua definição a ameaça à vida, segurança ou liberdade decorrente de “violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”. (MOREIRA; SALA 2018, p. 20-21, grifo no original).

A criação de um sistema legal o qual espelha a ótica reducionista acerca do conceito de refugiado, outorga aos Estados-nações a possibilidade de embargo a entrada em seus territórios de pessoas fora do enquadramento jurídico dessa definição. O discurso da comunidade internacional era de proteção as pessoas forçadas a migrar, todavia, a intenção dos Estados desde sempre é de restringir a escolha, por meio de um regramento, quem

---

suas residências habituais, ou optam por fazê-lo de modo temporário ou permanente, e que se deslocam dentro do próprio país ou para o estrangeiro. (OIM, 2009, p. 43).

poderia ou não se estabelecer dentro das fronteiras de seus territórios. (BAGGIO; SARTORETTO, 2018).

A presença haitiana na Amazônia começou a ser percebida ainda no início de 2010. Esse fenômeno se intensificou logo após o terremoto de janeiro daquele mesmo ano e, que abalou violentamente o Haiti, particularmente a capital Porto Príncipe.

Não se sabe ao certo o que tenha provocado a onda migratória haitiana para o Brasil. no entanto, em seu artigo *Brazil, a New Eldorado for Immigrants?*, Silva (2013) argumenta que, além do cenário caótico produzido pelo sismo, a emigração de haitianos para o Brasil, faz parte de mais um amplo processo de reprodução capitalista em escala internacional que desde os tempos coloniais fez do Haiti um exportador de matérias-primas e trabalho.

Com recorrência, os haitianos migram para a República Dominicana, Cuba, Estados Unidos e Canadá. Nesse panorama, a procura de trabalho tem sido um dos elementos fundamentais desta onda migratória e que, certamente ganhou novos contornos após a catástrofe que afetaria o país como um todo. Considerando que o Brasil não se encontrava na rota de tais fluxos, o país se tornou um Eldorado para os imigrantes, oferecendo-lhes melhores oportunidades de trabalho, sejam eles qualificados ou não. (SILVA, 2013, p. 03-04, tradução nossa).

É fato que, em se tratando de migrações na última década, o caso haitiano representou um novo paradigma. Esse novo componente alteraria de modo expressivo a composição de estrangeiros no país.

Oliveira (2017), assinala um crescimento relevante da migração haitiana, saltando de 306 migrantes em 2010 para mais de 81.400, em 2016, registrados no território nacional, o que provocaria na visão de Sant'Ana (2022), uma onda de reações negativas e muitas vezes extremadas em boa parte de parcela da sociedade brasileira o que reascendeu o debate sobre a crise migratória.

Dados extraídos em setembro de 2018 do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (SINCRE), mostram que, a partir de 2010, houve um crescimento constante e sustentado do número de novas entradas no sistema. Esses registros foram feitos pela Polícia Federal amparados em diferentes regramentos legais que abrangem as possibilidades de residência no Brasil.

Entretanto, apesar do aumento observado nesta década no número de imigrantes que estão inseridos no mercado de trabalho brasileiro, a proporção desses migrantes em relação

à força de trabalho nacional ainda é insignificante. O percentual evoluiu de 0,12% em 2010, para 0,27% em 2017. (SANT'ANA, 2022).

A **Figura 3** apresenta as principais rotas dos fluxos de haitianos para o Brasil. A principal rota de entrada<sup>12</sup> de forma irregular no Brasil foi a partir de 2010 e iria até meados de 2015 pela fronteira entre o Brasil e o Peru, por meio de redes de contrabandistas (coiotes).

**Figura 3 - Principais rotas do fluxo migratório haitiano para o Brasil**



Fonte: IMDH (2012).

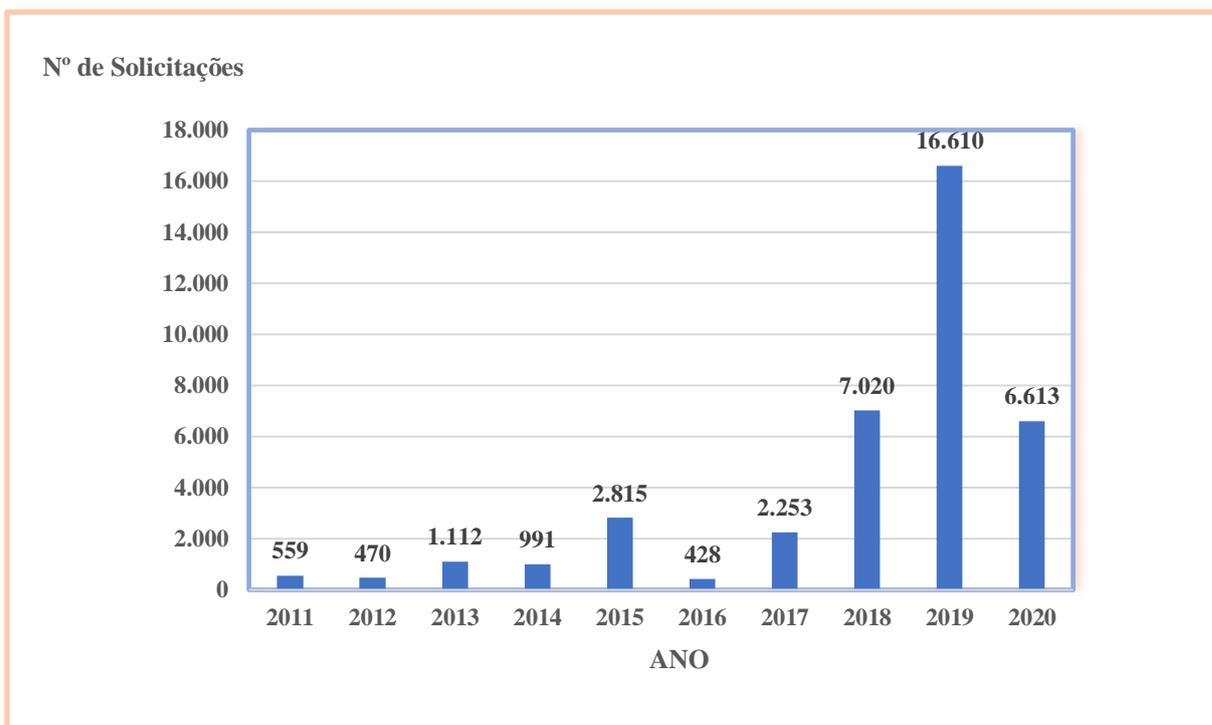
<sup>12</sup> O percurso mais comum e mais utilizado no início do fluxo tinha como origem Porto Príncipe e realizado por via aérea, com escala na Cidade do Panamá, eventualmente passando por São Domingo (República Dominicana). Da cidade do Panamá alguns seguiam para Quito (Equador) e outros diretamente para Lima (Peru). De Quito ou Lima, por via fluvial ou terrestre, os haitianos chegavam até a fronteira. Tabatinga, Amazonas; Assis Brasil, Basiléia e Etipaciolândia, todas no Acre eram os locais mais escolhidos. (FERNANDES; FARIAS, 2017, p. 150).

Fernandes; Farias (2017), apontam que estudos da OIM (2014), contextualizam que no processo migratório a ação dos coiotes era notória. Atuavam à princípio, fazendo com que os imigrantes acreditassem que o Brasil não fora afetado pela crise econômica de 2008 e que havia *déficit* de mão de obra, a empregabilidade era imediata e os salários poderiam atingir o valor de U\$ 1.000. Todavia o acesso para o país poderia variar de U\$ 2.000 a U\$ 4.500.

Ainda segundo os autores, após o trajeto até a fronteira brasileira, existia um longo caminho para regularização da situação migratória: eram indocumentados e, a única forma de garantir a permanência em solo brasileiro era por meio de solicitação de refúgio. Dessa forma um processo era iniciado e com esse protocolo, o imigrante tinha assegurado seus direitos previstos pela Constituição Federal bem como outros estabelecidos em convenções internacionais intrínsecas ao instituto do refúgio.

O **Gráfico 1** apresenta a evolução na última década do número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado para haitianos.

**Gráfico 1 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado Haitiano, segundo ano de solicitação – 2011 a 2020**



Fonte: Elaboração própria, base de dados OBMigra<sup>13</sup> (2023).

<sup>13</sup> Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado venezuelano, a partir dos dados da Polícia Federal (2011-2020).

O debate acerca da concessão do visto humanitário e não o reconhecimento do *status* de refugiado, se norteia no “mito do terremoto”<sup>14</sup>. Este seria o principal argumento dessa emigração para o Brasil e, desta maneira, não se insere nos critérios de concessão de refúgio (perseguição política, guerras ou perseguição de conflitos de qualquer natureza) materializados na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967 das Nações Unidas. (BAENINGER; PERES 2017).

Assim, O fluxo migratório de haitianos neste século no Brasil, a partir da 2010, na visão de Baeninger e Peres (2017, p. 137), acrescenta especificidades da migração de crise<sup>15</sup> para o caso brasileiro “amplificando a compreensão dos processos migratórios no país que possa abranger as dimensões transnacionais desse e de outros fluxos migratórios internacionais”. Sant’Ana (2022) analisa que o caso haitiano revelou a falta de preparo do país para lidar com pressões migratórias e testou a capacidade do país no gerenciamento de crises, cuja coordenação entre os diferentes órgãos e instâncias que se ocupam da temática migratória se mostram incipientes.

Diante do aumento explosivo de solicitações de refúgio (...) defendeu-se que não era possível reconhecê-los como refugiados (...) em razão da inadequação do instituto do refúgio. (...) Com a continuidade do fluxo desordenado de cidadãos haitianos pelas fronteiras do norte do Brasil (...) foi necessária a elaboração de uma política migratória especial, que visasse a, por um lado, desarticular as redes de contrabando de pessoas nos países da região e, por outro, estimular rotas regulares e seguras rumo ao território nacional. (SANT’ANA, 2022, p. 138).

No **Quadro 2** são apresentadas as principais ações normativas da política migratória brasileira voltadas aos fluxos de haitiano na década (2011-2020).

**Quadro 2 - Marcos regulatórios da política migratória para o fluxo de haitianos**

POLÍTICA MIGRÁTORIA PARA O FLUXO DE HAITIANOS	
Norma Jurídica	Efeitos legais
Resolução Normativa nº 97 do CNIg, de 12 de janeiro de 2012	- Cria a modalidade especial de visto permanente de caráter humanitário, exclusivamente emitido pela embaixada do Brasil em Porto Príncipe a cidadãos haitianos que comprovassem residência no Haiti, livre de requisito ou condicionalidade;

<sup>14</sup> Grifo no original.

<sup>15</sup> Dentro de uma perspectiva Bourdieusiana, a migração de crise corresponde à noção de campo social da migração, que engloba a origem, as etapas e o destino, refletindo um microcosmo dentro do espaço global. É um espaço onde ocorrem disputas e poder entre diferentes agentes da estrutura social, com a circulação de diferentes formas de capital: econômico, simbólico, social e humano. (BAENINGER; PERES, 2017, p. 123).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restringia a concessão de vistos especiais à cota de 1.200 por ano;</li> <li>- A Resolução seria sucessivamente prorrogada permanecendo válida até outubro de 2017.</li> </ul>
Resolução Normativa nº 102 do CNIg de 26 de abril de 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminou o teto anual de 1.200 vistos;</li> <li>- Abriu a possibilidade, por representações brasileiras nos países ao longo da rota de imigração irregular, da emissão do visto permanente de caráter humanitário.</li> </ul>
Despacho conjunto CONARE/CNIg de 12 de novembro de 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concede residência ao estoque acumulado de cidadãos haitianos que havia solicitado refúgio junto ao CONARE desde 2010.</li> </ul>
Portaria Interministerial nº 10 MJSP/MRE/MT de 6 de abril de 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispõe sobre a autorização do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos apátridas residentes na República do Haiti.</li> </ul> <p>Cabe ressaltar que este ato encontra respaldo na Lei nº 13.445/2017 e no Decreto nº 9.199/2017, os quais concedem competência a tais pastas para regular a matéria.</p> <p>(Trata-se da primeira portaria ref. ao visto humanitário para fins de acolhida humanitária fundamentado no novo marco regulatório).</p>

Fonte: elaboração própria com base em Sant'Ana (2022, p.138-144).

Compartilhamos a síntese de Sant'Ana (2022), na qual ressalta que o episódio da migração haitiana para o Brasil, sem embargo, mostra que apesar das diversas iniciativas do governo brasileiro com propósito de conceber um fluxo ordenado, seguro e regular de cidadãos haitianos, o Brasil demanda de uma governança regular que consiga compatibilizar as políticas públicas humanitárias. As instituições brasileiras em grande parte dos casos atuam de modo reativo e em caráter de urgência, e não de forma ativa e planejada.

### 1.5 Considerações do capítulo

O nascimento de um Estado-nação fruto da luta pela liberdade de ex-escravos africanos reverberaria como fonte inspiradora para toda América colonizada e escravizada. No decorrer de sua história, o Haiti vem angariando toda a sorte de dificuldades, resultado do domínio imperialista predatório, sangrentas disputas políticas internas, desastres naturais, uma economia alheia ao progresso tecnológico na agricultura, sua principal fonte de riquezas e, de um meio ambiente depauperado.

Nossa premissa é que a origem dos principais problemas do Haiti é de natureza política: é o país com maiores tradições de violência, controle e repressão política na América Central e Caribe. Em 200 anos como nação independente, seu processo histórico tem sido impactado por sucessivos golpes de Estado e a descontinuidade de seus governos, o que acarreta ações intervencionistas da comunidade internacional.

Em 2004 ex-integrantes das forças armadas haitianas desencadeariam uma rebelião que colapsaria o aparato de segurança, culminando com a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide em fevereiro de 2004. Nessa conjuntura, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a MINUSTAH. Nas palavras de Celso Amorim, à época, Ministro das Relações Exteriores de Lula da Silva, o principal objetivo da operação foi a de evitar que o Haiti caísse no abandono e mergulhasse em um círculo vicioso de instabilidade e de conflitos.

A missão para estabilização do Haiti contribuiu para a propagandização do país como destino de novos fluxos migratórios, mas também significou uma experiência sem precedentes para o Brasil no universo das missões de paz. Fundamentada em uma política externa mais agressiva e pragmática, que vislumbrava um novo ordenamento na América do Sul, a liderança do componente militar da MINUSTAH, ao encargo do Brasil, constituiu um marco relevante em prol da manutenção da paz e, da mesma forma inaugura na diplomacia brasileira uma nova dinâmica da inserção do país no cenário internacional.

O Brasil não apenas assumiu o comando militar da missão como também foi o país que maior efetivo trouxe para o componente. Apesar dos muitos questionamentos tanto no ambiente acadêmico, quanto no meio diplomático, civil e militar, a missão de paz fortaleceu o desejo de promover uma integração regional latino-americana por intermédio do protagonismo brasileiro.

A diáspora haitiana é um fenômeno que se confunde com a própria história do Haiti. No caso específico, os fluxos de haitianos para o Brasil têm como origem migratória o terremoto de 2010. Diante de um aumento exponencial de solicitações de deslocados ambientais, categoria que não se insere nos critérios do instituto do refúgio, as autoridades brasileiras tinham a percepção de tratar-se de uma questão humanitária e, por esta razão, a concessão de visto permanente de caráter humanitário para cidadãos haitianos.

## CAPÍTULO 2 – A MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Neste capítulo propomos apresentar a trajetória venezuelana pós-independência, seu panorama político, a problematidade advinda da questão rentista petrolífera e as implicações em sua política externa. A ascensão de Hugo Chávez ao poder, o embargo estadunidense, a questão da crise humanitária<sup>16</sup> recente e a política de fluxos migratórios para o Brasil.

No decorrer do século XX, a Venezuela atravessaria uma intensa revolução socioeconômica cuja evolução redefiniu as formas institucionais e organizacionais do país. Nesta senda, a cientista política López-Maya citada em Maringoni (2004, p. 84), afirma que “poucas coisas ocorrem na Venezuela que não tenham, direta ou indiretamente, a ver com petróleo”.

A frase resume a história do país de vocação agrária, despovoado e empobrecido ao longo do século. Ademais, na visão de Maringoni (2004), a crise batia às portas: sua geografia era desconhecida e no país existiam poucas estradas, sendo que 85% de sua população vivia no campo, havia uma dívida pública quatro vezes maior ao orçamento nacional e a miséria era crônica.

A guinada viria a partir dos *câmbios* motivados pelo impacto exponencial dos recursos oriundos da *renta petrolera* sobre uma sociedade atrasada socioeconomicamente. No decurso do século XX se iniciariam processos modernizadores na região, gerando uma nova classe média e frações de classe comparáveis aos países desenvolvidos do Norte Global, contudo, diametralmente criaria uma utopia política e social sobre falsas bases.

### 2.1 Venezuela – Antecedentes históricos e a era do petróleo

A história política da Venezuela se imbrica com a própria história política da América hispânica. Explica-se assim, de acordo com Neves (2010) que, não somente pelo passado colonial comum, mas igualmente por compartilhar com os países vizinhos o processo de independência comandado pela elite *criolla* – os descendentes de espanhóis nascidos na

---

<sup>16</sup> Crise humanitária é caracterizada por uma situação em que existe uma ameaça generalizada à vida, segurança física e saúde, que vai além da capacidade de resposta dos indivíduos e das comunidades residentes em um Estado. (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014 *apud* ANDRADE, 2018).

América. Com a Colômbia, antigo Vice-reino de Nova Granada<sup>17</sup>, formou ainda uma única nação entre 1819 e 1829, quando a Venezuela rompe a união fragmentando a República da Grã-Colômbia.

A forma em que se desenrolou na Venezuela a guerra de independência significou a destruição completa da ordem colonial que o império espanhol havia edificado de forma progressiva durante três séculos: uma estrutura social e política de castas e privilégios – onde os *criollos* da classe alta não podiam aspirar uma representação política maior que as logradas nos conselhos de governo. As leis, a máquina estatal, os sistemas de governo, as instâncias e mesmo funcionários superiores vinham da Espanha. A relevância e duração da guerra de independência traria intercorrências jamais vivenciadas por outro país latino-americano. Ao desaparecer a ordem colonial e começo da luta armada, o país cairia em um longo processo de anarquia e guerra que se prolongaria por cerca de um século. (PIETRI, 1992, p. 23, tradução nossa).

Dentro de uma conjuntura internacional materializada pela subalternidade ibérica às tentativas expansionistas da França de Napoleão Bonaparte e que para além, desestabilizaria por completo o aparato colonial na América espanhola, o processo de independência venezuelana na visão de Cícero (2015, p. 19), representaria um “tortuoso processo insurrecional” e a 5 de julho de 1811 “a insurgência *caraquenha* reverberou com rapidez”.

Conforme Maringoni (2004) e Uzcátegui (2010), após sua independência, a Venezuela viveria um longo período de instabilidade a partir da morte de Simón Bolívar, o *Libertador*, no ano de 1830, sobressaindo as disputas de poder por parte das oligarquias regionais. A fragmentação da Grande Colômbia – formada por Venezuela, Colômbia e Equador – grande sonho de Bolívar, buscava acolher os interesses das elites regionais e somente a Guerra Federal (1859-1863) poria fim de forma definitiva da ordem herdada da colônia. (MARINGONI, 2004).

Lander (2005) considera que o território hoje ocupado pela Venezuela viveu séculos sendo pobre e de escassa relevância na América Latina. Durante a conquista e a colônia, exceto pela ilusão nunca materializada de um *Eldorado*, a região tinha muito pouco a oferecer em contraste às riquezas imensuráveis em ouro e prata de outras regiões do continente. A chegada da república pós-guerra de independência e mesmo outras guerras internas, deterioraram ainda mais as condições materiais do país.

---

<sup>17</sup> Conforme Neves (2010), o Equador ainda se juntou no ano de 1822 à Grã-Colômbia, todavia as guerras para consolidação da independência duraram até 1823.

De acordo com Cícero (2015), no corte temporal que se estenderia até 1920, a Venezuela possuiria um sistema baseado na agricultura e voltado basicamente para o mercado internacional do café, do cacau e do gado, sendo tais *commodities* responsáveis por cerca de 80% do total das exportações venezuelanas.

A produção *per capita* no ano de 1920 originada da exportação agropecuária era de 250 dólares e uma população estimada em menos de 3 milhões de habitantes. Destes, 75% se concentravam nas zonas rurais, uma taxa de analfabetismo da ordem de 70%, a população era acometida por enfermidades como malária, paludismo, tuberculose e outras. Em resumo, um país de reduzida importância na cena internacional (MARINGONI, 2004; LANDER, 2005).

No panorama das relações internacionais a Venezuela teve sua diplomacia atrelada ao seu passado colonial, uma vez que até o início do século XX o país não havia concluído a construção do Estado nacional. Sua frágil economia primário-exportadora, uma população desigualmente distribuída, ao passo que o caudilhismo e as lutas internas marcavam a vida da elite agrária e militar. Com tamanha debilidade e instabilidade internas, o país foi um ator bastante modesto, chegando a perder parte de seu território a estados vizinhos e para a potência colonial inglesa, com a demarcação de modo adverso das fronteiras contestadas. O estrago só não seria maior face à concorrência existente entre os Estados Unidos e os Estados-nações europeus durante o século passado. (VISENTINI, 2003).

A guerra civil, camponesa e antioligárquica, simbolizou um marco histórico rumo à democratização da Venezuela. A partir do governo ditatorial de Cipriano Castro (1889-1908) e mais precisamente, no governo de seu sucessor, o também general Juan Vicente Gómez (1908-1935), o caudilhismo regional seria liquidado e o poder centralizado, conforme Maringoni (2008), à ferro e fogo.

Gómez, por meio de um golpe assumiria o poder e literalmente transformaria a Venezuela em seu feudo particular sob a proteção militar estadunidense e, em contrapartida, abriria o país ao capital estrangeiro, abandonando as bases agrícolas: “em pouco mais de duas décadas (a Venezuela), passou de uma imensa fazenda primitiva para um país de importância estratégica no mundo capitalista”. (MARINGONI, 2008, p. 44). Sob o tema Neves (2010, p. 44), complementa:

No período de Gómez, a economia venezuelana sofre uma profunda transformação passando de fundamentalmente agrária para exportadora de petróleo, produto que assume o primeiro lugar na pauta de exportações do país já em 1926. Inicia-se nesse período, também, o acentuado processo de urbanização que a Venezuela testemunharia nas décadas seguintes.

Ao longo do século XX se iniciaria um dos processos modernizadores mais exitosos da região, gerando uma nova classe média e alta, com níveis comparáveis aos países desenvolvidos, a ponto do ingresso *per capita* venezuelano ser o dobro da Itália e igual ao da Alemanha Ocidental durante os anos setenta. (LANDER, 2005).

Complementarmente a esses dados, Furtado (2004, p. 35), salienta que em fins da década de 50, a “Venezuela era a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto *per capita* que existia no mundo”. Fica latente que esse avanço das condições materiais de vida alcançaria os setores mais pobres da população em educação e saúde, abrindo caminho às expectativas de ascenso social. (MARINGONI, 2008).

Vários fatos históricos podem servir de referência para assinalar o início da era petrolífera na Venezuela. Lander (2002), Maringoni (2008), Rincón *et al.* (2016) assinalam ainda que, de forma rápida, o país incorporaria a pesquisa de hidrocarbonetos em 1878 no estado de Táchira com a constituição ainda naquele ano da *Compañía Nacional Minera Petrolera del Táchira (Petrolia)*. Seu proprietário, Manuel Pulido, obteve a concessão do governo regional para extração e exploração de uma jazida de petróleo até 1924 em uma localidade conhecida como *La Alguitrana*, próxima à fronteira com a Colômbia. (MARINGONI, 2008; RINCÓN *et al.* 2016).

Ao retornarmos a reflexão de Maringoni (2008, p. 45), observa-se que o autor destaca a influência das empresas estrangeiras na obtenção de uma legislação para regulamentação da atividade petroleira. “As empresas estrangeiras arrancaram do general Gómez uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições definidas de concessões, de royalties e de cobrança de impostos”. Em contraponto, o Estado venezuelano seria o incontestável proprietário das jazidas. De mais a mais, receberia 15% do total produzido: era a primeira Lei de Hidrocarbonetos no ano de 1920. (LANDER, 2002).

Não havia volta. Em oito anos na década de 1920, o negócio explodiu: de despreziosos 1,4 milhão de barris, a Venezuela produziria no final daquele decênio, 137 milhões de barris, sendo o segundo maior produtor mundial, superado apenas pelos Estados Unidos. “Aquele riqueza negra transformou a pátria de Bolívar em uma economia extrativista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil.” (MARINGONI, 2008, p. 45).

Cícero e Gomes (2021), assinalam o ano de 1927 como marco inicial de uma nova fase na Venezuela. Os autores contextualizam que naquela ocasião, pela primeira vez as

exportações de petróleo e outros minérios superariam as exportações agrícolas em sua balança comercial. Paralelamente, o Estado venezuelano se judicializou como principal beneficiário, a nível nacional, dos *royalties* pagos pelas empresas transnacionais. Essas sim, auferiam a maior parte dos lucros oriundos da comercialização do ouro negro. Foi desse aporte financeiro que se ergueria o primeiro regime político a conceber a unidade nacional após um século de guerras civis, a chamada Venezuela Gomecista.

Lander (2005) destaca que, na compreensão da mercantilização petrolífera moderna há que se ter em mente o movimento de muitas forças e interesses de vários atores que participam de um negócio mundial, globalizado. O sociólogo venezuelano contrapõe que, mesmo com toda a sorte que o destino do petróleo outorgou a Venezuela, o país não esteve livre de contradições.

*La modernización financiada con los petrodólares tuvo siempre pies de barro. El carácter "rentista" de la economía moldearía un aparato de Estado y una sociedad acostumbrados a la riqueza fácil y dependientes en extremo de los vaivenes del mercado petrolero internacional. A pesar de los discursos y de los esfuerzos realizados a lo largo del siglo por construir una economía más diversificada, por sembrar el petróleo, aún hoy la participación del petróleo en el PIB es de más de un cuarto, en el ingreso fiscal de más del 50% y las exportaciones petroleras superan el 80% del total de las exportaciones venezolanas. (LANDER, 2005, p. 03, grifo no original).*

Maringoni (2008), ressalta que apesar de uma migração interna de trabalhadores rurais para os campos petrolíferos, o regime latifundiário que controlava 80% das terras privadas, não desapareceu, para adiante conviveu e completou a nova fonte de riquezas. A aliança entre as classes dominantes internas – burguesia comercial, bancária e latifundiária – e os monopólios estrangeiros do petróleo, objetivada na política de concessões, manter-se-ia até a morte natural de Gómez, em dezembro de 1935. O autor materializa que: o desaparecimento de Gómez legou uma indústria petrolífera em torno da qual toda a nação orbitava. Nesta toada, o fim da ditadura liberou uma série de forças sociais estagnadas por anos de autoritarismo<sup>18</sup>.

Rivas (1994), Maringoni (2008), admitem que a morte de Gómez em 1935 assinala um novo período da história econômica e política da Venezuela, pondo fim ao regime ditatorial. Fomentou-se a necessidade de impulsionar um processo de modernização econômica para o país, fazer do Estado o eixo ordenador da economia nacional. A crise de 1929 e o petróleo provocaram *câmbios* na estrutura nacional que forçaria o governo a

---

<sup>18</sup> Várias organizações e lideranças políticas haviam surgido clandestinamente ou no exílio, mas só vieram a ter existência legal a partir do desaparecimento da ditadura. (MARINGONI, 2018, p.47).

impulsionar uma nova política econômica internacional, cujo *core* era a defesa da produção interna do país.

Ainda, segundo os autores, a Venezuela desenvolveu uma política protecionista ratificada durante muitos anos, na defesa de seus produtos no mercado internacional. Para além dessa perspectiva, no plano político e militar a Venezuela foi adepta da política *del Buen Vecino*<sup>19</sup>. Outro fator relevante e que favoreceria a produção local, foi a nacionalização do petróleo mexicano em 1938, deslocando boa parte dos investimentos estrangeiros daquele país para a Venezuela.

No século XX, o país passaria por uma intensa revolução socioeconômica que possibilitou a criação de instituições e organizações que conforme Rincón *et al.* (2016), redefiniram as formas de organizações herdadas no século anterior. O processo só se tornou possível a partir dos *câmbios* gerados sob o impacto vertiginoso dos recursos provenientes da renda petrolífera em uma sociedade cujas exigências eram orientadas desde as primeiras décadas do século XX por dimensões próprias de um país rural. Os autores ressaltam:

*El extraordinario impacto que generó el petróleo sobre esta sociedad atrasada, agropecuária, rural, con una estructura de propiedad agraria de tipo latifundista, dio origen, más allá de sus efectos directos, a la reflexión sobre el proceso que experimentaba toda Venezuela.* (RINCÓN *et al.*, 2016, p. 30).

Vale salientar, o ponto de vista de Cícero (2018), ao admitir que se tornaria grande preocupação entre o meio acadêmico e governantes venezuelanos, a importância da instauração de estudos e análises acerca da construção de um entendimento crítico do modo pelo qual algumas economias tais como a venezuelana são estruturadas considerando que a produção de riqueza no país é auferida primordialmente, por meio da extração e venda de petróleo para o mercado externo.

O grande marco regulatório da questão petrolífera, anterior à nacionalização na segunda metade dos anos setenta, ocorre em 1943, quando se promulgaria uma nova Lei de Hidrocarbonetos que significou entre outras coisas, um incremento das regalias (RIVAS, 1994; MARINGONI, 2004; LANDER, 2005). Os *royalties* passaram de uma média de 9% a um mínimo de 16,6% e a unificação de todas as concessões em um mesmo regime.

---

<sup>19</sup> A política levada a efeito por F. D. Roosevelt, significou uma mudança correlacionada a forma de condução dos Estados Unidos com a América espanhola, conhecido na arena geopolítica como “Política da Boa Vizinhança”. Independente das condições internas da política estadunidense, essa nova guinada tinha a ver com dois fatores sumamente importantes: a crise de 1929 e o temor de uma nova guerra. Roosevelt procurou promover um plano de defesa para as economias latino-americanas a fim de garantir a sobrevivência da economia estadunidense. O resultado dessa política permitiu que a América latina despertasse para sua importância econômica e usasse esse artifício como base para negociação e obtenção de vantagens econômicas. (RIVAS, 1994, p. 205, grifo no original, tradução nossa).

Neves, 2010; Lander, 2005, destacam ainda, a importância de uma nova reforma tributária em 1948. A lei impositiva, que se convencionou chamar de *fifty-fifty* garantia ao Estado uma participação nos lucros nunca inferior a 50% e que seria o padrão assumido pelos demais produtores de petróleo.

Em 1958 seriam proibidas novas concessões e a alíquota a vigorar chegaria a 60% em 1960. Ainda na área econômica, o primeiro governo civil de Rómulo Betancourt (1958-1964) pretendeu estimular o modelo de substituições de importações com a aplicação de medidas protecionistas. (OLIVEIRA, 2013).

Nesta direção, o ano de 1960 seria notadamente relevante, visto que o Estado venezuelano cria a sua própria companhia para exploração de novas aéreas, a *Corporación Venezolana del Petróleo* (CVP) e participa no mesmo ano, da fundação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). (NEVES, 2010)

Outrossim, fica latente que o sucesso da democracia venezuelana viria de um acordo político – *Pacto de Punto Fijo*, (AZEVEDO, 2003; MARINGONI, 2004; VALENTE, 2010; OLIVEIRA, 2013; CÍCERO, 2015). Logo após a queda do General Pérez Jimenez e com o apoio das forças armadas, a junta de governo constituída em 1958, convocaria eleições vencidas pelo candidato da *Acción Democrática*, Rómulo Betancourt. No ano seguinte o presidente eleito, juntamente com Rafael Caldeira do COPEI e Jovito Villalba da *Unión Republicana Democrática* (URD) estabeleceram o acordo de *Punto Fijo*. (CÍCERO, 2015).

Assinado em 1958, o regime puntofijista (1958-1998) estabeleceu os preceitos de uma democracia de forte tendência populista fundamentada no bipartidarismo: a Ação Democrática (AD) de inclinação social-democrata e, o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), de perfil democrático-cristão, se alternariam no poder sem alterar as estruturas essenciais, respeitando o que fora acordado no Pacto. Nesse percurso, a política externa teve como um de seus sustentáculos a defesa de governos democráticos no continente: a Doutrina Betancourt<sup>20</sup>. (VISENTINI, 2003).

Oliveira (2013) argumenta que, até a década de 1960, a Venezuela se achava isolada internacionalmente, optando por sua aliança com os Estados Unidos. Somente após a redemocratização ocorrida em 1958, e que colocaria fim ao governo de Pérez Jimenez e a

---

<sup>20</sup> Valente (2013, p. 4) assinala que o receio de que o comunismo avançasse pelo Caribe e pela América Central e chegasse à Venezuela provocou um movimento de aproximação com a Casa Branca. Ao mesmo tempo em que combate o comunismo internamente, ajuda a combater à Revolução Cubana e seus desdobramentos. A “Doutrina Betancourt” soa como uma determinação de somente reconhecer governos oriundos de eleições constitucionais. (Cervo, 2003, p. 158, grifo no original).

ditadura, a política externa foi *pari passu* tornando-se mais ativa e independente, incentivando a integração regional, ao mesmo tempo em que buscava mais visibilidade ao país. A respeito do pacto puntofigista, a autora contextualiza que:

O acordo que instituiu o sistema democrático consolidou-se em virtude de dois sustentáculos, por um lado, através do direcionamento da renda petrolífera para o atendimento de demandas setoriais, corporativas e privadas dos principais atores da cena política, incluindo-se a organização militar e, por outro, por sua própria engenharia institucional. Com efeito, o desenho das regras eleitorais facilitou a colonização do Estado por parte dos dois maiores partidos – *Acción Democrática* (AD), dominante, e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) – que se alternaram no governo durante quarenta anos, isto é, de 1959 a 1999, configurando o chamado “efeito pêndulo” da política Venezuelana a cada quinquênio. (OLIVEIRA, 2013, p. 41, grifo no original).

**Quadro 3 - Efeito Pêndulo na Política Venezuelana**

<b>POLÍTICA VENEZUELANA (1959 – 1999)</b>		
<b>PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PARTIDO</b>
Rómulo Betancourt	1959-1964	AD
Raúl Leoni	1964-1969	AD
Rafael Caldera	1969-1974	COPEI
Carlos Andrés Pérez	1974-1979	AD
Luis Herrera Campins	1979-1984	COPEI
Jaime Lusinchi	1984-1989	AD
Carlos Andrés Pérez	1989-1993	AD
Rafael Caldera	1994-1999	COPEI

Elaboração própria. Com base em: Alvarez (2006) *apud* Oliveira (2013, p. 133).

Ressalta-se que, a fim de frear os efeitos adversos do *boom* petrolífero, o governo de Andrés Pérez em 1975 apresentou um projeto de lei para a nacionalização do setor. O mesmo seria aprovado ainda naquele ano e, a partir de então, ao Estado ficaria outorgado o direito de exploração, manufatura, refino, transporte e comércio. As concessões petrolíferas foram extintas, destarte, abolindo o direito das transnacionais de realizar atividades no setor. A nacionalização foi favorecida pelo forte apoio popular e pela coesão entre as elites que forçaram o consenso político. (OLIVEIRA, 2013).

Outro fator extremamente relevante ao longo da década de 70 foi a capacidade por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em fixar por decisão própria os preços internacionais do petróleo. Os reajustes consideráveis dos preços do petróleo em 1973-1974 e, em 1979-1980, preconizaram que a era de prosperidade teria

chegado. O volume de rendimentos iria não apenas beneficiar de forma generosa o balanço de pagamentos e pôr fim ao desequilíbrio financeiro externo (fonte de dificuldades para países em desenvolvimento), como também contribuir de forma decisiva para o financiamento do desenvolvimento e a preparação da era pós-petróleo. A abundância petrolífera seria o mote para o progresso econômico generalizado o que beneficiaria a coesão social, a estabilidade política e a democracia. (MAZA ZABALA, 1981).

Assim, os países petroleiros num curto espaço de tempo alçariam ao patamar dos países industrialmente avançados. (AHMED, 2008 [1989]). Todavia, a realidade velozmente seria outra. Nesse diapasão o autor dialoga com o entendimento de Amouzegar, (1982, p. 814-815):

A prosperidade desigual nos diversos países, se faz à custa de novas tensões sociopolíticas. Em alguns países ela desencadeou poderosas formas internas desestabilizadoras. Com raras exceções, os *superávits* do balanço de pagamentos se transformaram em *déficits* (...) as importações em crescimento exponencial agravaram as tensões inflacionárias (...) na ausência de uma política deliberada de mudanças estruturais, o progresso técnico continuava a ser uma ilusão e a industrialização, um *gadget*.

Os países latino-americanos nas três últimas décadas do final do século XX, viveriam uma sucessão de sacrifícios econômicos que os tornaram profundamente dependentes do capital externo, o que impossibilitou a manutenção de taxas sustentáveis progressivas e a estabilidade política, quase sempre resultado de causas externas, dentre as quais, à chamada crise do petróleo na década dos anos setenta. (MUNHOZ, 2003).

O autor analisa que os problemas dos anos 70 refletiram nas atividades das economias periféricas causando enorme endividamento externo e, em fortes pressões inflacionárias internas. Desta forma, os anos 80 assistiriam as economias latino-americanas mergulhadas em políticas recessivas, fruto de medidas ortodoxas introduzidas no sistema produtivo.

Embora o *boom* econômico que o destino petroleiro concedeu, a Venezuela não estava desamarrada às contradições. Constatou-se que as debilidades internas da economia venezuelana acompanhadas da nova conjuntura internacional, fruto da globalização neoliberal, subsumiram o país a um longo e penoso processo de deterioração econômica e social que juntas, reverteram importantes conquistas em anos pretéritos. Sem sucesso, procurou-se por meio de programas de reestruturação e ajuste macroeconômico lograrem conter a recessão e a degradação das condições de vida das minorias. (LANDER, 2005, p. 03, tradução nossa).

A abundância exponencial da riqueza petrolífera não só adulterou todos os mecanismos da economia, contudo, ao mesmo tempo criou uma realidade política e social sobre falsas bases. A imensa riqueza gerada pela exploração do petróleo em um país de proporções modestas tanto por sua população, quanto por sua economia, como era a Venezuela no começo do século XX, produziria imensas distorções e a perda total da noção dos parâmetros dentro dos quais a sociedade pudesse crescer e se desenvolver de forma positiva. A imensa riqueza capitaneada inteiramente nas mãos do Estado venezuelano, sobretudo, a partir dos anos 70, se multiplicaram por milhares de vezes de uma maneira desconexa, sucumbindo a tentação fácil e ao providencialismo governamental. (PIETRI, 1992, p. 126, tradução nossa).

O economista venezuelano Maza-Zabala (1981) aduz que, a história do capitalismo na Venezuela durante a *era petrolera* – quando de fato, se estabelece um crescimento de índole capitalista, particularmente pós-Segunda Guerra Mundial, apresenta uma constante:

Los gobiernos que se han sucedido, de uno u otro signo, dictatoriales o democráticos, han tratado de favorecer, y efectivamente han favorecido, a grupos más o menos definidos que se han convertido en esa época del privilegio en los mayores beneficiarios de la acumulación de capital (...). Precisamente la reacción de una parte de la burguesía venezolana, en los años 1957/58, que dio por resultado, entre otros hechos políticos y Sociales, la caída del dictador Pérez Jiménez, se debió a que la burguesía emergente, no estaba incluida directamente en el grupo nuclear de la acumulación a través de los privilegios otorgados por el régimen (...). En los gobiernos democráticos, después de 1958, cada régimen ha tendido a favorecer grupos o varios grupos, determinándose así una concentración peculiar de la riqueza. (...) Puede apreciarse como la burguesía venezolana a través de la historia ha venido formándose y creciendo en virtud de sus vinculaciones privilegiadas. (MAZA-ZABALA, 1981, p. 41).

Na análise de Visentini (2003), ao retomar à reflexão do processo de globalização e o fim da Guerra Fria, a política externa venezuelana (PEV) evidencia um padrão peculiar e emancipatório. Membro atuante do Movimento dos Países Não-Alinhados e, beneficiado pela renda do petróleo, estampou um padrão econômico e democrático que divergiu do restante da América nas décadas anteriores. Sua *performance*, no campo da diplomacia relativamente autônoma, harmonizou-se com a Casa Branca, especificamente no plano econômico.

Sem embargo, a última década do século XX seria marcada pelas profundas transformações no reordenamento mundial e da globalização. A Venezuela perpassaria uma crise sem precedentes afetando a governabilidade, conduzindo à emergência de um novo sistema político em 1998. (VISENTINI, 2003).

Cícero (2018) admite que, no decorrer do século XX, as relações internacionais e, especificamente interamericanas foram pautadas por um padrão de comportamento dual por parte dos venezuelanos. Por um lado, optou-se pela adoção de uma política colaborativa às demandas formuladas por Washington, diante do desejo de consolidação de alianças comerciais com os EUA. Por outro, de forma subjacente, a diplomacia vem conduzindo um esforço sistêmico no sentido de se aproximar dos países da América Central e do Caribe.

Na visão de Maringoni (2008), as eleições presidenciais de 5 de dezembro de 1993 evidenciariam uma crise do sistema partidário venezuelano o qual se encontrava hegemônico pela AD e COPEI há décadas. Esses partidos somados, chegavam a conquistar cerca de 90% da votação em disputas presidenciais, ademais, a partir de 1974, obteriam mais de 80% das cadeiras do Congresso.

O autor pontua que, o resultado das urnas exibiria uma oscilação radical com uma queda vertiginosa de popularidade dos partidos tradicionais. Outro dado importante, o fato de que nas eleições de 1988, 18% do eleitorado não compareceu para votar, ao passo que, em 1993, 38,84%, ou seja, mais que o dobro não compareceu as urnas. O descrédito do governo e das instituições venezuelanas era tamanha que, as tentativas de golpe não foram recebidas com antipatia, mas sim, o oposto.

## **2.2 A Chegada de Hugo Chávez ao poder e os impactos do embargo estadunidense**

Em 1992, o então tenente coronel Hugo Rafael Chávez Frias liderou um movimento (MBR – Movimento Bolivariano Revolucionário) com vistas a um golpe militar. O levante fracassaria e, em cadeia de rádio e TV, pediria que seus companheiros se rendessem:

Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos (...). Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. O comandante Chávez lhes lança a oportunidade para que reflitam e deponham suas armas (...). Assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. (Trecho do pronunciamento de CHÁVEZ, 1992 *apud* MARINGONI, 2004, p.144).

Após a anistia aos golpistas em 1994, Chávez decidiu transformar o MBR em um partido, o MVR – Movimento Quinta República “em alusão à ideia de que era necessário refundar a Venezuela” criando uma nova República assim como novas instituições (BOTELHO, 2009, p. 336). “Chávez tinha seus méritos, entre eles, o da ousadia, pode-se não gostar dele (...), mas, não se pode desdenhar de sua capacidade de surpreender (MARINGONI, 2004, p. 21).

O autor salienta ainda que, a queda do muro de Berlim em 1989, o desmanche da União Soviética em 1991 e, o predomínio do modelo neoliberal em quase todas as partes do globo emperraram as forças que disseminavam mudanças na ordem social.

Em 1999 com a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, introduz-se uma (nova) fase marcada por governos progressistas na América do Sul, a chamada “onda rosa”. Nesse cenário, observa-se a execução de uma política externa *sui generis* na região, corporificada a partir da conflitualidade em relação aos Estados Unidos e, que vigoraria até 2009. Por mais de quatro décadas os diversos governos que passaram pelo Palácio Miraflores seriam lembrados por seus alinhamentos em relação à Washington, em particular, na questão fundamental de quase todo o corte temporal da Guerra Fria, ou seja, o combate ao comunismo. (VALENTE, 2012).

O processo político no qual se insere Hugo Chavez, na visão de Cícero (2015) carrega duas principais perspectivas acerca da Revolução Bolivariana<sup>21</sup>:

A primeira, defendida pelos simpatizantes do bolivarianismo, retrata o governo como o motor de uma série de modificações radicais articuladas com vistas à construção do “Socialismo do Século XXI”, (...) consolidaram no país caribenho práticas capazes de dar vazão a uma série de iniciativas e ações pautadas na oposição aos princípios e valores do capitalismo neoliberal. A segunda interpretação – erigida por atores e forças de oposição vinculadas, em sua maioria, às antigas bases políticas *puntofijistas* – notabilizou-se por retratar Chávez como um ditador que, por meio de seu governo, tentou impor, à força, o socialismo no país caribenho. (CÍCERO, 2015, p. 3, grifo no original).

A segunda eleição de Carlos Andrés Pérez da AD em meio à crise, faria o social-democrata adotar um pacote de medidas neoliberais em 1989, pautada por um forte ajuste fiscal, privatização de estatais – exceção à petrolífera – e enxugamento da máquina administrativa (VILLA, 2005). “Hugo Chávez surge na esteira dessa crise e torna-se uma liderança extremamente popular da noite para o dia”. O novo líder venezuelano encontraria uma sociedade anômica, sem referências institucionais e mesmo credibilidade. Partidos, sindicatos e órgãos de Estado sem legitimidade. (MARINGONI, 2008, p. 169).

Maringoni (2004) argumenta que a vitória nas urnas em 1998 foi incontestável. Chávez recebeu 58% dos votos válidos frente ao adversário Enrique Salas Romer Feo. Em contrapartida, os partidos tradicionais – AD e COPEI – abandonaram seus candidatos nos meses finais do escrutínio, passando a apoiar o candidato Sales Feo, optante da continuidade

---

<sup>21</sup> A designação é uma referência ao legado (político e histórico) de Simon Bolívar. O próprio nome do país foi alterado na Carta Magna do país para República Bolivariana da Venezuela. Maringoni (2008), ressalta que a ideia de revolução perpassaria toda ação do governo chavista, no sentido de uma transformação radical da realidade, uma luta política e ideológica de envergadura.

de uma agenda neoliberal e que não pertencia a nenhum dos partidos tradicionais, tampouco a nenhum outro pequeno partido tradicional. Em 2004, a continuidade do mandato de Hugo Chávez seria ratificada de forma taxativa, obtendo 59,1% dos votos válidos dos venezuelanos contra 40% obtidos pela opção no referendo revogatório.

Chávez é não só um líder, mas o principal e praticamente único garantidor do processo político em curso no país. É porta-voz central de seu governo, assim como é o grande intelectual, formulador e estrategista das ações do Estado (...) ao liderar o processo constituinte e estabelecer parâmetros constitucionais, Chávez tornou-se o fiador da legalidade e logrou empurrar os setores das classes dominantes que tentaram derrubá-lo para a periferia da atividade política. (...) a ideia de revolução embalava toda a ação de governo. A Venezuela viveria uma *revolução bolivariana*. (MARANGONI, 2008, p. 170-171, grifo no original).

Villa (2005), pressupõe que o fenômeno eleitoral em que se transformou Chávez, além do comportamento positivo da economia venezuelana nos indicadores macroeconômicos<sup>22</sup> a partir de 2004, reside no fato de que seu governo se legitima fundamentalmente em clivagens que extrapolam a natureza política. Seus altos índices de aprovação popular e nas urnas são o resultado das ações sociais em benefício de setores (mais) marginalizados da população. Destacam-se positivamente o impacto positivo dos planos sociais como *Missiones* – medidas sociais de curto, médio e longo prazo:

O programa de Saúde *Bairro Adentro*, dentro do qual médicos, cubanos em sua maioria, prestam consultas diárias (...) os programas *Mercal*, que são espécies de feiras populares, nas quais mais de vinte produtos da cesta básica podem ser comprados a preços subsidiados pelo governo; o programa de distribuição gratuita de alimentação pronta a setores populares que vivem em condição de quase indigência. O plano que possui efeitos de longo prazo concentra-se na área de educação (...) *Missão Robinson*, que pretendia alfabetizar mais de 1,5 milhão de pessoas entre os anos de 2003 e 2004; a *Missão Ribas*, que objetiva o reingresso no subsistema de segundo grau de pessoas que anda não concluíram seus estudos; e (...), a *Missão Sucre* (...) que se propõe incorporar 500 mil estudantes sem vaga no sistema de educação superior público e privado. (VILLA, 2005, p. 165-166).

Ao longo do governo do Comandante Chávez (1999-2013), a Venezuela viveu anos de prosperidade tanto econômica quanto social. Com uma economia 90% dependente da produção e exportação do petróleo, onde o preço médio do barril superava US\$ 100 (cem dólares), o aumento da demanda por petróleo venezuelano e a alta dos preços do produto resultariam na amplificação dos regimes de bem-estar social. Foi possível a adoção de programas sociais, de transferência de renda, de avanços na melhoria dos serviços de saúde e educação, construção de moradias populares, dentre outros benefícios. As ações

---

<sup>22</sup> No primeiro semestre de 2004, o PIB cresceu 23,1% em comparação ao mesmo ano de 2003. O comportamento da economia refletiu-se na queda do desemprego que passaria de 18% no primeiro semestre de 2003 para 15% no primeiro semestre de 2004. (Quantum, 2004 *apud* Villa, 2005).

implementadas pavimentaram o caminho reformador da sociedade venezuelana do modo de produção capitalista para o socialismo bolivariano. (OLIVEIRA, 2019).

Verificou-se uma queda da taxa de pobreza de 50% em 1998, para 30% até 2012. Todavia, a queda do preço do petróleo de US\$ 115 por barril em 2014, para US\$ 27 por barril em 2016, fez a economia venezuelana ruir. Apesar disso, não ocorreu uma redução dos gastos sociais que o governo vinha executando, compensatoriamente à redução do fluxo de caixa, gerando maior endividamento. O governo passou a emitir moeda (bolívares) para enfrentamento da crise, o que gerou um aumento da oferta monetária (10,6 bilhões de bolívares em 1998 para 290 bilhões bolívares em 2010, atingindo 7.513 bilhões de bolívares em 2016), provocando inflação de preços domésticos além da queda do valor da moeda venezuelana. (PERUMAL P., 2017 *apud* TRIPATHI; GIRISANKER, 2020).

O nó górdio estrutural da econômica venezuelana está na forma como o país trabalha com sua maior fonte de riqueza, o petróleo. “*El petróleo no sólo es fuente de energía, también lo es de conflicto*”. Como recurso estratégico, o petróleo carrega um valor intrínseco, que vai além de sua riqueza mineral. As relações internacionais não se compreendem sem sua presença como um dos eixos ordenadores da geopolítica do século XX. De seu estudo compreende a dinâmica de guerras, intervenções, golpes de Estado, alianças estratégicas e dinâmicas de confrontação no século XXI. (MENDOZA, 2017, p. 345, tradução nossa).

Desta maneira, Maringoni (2008) contextualiza que, em uma economia periférica, circundada de toda sorte de bloqueios – históricos, políticos, financeiros, infra estruturais etc., o combustível não tem como *core* avançar no desenvolvimento interno, mas ser parte constituinte dos interesses e das economias dos países ricos.

A abundância natural conforma também o regime extrativista e primário exportador. Tal característica inibe a diversificação da planta produtiva e torna a Venezuela vulnerável às oscilações do óleo no mercado internacional. (...) Em fases de baixa nos preços, como se sucedeu na maior parte dos anos 1980 e 1990, o país sucumbe em prolongadas crises econômica, social e política. (MARINGONI, 2008, p. 147-148).

O fato de o petróleo responder pela quase totalidade da economia acaba por inibir outras atividades produtivas. O fato não se confirma apenas como fenômeno peculiar venezuelano. Conforme Maringoni (2008); Cícero; Gomes, (2021) já foi classificado dentro

dos estudos econômicos pelo nome de doença holandesa<sup>23</sup> <sup>24</sup>. Assim como em outros Estados-nações com abundância de recursos naturais: a vantagem da Venezuela é, simultaneamente, a sua limitação.

Em resumo, Cícero (2018), analisa que os ganhos comerciais gerados pela indústria petrolífera não se capilarizaram ao resto da economia, fundamentalmente por ser esta uma atividade constituinte de um negócio internacional e que vis-à-vis contribuiu para a construção de um cenário político econômico complexo e de difícil administração. As primeiras décadas da atividade petrolífera conforme o autor afirma, o dinheiro literalmente brotava do chão, todavia o futuro que se apresentava, face ao excesso de divisas e substancialmente pela concentração progressiva da renda, impediria a vinculação de grande parte da população às atividades produtivas.

Os erros da oposição venezuelana assim como o aparelhamento da ação política e social solidificaram a posição do chavismo como liderança hegemônica na Venezuela. Villa (2005, p. 168), é categórico em afirmar que “a emergência política de Chávez representa na história da Venezuela democrática (...) um inegável marco divisor”.

A Venezuela foi palco de crises políticas e sociais durante um longo período de preços baixos do petróleo, entre 1983 e o início do século XXI. Conforme Maringoni (2008), ao longo da história da América Latina, intervenções estrangeiras têm sido uma constante por vários motivos, dentre eles incluem os seus vastos recursos minerais. Segundo Moniz Bandeira (2003), a política exterior de Washington para a América Latina, nunca foi, de fato,

---

<sup>23</sup> Segundo Souza (2018, p. 48) os estudos produzidos por Sachs e Warner (1995, 1999) demonstram uma relação existente entre abundância de recursos naturais e crescimento econômico. Entretanto, a longo prazo o emprego de tais recursos tende a inibir o crescimento econômico futuro pela falta de matérias primas, energia e outros insumos. O termo surgiu na década de 70 após a descoberta de grandes depósitos de gás natural na Holanda. A doença holandesa se fez presente no momento em que as exportações de petróleo aumentaram o volume de reservas cambiais, o que valorizou a moeda nacional tornando as exportações de outros setores menos competitivos e por conseguinte diminuindo suas exportações. Paralelamente, a depreciação geral dos bens de consumo importados reduziu o mercado interno para a indústria nacional por meio do aumento da concorrência de produtos vindos do exterior. No caso venezuelano em específico, Baptista (1997) *apud* Souza (2018) considera que a renda petrolífera é uma renda internacional da terra, não é o resultado de um esforço produtivo interno. A renda é assenhorada pelo Estado que então a distribui aos diferentes grupos sociais, que a transfere à produção de bens de consumo, porém sem contrapartida de esforços produtivos.

<sup>24</sup> O mais conhecido malefício da abundância primário-exportadora deriva da “doença holandesa”, vírus que infecta o país exportador de uma matéria prima quando seu preço elevado provoca um *boom* de exportação primária. Esse ingresso abrupto e massivo de divisas conduz a uma sobrevalorização da taxa de câmbio e a uma perda de competitividade, prejudicando todo o setor manufatureiro e agropecuário exportador. À medida que a taxa de câmbio real se valoriza, os recursos migram para o setor de exportação primária, distorcendo a estrutura da economia, cortando fundos que poderiam ser direcionados para setores que propiciem maior valor agregado, emprego e progresso técnico. (SCHULDITZ; ACOSTA, 2006, p. 73, tradução nossa, grifo no original).

congruente com os princípios da democracia estadunidense, que de forma recorrente constituíram um elemento marginal, para efeito de retórica.

A interferência dos Estados Unidos na política interna da Venezuela aconteceu durante todo o século XX e se estende até nossos dias. O petróleo venezuelano é o principal produto para o mercado estadunidense e, por conseguinte os Estados Unidos monitoram o governo chavista desde sua vitória nas eleições de 1998.

Salgado (2018), admite que o estranhamento entre os dois países se acirrará em 2001. Naquele ano, Chávez assumiria uma postura crítica em relação ao comportamento da Casa Branca contrapondo-se ao então presidente George W. Bush, ao aproximar-se de Cuba e de países como Rússia e Irã. Ainda em 2001, Chávez fortaleceu o controle estatal da atividade petrolífera, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, assinando no ano de 2001, uma nova Lei de Hidrocarbonetos (MARINGONI, 2008). O trecho abaixo na visão do autor, resume as disposições gerais da Lei:

Os ingressos que, em razão dos hidrocarbonetos, receber a nação, propiciarão o financiamento da saúde, da educação, de fundos de estabilização macroeconômica e do investimento produtivo, de maneira que se obtenha uma apropriada vinculação do petróleo com a economia nacional, todo ele em função do bem-estar do povo. (MARINGONI, 2008, p. 120).

Cícero (2015, p. 217), ressalta que o desaparecimento de Hugo Chávez do cenário político sentencia “complicações irreparáveis ao movimento bolivariano”. Durante os anos de 1999 a 2013, Chávez ousou liderar um processo político que transformou o arcabouço social e político da nação bolivariana. Para além, na visão de Bastos e Obregón (2018), a morte de Hugo Chávez extrapola as fronteiras do território venezuelano, uma vez que a influência de seu discurso ideológico se tornou parâmetro para os demais governos progressistas da América Latina.

Velasco Júnior (2022), destaca que ao final do governo de Hugo Chávez, a situação econômica da Venezuela transparecia sérias dificuldades e crescia a resistência social. Em 2011, a pressão inflacionária do país era alta, a maior da América Latina, da ordem de 27%. Nas eleições daquele mesmo ano já se percebia um país dividido. A morte do Comandante Chávez em março de 2013 aumentou a cisão no país, refletida no resultado das eleições vencidas por Nicolás Maduro – herdeiro e continuador do chavismo – com uma margem de pouco mais de 200 mil votos.

Na visão do autor, a situação do país só piorou: de 2014 a 2019 a economia retraiu cerca de 50% e a inflação cresceu exponencialmente a 1.700.000% em 2018. Para além das estatísticas somam-se o desabastecimento de gêneros básicos, acarretando práticas de

contrabando e de mercado negro. A todo esse caos, a Venezuela assiste à redução da produção do petróleo, produto que chega a representar 95% de suas exportações.

Em 2013, novas eleições<sup>25</sup> dariam a vitória a Maduro derrotando o candidato de oposição Henrique Capriles Radonski – empresário venezuelano – por 50,61% dos votos contra 49,12%<sup>26</sup>. A vitória de Maduro foi recebida de forma controversa: a tese oposicionista residia na ilegitimidade do pleito e a ocorrência de uma suposta fraude eleitoral tendo em vista que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era constituído por chavistas. Entretanto, o CNE, após auditoria, confirmou a vitória de Maduro sobre Capriles. (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

O plano para o governo de Nicolás Maduro, “a reencarnação política” de seu antecessor, era a extensão do projeto Chavista em 2012. (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014, p. 159, grifo no original). Seus objetivos principais seriam: a continuidade da implantação do socialismo, o aumento da produção do petróleo, erradicação da miséria e a criação de outros polos produtivos nacionalizados. (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Sob a ótica de Tripathi e Girisanker (2020), as sanções dos EUA à Venezuela tiveram início com a Lei de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil da Venezuela de 2014, a qual Barack Obama, que encarnava uma espécie de imperialismo cordial, criava sanções a responsáveis pela violação de direitos humanos de manifestantes contrários ao Governo Maduro.

Em 2017, Trump imporia sanções que bloqueavam todas as transações financeiras inclusive do governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos EUA, impedindo que o governo bolivariano reestruturasse sua dívida externa. Assim, prosseguiu-se em 2018 e 2019 novas sanções do Governo Trump sobre o Bloqueio de Propriedade do Governo da Venezuela. (WEISBROT; SACHS, 2019).

Quando uma política como as aplicadas pelas autoridades estadunidenses se advoga à faculdade extraterritorial de testificar, acusar, penalizar pessoas e países significa que a América Latina e Caribe enfrentam ameaças extremamente sérias. Longa seria a lista de agressões que podem ser relacionadas ao Governo Trump (2017-2020) contra o governo bolivariano, muitos dos registros seriam a continuação e aprofundamento daquelas que vinham se delineando desde a administração Obama (2009-2016), nas quais qualificou o

---

<sup>25</sup> As eleições tiveram um percentual de comparecimento de 78,71% da população, sendo que na Venezuela o voto não é obrigatório. (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014).

<sup>26</sup> Dados do Consejo Nacional Electoral Venezolano (CNE, 2013).

Estado bolivariano como “uma ameaça insólita e extraordinária à segurança dos EUA”. As acusações de “ditadura”, de governo “ilegítimo” e mesmo de realização de “eleições sem padrões internacionais”, acrescentam-se sanções que proibiam negociações de dívidas e capitais emitidos pelo governo da Venezuela e sua estatal petrolífera – a PDVSA – que é a principal fonte de receita do país. Assim, o encerramento de contas e bloqueio de compras acarretam significativos efeitos e afetam as operações de aquisição de alimentos e remédios. (FIGUEREDO, 2018, p. 211, tradução nossa, grifo no original).

Desde a eleição de Hugo Chávez como presidente em 1998, Washington definiu um *câmbio de régimen* (alteração de regime) com relação à Venezuela, considerando que o modelo Chavista de desenvolvimento socioeconômico impulsionado pelo governo – com viés nacionalista de soberania, de independência e de justiça social – constitui uma ameaça para o esquema de dominação e de controle da região no século XXI. Esta estratégia levou o governo de George W. Bush a financiar e apoiar o golpe de Estado de abril de 2002 contra Chávez. Outras medidas foram recrudescidas pela Administração Trump e, que em sua pretensão de derrubar o governo de Nicolás Maduro, repetidamente expressou por diferentes porta-vozes que a forma mais eficiente de propor Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU) seria a entrega da presidência da república ao deputado Juan Guaidó, ou a um governo eleito democraticamente. (GIMÉNEZ, 2019, p. 12-13 tradução nossa).

Martins (2021, p. 108), salienta que desde 2017, Trump afirmaria que “todas as opções estariam na mesa para retirar Nicolás Maduro e destruir o socialismo venezuelano”, atestando mesmo que indiretamente, uma possível intervenção militar. O presidente dos EUA optou, entretanto, por uma saída de menor engajamento, a partir do Grupo de Lima<sup>27</sup>. Este mobilizaria os governos de direita e ultradireita sul-americanos e da perspectiva de adesão das forças armadas venezuelanas.

De acordo com Giménez (2019), além das medidas impostas pelos Estados Unidos (62), destaca que o Canadá (2), Reino Unido (2), Suíça (1), Panamá (1) e União Europeia-UE (4) impuseram medidas coercitivas unilaterais (MCU) contra a Venezuela assim como atos similares de ingerência nos assuntos internos do país.

Kats (2021), aponta que a proteção a liberdade e a autonomia tem sido de modo sistêmico usado pelos Estados Unidos para justificar a dominação imperial e neocolonial de

---

<sup>27</sup> Durante o governo Trump, os EUA desenvolveram uma atividade diplomática orientada ao desmantelamento dos processos integracionistas da UNASUL e CELAC através da formação do Grupo de Lima, a fim de promover uma solução para a crise da Venezuela. (Nieto, 2021, p. 366).

grande parte do mundo. Na visão de Harvey (2016), os EUA não hesitaram e tampouco hesitam em recorrer à coerção e à violência ao perseguir os (seus) preceitos de liberdade e autonomia. O autor aduz que foram conformadas ao longo da história uma série de operações secretas que apoiaram golpes contra líderes democraticamente eleitos: Jacobo Arbenz na Guatemala em (1954), Salvador Allende no Chile (1973) e, mais recentemente Hugo Chávez na Venezuela.

*Trump falló también en sus agresiones contra Venezuela. Propició todos los complots imaginables para recuperar el control de la principal reserva petrolera del hemisferio y no pudo doblegar al chavismo. Sus amenazas chocaron con la imposibilidad de repetir las viejas intervenciones militares en América Latina. (KATS, 2021, p. 84).*

Os governos conservadores da América Latina se moveram para apoiar os esforços estadunidenses para derrubar o Governo legítimo da Venezuela, com a criação do Grupo de Lima em agosto de 2017. Este coletivo, formado em sua origem por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Canadá e, ao mesmo tempo com a oposição venezuelana foi concebido de modo expresso com o propósito de forçar a saída de Nicolás Maduro do governo venezuelano. *“Esta instancia multilateral ejerció de muleta a la estrategia de cerco diplomático a Venezuela diseñada por Estados Unidos e implementada bajo la administración Trump”.* (SÁNCHEZ, 2021, p. 485).

Os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) aumentaram as sanções contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, ao se declarar vencedor de uma eleição realizada em 2018 sob acusações de fraude por parte tanto da oposição chavista, quanto da comunidade internacional. (BASTOS; OBREGÓN, 2018; WEISBROT; SACHS, 2019; GRATIUS; POZO, 2020; COSTA, 2022; VELASCO JÚNIOR, 2022).

Se olharmos para o impacto combinado de todas as ações, descobriremos que elas reduziram drasticamente a capacidade da Venezuela de produzir e vender petróleo e de vender quaisquer ativos estrangeiros do governo, dos quais os mais importantes foram congelados e/ou confiscados; e também usar qualquer moeda estrangeira que o país ainda possa auferir para comprar importações essenciais. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 10).

A crise de legitimidade agravou o enfrentamento com a Assembleia Nacional de maioria oposicionista levando seu presidente, o opositor Juan Guaidó, a se proclamar presidente do país, nos termos do artigo nº 233 da Constituição, que regula os casos de “faltas absolutas” do Chefe de Estado. O conflito político obrigou a comunidade internacional a decidir entre um e outro. Desta forma, mais de cinquenta países dentre os quais o Canadá, EUA e a maioria dos países latino-americanos e europeus apoiaram Guaidó, que sem

embargo, demanda apoio do aparelho estatal para governar o país. Outro grupo de países, que incluem Cuba, China, Rússia e Irã sustentam a legitimidade de Maduro. Atualmente, as medidas de coerção dos EUA contra o governo Maduro já se assemelham ao embargo e as sanções extraterritoriais que Washington impõe à Cuba. (GRATIUS; POZO, 2020, p. 32, tradução nossa, grifos no original).

### **2.3 Migração Venezuelana para o Brasil e a política de fluxos migratórios**

Os chamados “novos fluxos migratórios” no Brasil, notadamente das regiões do Sul Global na década de 2010, se consolidam por meio da forte presença de imigrantes latino-americanos e caribenhos. A relevância da nova dinâmica migratória para o país reside no fato de haitianos e venezuelanos liderarem o ranking das principais nacionalidades no mercado de trabalho e no registro de imigrantes (CAVALCANTI, 2021).

No caso venezuelano, embora o fluxo humano se intensifique a partir de 2016, entre os anos de 2000-2015, a Polícia Federal registraria 8.670 novos migrantes venezuelanos no país, o que na visão de Baeninger (2018a; 2022) revela diferentes momentos e características desse fluxo migratório. A autora destaca três grandes ondas migratórias: a primeira, entre 2000-2015, composta principalmente por migrantes qualificados, principalmente para Rio de Janeiro e São Paulo; uma segunda onda referente aos anos 2016 e 2017, composta por uma classe média venezuelana e a terceira, a partir de 2018, bem mais expressiva, composta por uma população empobrecida e que se concentra em Roraima e, gerida pelo governo brasileiro por meio da Operação Acolhida. Dentro da perspectiva Sul-Sul, na contemporaneidade, o Brasil se torna o país possível e não o mais desejado. (BAENINGER, 2022).

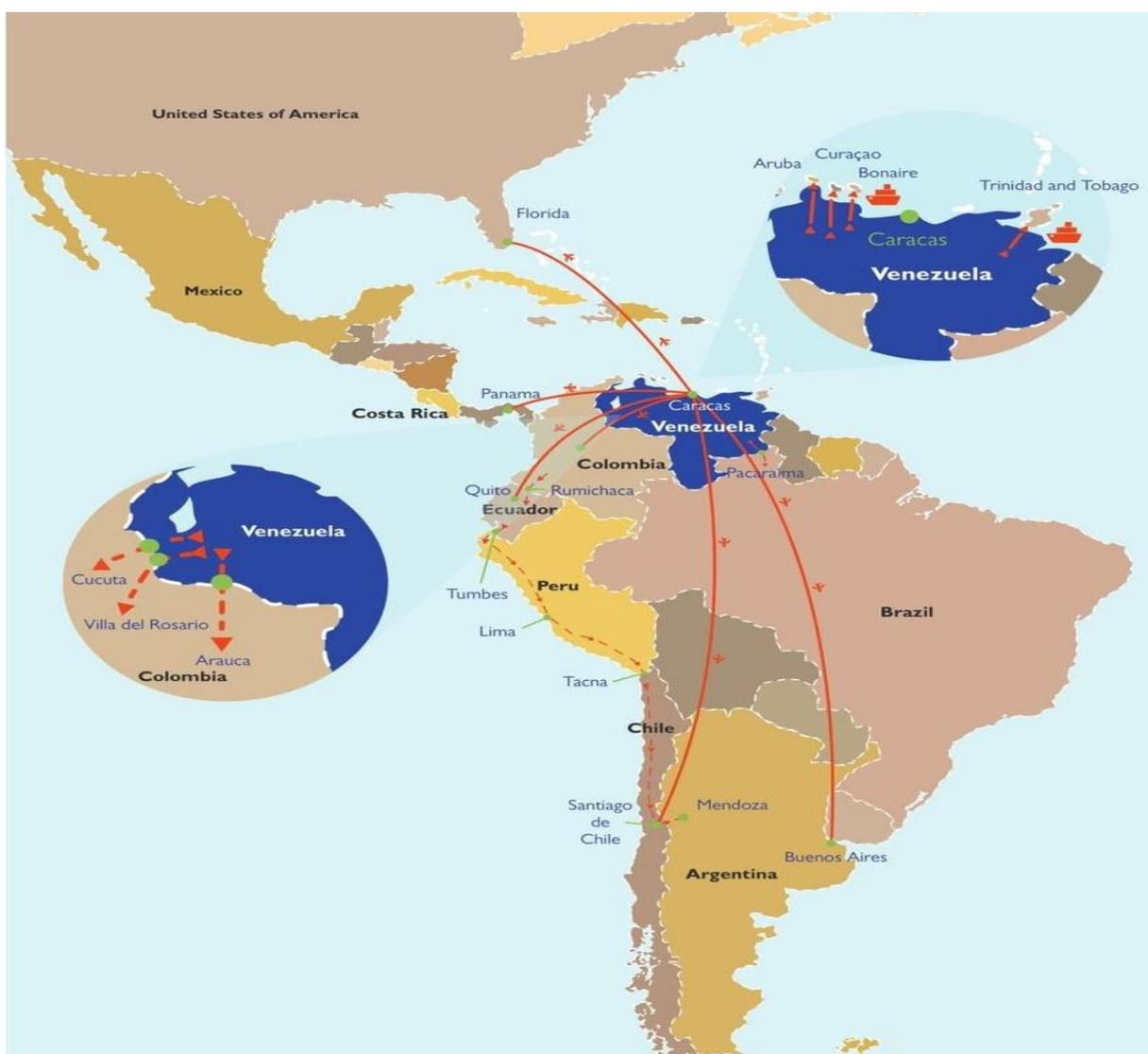
O êxodo venezuelano para o Brasil se amplificou de forma vertiginosa, fundamentalmente nos últimos anos da década e sua manifestação vem ganhando amplo destaque nos discursos políticos, acadêmicos e da mídia, passando a ser repercutido com contornos de crise migratória. A onda migratória de cidadãos venezuelanos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ainda em 2015, repercutiu nos débeis sistemas de serviços públicos, notadamente, os serviços de saúde, de educação e de assistência social existentes no estado de Roraima. (ROCHA; RIBEIRO, 2018).

Jarochinski Silva (2018), aduz que ao mesmo tempo em que os países fronteiriços passam a ser rotas de fuga, esse êxodo humano recrudescer a tensão entre os governos de

Colômbia e Venezuela levando a um conflito diplomático que justificou o fechamento da fronteira, dando a entender que o governo colombiano não poderia mais recebê-los, “atitude cada vez mais adotada pelos países” (AGIER, 2006, p. 197).

A **Figura 4** apresenta as rotas da migração venezuelana para o Brasil. Nesta senda, Simões; Cavalcanti; Oliveira (2017), salientam o número expressivo de venezuelanos chegando através da fronteira norte do país, pela cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, sendo esta, a unidade da federação que mais recebeu solicitações de refúgio, cerca de 84% dos pedidos de refúgio totais do país, até junho de 2017. Assim, Roraima se converteu na porta de entrada para os refugiados venezuelanos.

**Figura 4 - Rotas contemporâneas da migração venezuelana**



Fonte: Uebel (2019b).

Localizado no extremo norte brasileiro, o estado de Roraima conta com uma população diminuta, em torno de quinhentos mil habitantes, não obstante, o fluxo em questão assumiu contornos dramáticos (SANT'ANA, 2022). Em razão do impacto dos mais de 50 mil refugiados que se encontravam na capital, Boa Vista, levando o estado a suportar um incalculável impacto econômico. Desta forma, o estado de Roraima em abril de 2018 ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Ação Civil Ordinária (ACO) nº 3121 requerendo tutela provisória para o fechamento temporário da fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

Na mesma ação, além do fechamento da fronteira, o governo do estado pede a concessão de tutela de urgência a fim de que a União promova medidas administrativas na área de controle policial, saúde e vigilância sanitária, a transferência de recursos adicionais para fazer frente aos custos suportados pelo estado, fundamentalmente com saúde e educação dos venezuelanos que se estabeleceram em Roraima e, opcionalmente a limitação do ingresso de refugiados do país vizinho (Brasil, 2018).

Ainda neste diapasão, em agosto daquele mesmo ano o governo estadual editou o Decreto nº 25.681/2018 limitando o acesso de venezuelanos a serviços públicos e criava a possibilidade de controles de natureza migratória por forças locais, medida contestada por seu viés discriminatório e infringir a competência da União. (SANT'ANA, 2022).

Segundo Milesi; Coury; Rovey, (2018), no caso da migração venezuelana, a retórica construída tenciona associar e culpabilizar exclusivamente os venezuelanos ou, por assim dizer, os de fora, por diversos problemas observados em Roraima, sobretudo, sanitários, aumento da violência e tráfico de drogas, que em muito dos casos já estavam ali, antes da chegada do fluxo migratório e utilizando os imigrantes como bode expiatório.

Infere-se, mesmo dentro do Sul Global, a existência de medidas migratórias que visam o impedimento da circulação desses fluxos, inclusive replicando as medidas restritivas do Norte hegemônico para o acesso de migrantes e refugiados, ainda que esse tipo de mobilidade ocorra entre as periferias do sistema econômico internacional. (JAROCHINSKI SILVA; BAENINGER, 2021).

O aumento expressivo do fluxo humano de venezuelanos e venezuelanas ocorre simultaneamente à aprovação e regulamentação da Lei de Migração, portanto, admitem Rocha; Ribeiro (2018), que de certa forma esta experiência empírica inspirou na elaboração de um instrumento legislativo eficaz para o acolhimento de imigrantes de forma segura, ordenada e regular. Os autores destacam que apesar do aparato legislativo, esse fluxo

migratório se distingue pelo caráter precário, emergencial e localizado em um estado sem estrutura para receber todo esse contingente.

Segundo Paiva e Gonçalves (2021), já em fins de 2016, a entrada pela fronteira foi intensificada acarretando conflitos entre os atores políticos governamentais das esferas federal, estadual e municipal da região, além de reações da sociedade civil. Esse novo fluxo humano tem produzido tensões no sistema de migração e refúgio brasileiro, notadamente, quanto à gestão de fronteira e no aparato normativo-constitucional.

Na senda dos novos fluxos migratórios Sul-Sul e em particular em função do aumento expressivo da migração venezuelana, Jarochinski Silva (2018), destaca a participação relevante do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que desde a sua consolidação nos anos 90, introduziu uma série de resoluções a fim de atender as demandas do mercado de trabalho brasileiro, resolução de assuntos pontuais e de alguns excessos e limitações securitárias acerca de interpretações à Lei nº 6.815, de 1980 (Estatuto do Estrangeiro).

Reis (2011); Pinto (2014); Sprandel (2015); Ventura (2017), apontam o antigo aparato jurídico como um ponto fraco para o país nos assuntos relacionados à questão migratória e inadequado à Constituição Federal do Brasil (1988). Particularmente ao princípio da isonomia e ao descompasso com o ordenamento jurídico relativo aos direitos humanos (REIS, 2011).

Ainda, segundo Sartoretto e Baggio (2019), o Estatuto do Estrangeiro instituiu a prática estatal de perseguição aos imigrantes estabelecendo que “na aplicação da Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil”. (BRASIL, Lei nº 6.815, 1980).

O **Quadro 4** abaixo, elenca os principais mecanismos regulatórios que amparam o fluxo de venezuelanos em território nacional.

**Quadro 4 - Marcos regulatórios da política migratória para o fluxo de venezuelanos**

<b>POLÍTICA MIGRÁTÓRIA PARA O FLUXO DE VENEZUELANOS</b>	
<b>Norma Jurídica</b>	<b>Efeitos legais</b>
Art. 1º, da Resolução Normativa nº 126 do CNIg, de 02/03/2017	- Poderá ser concedida residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro <sup>28</sup> que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. (íntegra do art. 1º).

<sup>28</sup> A terminologia “estrangeiro” faz referência a Lei nº 6.815/1980, Estatuto do Estrangeiro, sendo revogado pela Lei de Migração – Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, a qual utiliza a terminologia “migrante”.

Decreto nº 9.285, de 15/02/2018, PR.	- Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.
Portaria Interministerial nº 9 - MJ/ESP/MRE/MT, de 14/03/2018 <sup>29</sup>	- Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados.  - “Ultrapassa” a RN nº 126 do CNIg, uma vez que permite a dispensa de apresentação de documentos, elimina a necessidade de traduzi-los e isenta de pagamento de taxas àqueles que se declarem hipossuficientes.
Decreto n.º 9.277 de 5/02/2018	- Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.
Aplicação do inciso III do artigo 1º da Lei 9.474 de 14/06/2019	- Declara a grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, permitindo o processamento de milhares de casos acumulados no CONARE.

Fonte: elaboração própria com base em Oliveira (2019, p. 119); Jarochinski Silva; Baeninger (2021, p. 133-136); Sant’Ana (2022, p. 146-155).

A concentração dessa população trouxe a militarização da fronteira e a federalização da matéria por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018a), convertida em Lei 13.684, de 21 de junho de 2018 (BRASIL, 2018b), a qual instituiu medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A criação da Operação Acolhida, um instrumento de ação do governo Temer (2016-2018), representou a resposta ao fluxo de venezuelanos no país, às pressões dos governos estadual de Roraima e municipal de Boa Vista, somados ainda a repercussão midiática nacional e internacional. (PAIVA; GONÇALVES, 2021).

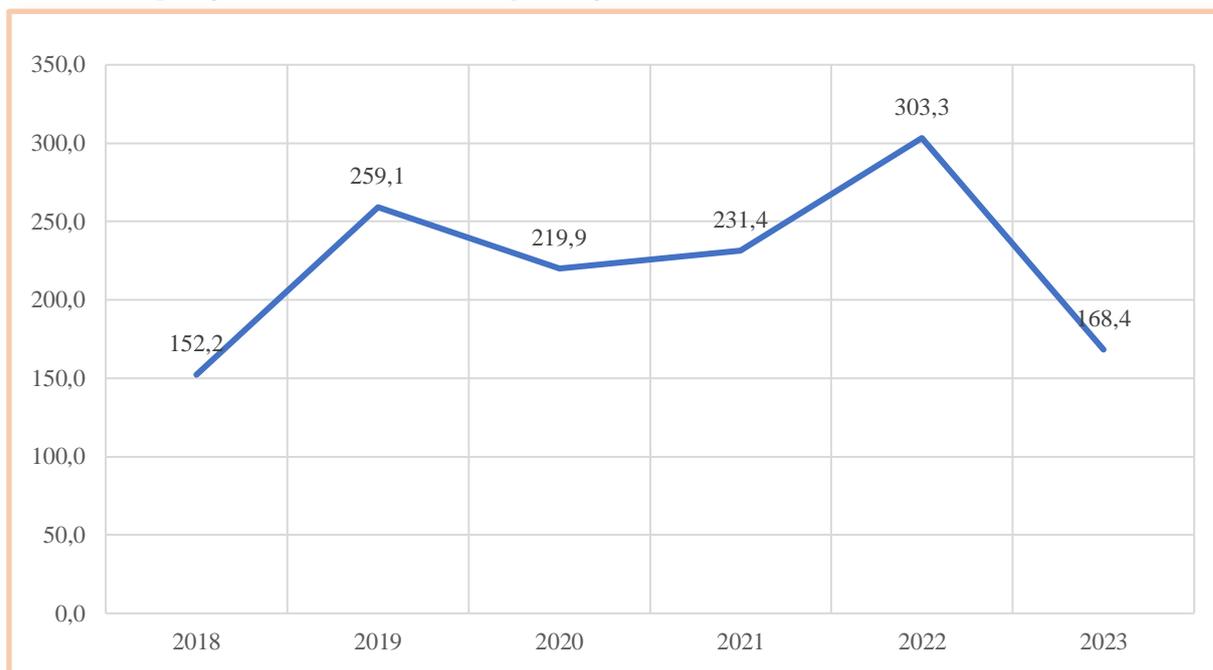
Tem-se estabelecido com a Operação Acolhida, uma verdadeira economia política da imigração venezuelana. Tanto há ganhos econômicos para a região, quanto para entidades privadas que prestam atendimentos, como para empresas que se disponibilizam a recebê-los. Esta economia política vem acompanhada de uma economia moral, pois produz sentimentos e normas morais para a questão do refúgio. (PAIVA; GONÇALVES, 2021, p. 179).

<sup>29</sup> Em termos migratórios, com a entrada em vigor da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017, a concessão de residência a cidadãos venezuelanos passou a estar regulada pela Portaria Interministerial nº 9, MJ/ESP/MRE/MT, de 14/03/2018 que consagra a hipótese de autorização de residência “a fim de atender a interesses da política migratória nacional”. (SANT’ANA, 2022, p. 154).

A Operação Acolhida é coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e operacionalizada por uma força-tarefa-humanitária das Forças Armadas, com apoio de agências da ONU, organizações da sociedade civil e entidades privadas. A resposta governamental acha-se concebida sobre os seguintes eixos estratégicos: i) ordenamento de Fronteira: envolve a avaliação da documentação, e triagem dos refugiados e migrantes a partir da entrada no país na cidade de Pacaraima (RR); ii) acolhimento (abrigo e assistência humanitária) com a provisão de refeições e atendimento básico de saúde; iii) interiorização e integração socioeconômica, ou seja, a viabilização do deslocamento de refugiados e migrantes para outras unidades da federação. (PLATAFORMA R4V, 2023, p. 07-08).

O **Gráfico 2** apresenta os valores pagos em milhões de reais durante os anos de 2018 a 2023. Destaque para a redução dos valores nos anos de 2020 e 2021 em razão da crise pandêmica de COVID-19. O “custo total” da operação já ultrapassa a valores de junho de 2023 o montante de 1,3 bilhão em reais.

**Gráfico 2 - Operação Acolhida – Valores Pagos – Ação 219C – 2018-2023**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos na plataforma Tesouro Gerencial<sup>30</sup> (2023).

O tema das migrações internacionais para o Brasil sofreu novos impactos a partir de 2019. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República descontinua o processo de mudanças institucionais nessa matéria, sublevando a perspectiva securitária segundo a qual

<sup>30</sup> Dados relativos à jun. 2023.

a entrada e a presença de migrantes arrogam-se vigilância e controle. A ascensão de Bolsonaro representou uma guinada regressiva nas políticas públicas do Estado brasileiro para as migrações internacionais. A concepção ideológica de Bolsonaro reverberou em seu primeiro ato após investidura do cargo, ao anunciar que abandonava o Pacto Global para a Migração Segura, Regular e Ordenada. (MENDES; MENEZES, 2019).

O Pacto Global não é juridicamente vinculativo, mas um esforço para geração de processos multilaterais na resolução de problemas relativos a deslocamentos humanos. É o primeiro acordo global da ONU e estrutura-se nos valores de soberania do Estado, responsabilidades compartilhadas e abordagem cooperativa. (ONU, 2018). O compromisso compreende 23 metas assumidas por seus signatários e dentre os objetivos:

Mitigar os fatores adversos e estruturais que impedem as pessoas de construir e manter meios de subsistência sustentáveis em seus países de origem (...) reduzir os riscos e vulnerabilidades que os migrantes enfrentam nas diferentes fases da migração (...) atender às legítimas preocupações dos Estados e comunidades, reconhecendo ao mesmo tempo que as sociedades estão passando por mudanças demográficas, econômicas, sociais e ambientais em diferentes escalas que podem ter implicações e resultar em migração (...) criar condições propícias a todos os migrantes enriquecer nossas sociedades por meio de suas capacidades (...) facilitar suas contribuições para o desenvolvimento sustentável nos níveis local, nacional, regional e global (ONU, 2018).

Ainda dentro do espectro securitário e, em contraponto ao modelo garantidor de direitos humanos, no mandato de Bolsonaro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública editou a Portaria nº 666, de 25 de junho de 2019 (BRASIL, 2019a), revogada pela Portaria nº 770<sup>31</sup>, de 14 de outubro de 2019 (BRASIL, 2019b). O instrumento de regulação fazia menção a “pessoa perigosa” ao se referir ao migrante que será impedido de ingresso, repatriado, deportado sumariamente ou ter cancelado o prazo de estada no país.

Destacamos o exposto no Art 2º, que define o rol de delitos listados pela norma: “i – terrorista; ii – grupo criminoso organizado ou associação criminosa armada; iii – traficante de drogas, pessoas ou armas de fogo; iv – pornografia ou exploração sexual infantojuvenil; v – torcida com histórico de violência em estádios”. (BRASIL, 2019).

---

<sup>31</sup> O recuo ocorreu após intensa pressão da sociedade civil e após a Procuradoria-Geral da República (PGR) propor, perante o Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação questionando seu conteúdo. Entretanto a Portaria nº 770 é também inadequada, uma vez que permanece replicando graves equívocos de sua antecessora, dentre os quais elencamos: i) não estar explicitada que a referida portaria não se aplica aos solicitantes de refúgio que por meio de normas internacionais e nacionais, desde o momento que assumem a condição de refugiado estão sob a proteção do princípio do *non-refoulement*; e ii) a permanência de aplicações de medidas gravíssimas diante de meras suspeitas. (CONNECTAS, 2019).

Cabe ressaltar que por sua complexidade, as Nações Unidas adotaram uma perspectiva (mais) pragmática acerca da crise venezuelana. Desta maneira, priorizou-se a celeridade na resolução dos problemas concretos a par do debate sobre enquadramentos jurídicos. Assim, a organização passou a tratar o caso venezuelano como um fluxo migratório misto. (SANT'ANA, 2022).

O Brasil acolhe a quinta maior população de venezuelanos deslocados da América Latina, cerca de 400 mil refugiados e migrantes venezuelanos, conforme dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal. (PLATAFORMA R4V, 2023).

O **Quadro 5** apresenta de forma didática um comparativo entre os institutos da migração e do refúgio. Cabe ressaltar que a definição de migrante, anteriormente formulada a partir de critérios econômicos, tem sido relativizada nos últimos anos, a fim de incluir hipóteses de deslocamentos forçados que não se enquadram no quadro normativo do refúgio, como movimentos para cruzar fronteiras em razão de desastres naturais ou efeitos das mudanças climáticas.

**Quadro 5 - Comparativo com as principais características do instituto da migração e do refúgio<sup>32</sup>**

MIGRAÇÃO	REFÚGIO
<b>DEFINIÇÃO</b>	
<p>A definição de migrante<sup>33</sup> não dispõe de contornos rígidos e tem-se adaptado ao longo dos anos à ocorrência de novas causas para deslocamentos fronteiriços.</p> <p>A definição de migrante adotada pelo ACNUR tem por base critérios espaciais, temporais e de exclusão.</p>	<p>É definido por instrumentos jurídicos internacionais que regulam a matéria.</p> <p>As causas a darem ensejo ao reconhecimento da condição de refugiado<sup>34</sup> (raça, religião, nacionalidade, grupo social e opiniões públicas) referem-se ao temo de perseguição em casos individuais.</p>
<b>DESTINO</b>	
<p>Países desenvolvidos, sobretudo, em razão de questões laborais (em geral).</p>	<p>Países em desenvolvimento<sup>35</sup> (predominantemente);</p> <p>Vizinhos as áreas de conflitos.</p>

<sup>32</sup> Ao se analisarem os fluxos de mobilidade humana neste século, observa-se grande diversidade de motivações das pessoas, o que caracteriza o surgimento de movimentos complexos que não podem ser enquadrados em uma única categoria: migração ou refúgio.

<sup>33</sup> A definição de migrante adotada pelo ACNUR baseia-se em critérios espaciais (transposição de fronteiras), temporais (períodos mais longos) e de exclusão (não enquadramento na condição de refugiado).

<sup>34</sup> Ao longo das últimas décadas, o conceito de refugiado foi ampliado a partir da adoção de instrumentos regionais que complementaram as hipóteses previstas na Convenção de 1951. Cabe ressaltar a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), de 1969 e a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984.

<sup>35</sup> Cerca de 84% dos destinos de refugiados são para países em desenvolvimento, conforme Sant'Ana (2022).

<b>MOTIVAÇÃO</b>	
Fator econômico. A partir de escolhas e aspirações laborais.	Razões humanitárias, com vistas à obtenção de proteção internacional.
<b>VINCULAÇÃO</b>	
O tema da migração ainda é tratado, em larga medida, sob a ótica dos Estados, soberania de suas fronteiras e controle de ingresso de nacionais de outros países ou territórios. Caráter voluntário – escolha individual.	Obrigação vinculante dos Estados, princípio do <i>non-refoulement</i> , ou seja, a proibição dos Estados retornarem os indivíduos a seus territórios de origem ou de nacionalidade que se encontrem em risco de perseguição ou outro dano irreparável.

Fonte: Elaboração própria com base em Sant’Ana (2022, p. 36-48).

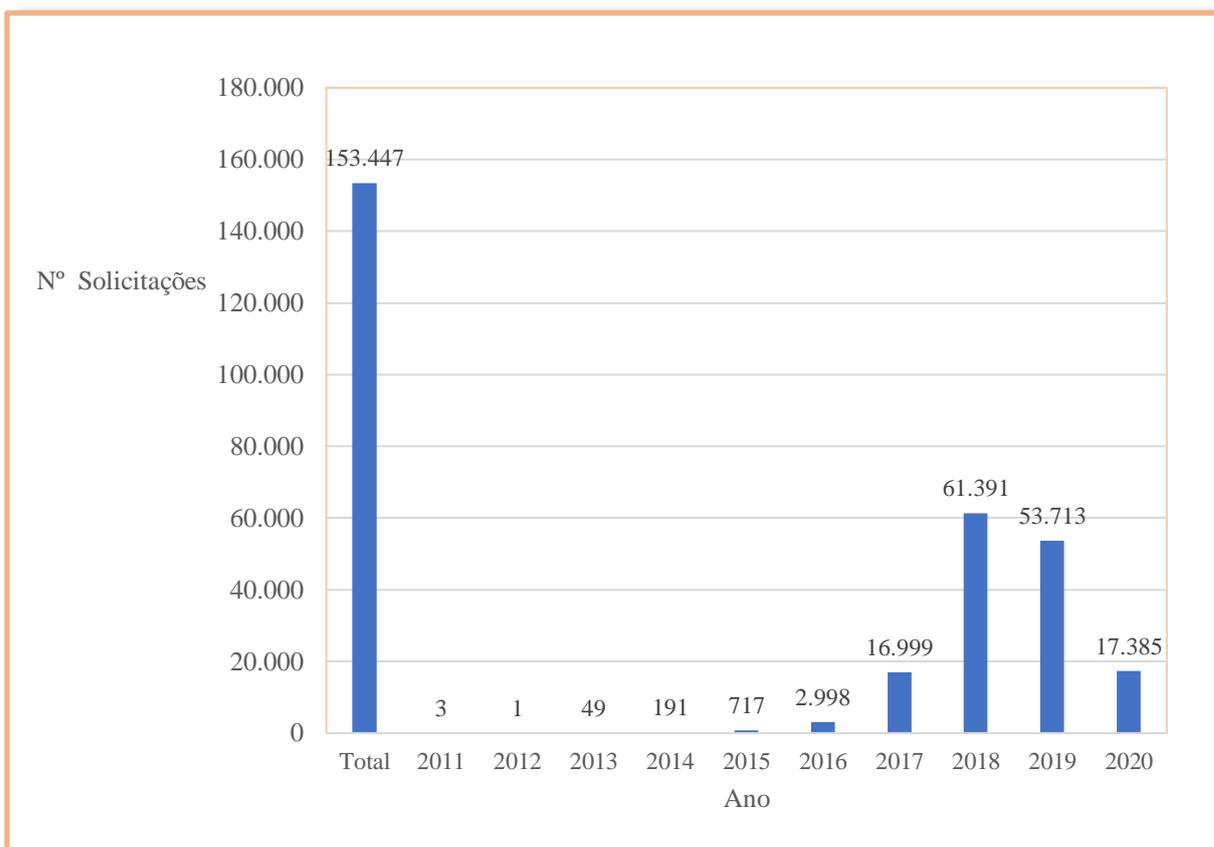
Atualmente, o número de venezuelanos e venezuelanas que adentram o território mensalmente é, em média, de 15 mil pessoas. Números similares ao registrado antes da pandemia de COVID-19. “a maioria permanece em território brasileiro, tendência essa confirmada na Análise Conjunta de Necessidades – ou *Joint Needs Assessment (JNA)*<sup>36</sup>, cujos achados apontam que 94% dos entrevistados desejam permanecer no país.” (PLATAFORMA R4V, 2023, p. 07).

O panorama atual assinala o agravamento da situação socioeconômica resultado da crise sanitária de COVID-19, que impactou toda a região de forma mais aguda às pessoas mais vulneráveis. Ademais, a Plataforma R4V (2023, p. 07), considera que “o período de recuperação pós-pandemia se apresenta como um desafio para refugiados e migrantes da Venezuela devido a deterioração das condições de moradia, saúde e educação registrada naquele país.”

O **Gráfico 3** demonstra o expressivo aumento das solicitações de venezuelanos e venezuelanas, do reconhecimento da condição de refugiado: em 2015 foram 717, 2016 foram 2.998, já em 2017 foram 16.999, 2018 um total de 61.391, 2019 o número foi de 53.713 e 2020 um total de 17.385. Os dados relativos ao ano de 2020 apontam para uma desaceleração do número de solicitações em tempos de pandemia, de cerca de 70% em relação ao ano anterior.

<sup>36</sup> A Análise Conjunta de Necessidades dos Refugiados e Migrantes – ou *Joint Needs Assessment (JNA)* é o resultado de uma pesquisa com amostragem estratificada por estado e realizada pela Plataforma R4V entre junho e julho de 2022, onde participaram 800 famílias venezuelanas. O estudo visou ao planejamento das ações para os anos de 2023/2024. (PLATAFORMA R4V, 2023).

**Gráfico 3 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado Venezuelano, segundo ano de solicitação – 2011 a 2020**

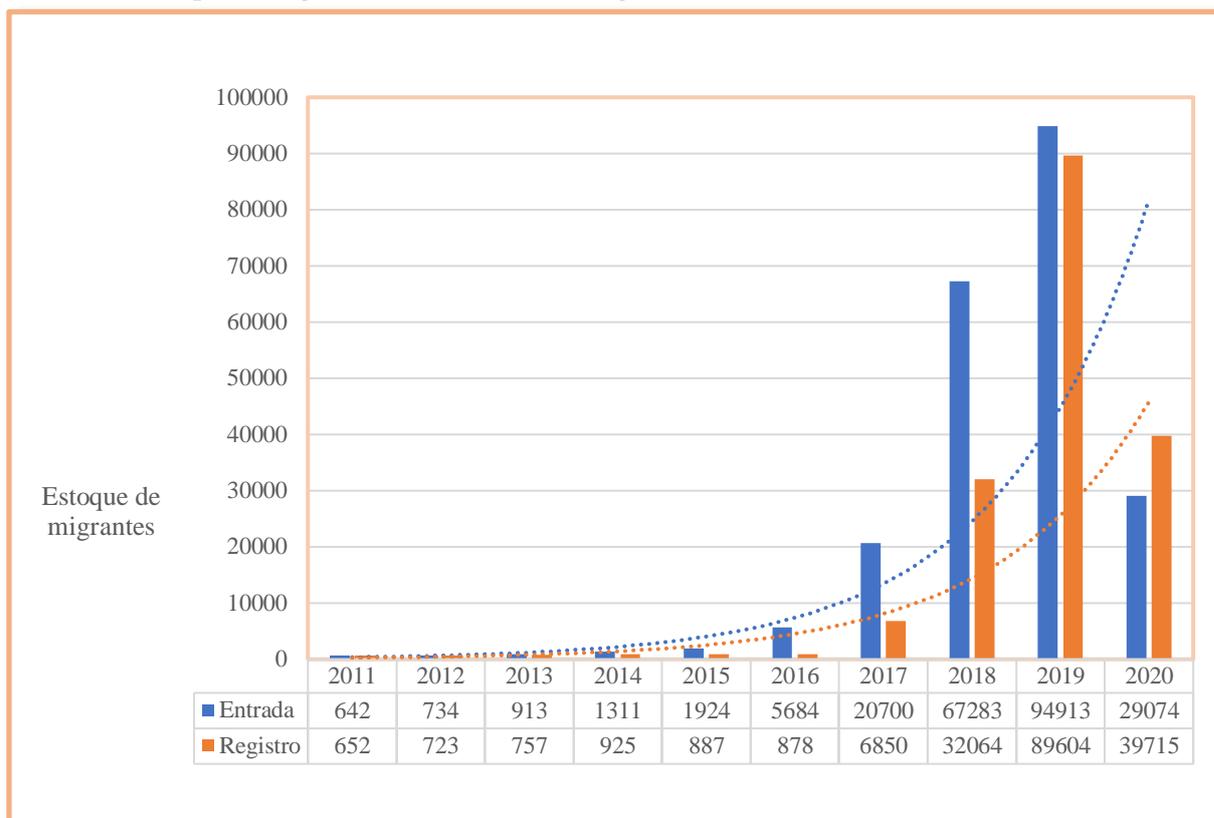


Fonte: elaboração própria a partir de dados do OBMigra<sup>37</sup> (2023)

O **Gráfico 4** apresenta o aumento exponencial do fluxo migratório de venezuelanos e venezuelanas a partir do terço final da década. Verifica-se que no ano de 2020, em face da pandemia, as “curvas” de entrada e registro sofrem um decréscimo da ordem de 70% e 55% respectivamente. Jarochinski Silva; Baeninger (2021), admitem que no caso brasileiro, fez-se uso em 2020 e 2021 de argumentos vinculados à saúde pública no combate ao coronavírus, para justificar o fechamento da fronteira e o impedimento de ingresso nos territórios brasileiros.

<sup>37</sup> Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado venezuelano, a partir dos dados da Polícia Federal (2011-2020).

Gráfico 4 - Estoque de migrantes venezuelanos ao longo da década de 2010 (com linha de tendência)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do DataMigra/OBMigra (2023).

Os países da América Latina e Caribe assistem ao maior êxodo de sua história recente. Segundo *World Migration Report* (2022), a situação venezuelana teve um impacto significativo com relação aos fluxos migratórios na região e continua sendo uma das maiores crises globais de mobilidade humana (JAROCHINSK SILVA; BAENINGER, 2021; R4V, 2023). Aproximadamente 7,3 milhões de venezuelanos deixaram o país (até 31 de dezembro de 2022), ou seja, 21% da população total da Venezuela<sup>38</sup> (R4V, 2023).

Ainda assim, trata-se de um fenômeno sem a mesma visibilidade midiática ou social de outras crises – como por exemplo, a crise dos refugiados sírios ou da crise de retirada humanitária de afegãos (GÓIS; JAROCHINSKI SILVA, 2021). Desses, 6,1 milhões – ou seja 83% – migraram nos últimos cinco anos para outros países da América Latina e Caribe. Sendo que, a grande maioria escolheu como países de destino à Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil, nessa ordem. (OIM, 2022; R4V, 2023).

O fluxo venezuelano fez com que vários países da América do Sul tornassem local de trânsito e de destino de migrantes. Esses novos fluxos migratórios impõem para além dessa

<sup>38</sup> População da Venezuela projetada em 30/06/23 – Base Censo 2011: 33.728.624 (INE, 2023).

migração intensos debates, tensões e diferentes posicionamentos em um contexto geopolítico. Sobre essa perspectiva, Jacques; Linárez; Useche (2019), apontam três cenários:

O primeiro cenário postula que a migração venezuelana é o melhor reflexo da crise institucional do país, classificada como crise humanitária. Nesse posicionamento, favoráveis ao intervencionismo e que não reconhecem o governo de Nicolás Maduro estão os EUA, Colômbia e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Estes países são favoráveis as sanções impostas pelos EUA, Canadá e União Europeia.

O segundo cenário descrito pelos autores admite que o fluxo venezuelano representa uma crise de emergência regional, sendo necessária a cooperação técnica e financeira de Estados e de organismos internacionais em auxílio aos países afetados pelo êxodo venezuelano. Consoantes a esta posição estão o Grupo de Lima (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Canadá) Equador, o ACNUR e a OIM.

O terceiro cenário desconhece a migração e nega a crise migratória, capitaneado pelo Estado venezuelano. Em resposta as pressões internacionais, o governo de Nicolás Maduro fomenta o *Plan Vuelta a la Patria*: uma política de retorno dirigida aos migrantes. (JACQUES; LINÁREZ; USECHE, 2019, p. 07-08, tradução nossa).

Jarochinski Silva; Baeninger (2021), consideram que a imigração venezuelana é materializada pela disputa de categorias, especialmente por agências internacionais e as diversas formas de gestão dessa migração. Com base em pesquisa de campo realizada nos abrigos militarizados da Operação Acolhida, com sede em Boa Vista, Vasconcelos; Machado (2021) atestam que:

A gestão imediata dos abrigos era realizada pelo Exército, contudo, os militares seguiam as orientações oferecidas pelas instituições de cooperação internacional. Cabe aqui destacar a postura arredia e controladora dos agentes de Organizações Internacionais. Desconfiados da presença de pesquisadores, erigem barreiras para realização da pesquisa. Podemos notar um certo silêncio sobre a existência de uma indústria das migrações que movimenta salários e cargos, criando uma elite internacional em contextos de penúria (...). Tanto os militares quanto os agentes da cooperação internacional reproduzem de alguma forma um regime de “tutela” semelhante ao que existia no Brasil em relação aos povos indígenas. Nesse caso, existe uma “coisificação” do Outro que, em situação de dependência, fica alienado de sua autonomia. (VASCONCELOS; MACHADO, 2021, p. 114-115, grifos no original).

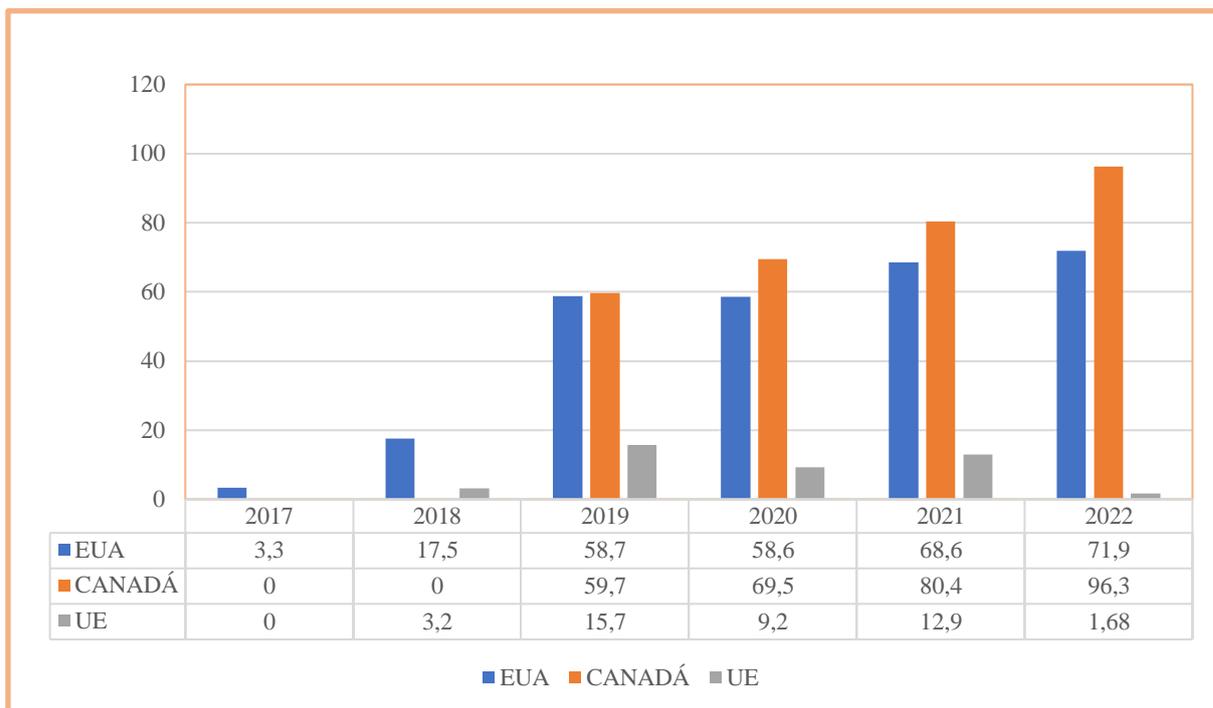
**Figura 5 - Operação Acolhida – Instalações em Pacaraima (vista aérea)**



Fonte: Agência Brasil (2019).

Vasconcelos; Santos (2021), a partir dos estudos de Fernández (2019), ratificam que países e organizações favoráveis à intervenção política, investem também em projetos humanitários. Essa afirmação explica a contraditória participação estadunidense no financiamento de vários projetos relacionados à política de acolhimento de migrantes venezuelanos apesar dos embargos econômicos.

O **Gráfico 5** apresenta os valores doados por EUA, Canadá e União Europeia exclusivamente à “causa venezuelana” ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

**Gráfico 5 - Contribuição de EUA/Canadá/União Europeia ao ACNUR/causa venezuelana**

Elaboração própria com base nos dados contidos em ACNUR (2023).

Quando se analisa a questão dos recursos financeiros como resposta a essa mobilidade, é fato que grande parte dessas respostas são providas principalmente pelos países que possuem ascendência hegemônica, recursos e interesses do Norte Global, os quais querem impedir a chegada de migrantes aos seus países. Neste contexto verifica-se que o Brasil se tornou um dos “países-tampões” no Sul Global, a fim de isolar e filtrar os estrangeiros. (JAROCHINSKI SILVA; BAENINGER, 2021).

## 2.4 Reflexões do capítulo

A história política da Venezuela conecta-se à própria história política da América espanhola. A forma como se desenrolou a guerra de Independência representou a ruptura da ordem colonial que o império hispânico havia edificado durante três séculos. A guerra de independência traria intercorrências dentre elas o começo da luta armada, uma vez que o país “cairia” em um longo processo anárquico que se prolongaria por quase um século, sobressaindo as disputas de poder por parte das oligarquias regionais.

Por um longo tempo que se estenderia até 1920, a Venezuela se viu atrelada a um sistema baseado na agropecuária e voltado basicamente para o mercado internacional do café, cacau e do gado, onde tais *commodities* responderam por quase 80% das exportações.

A era do petróleo marca uma “guinada” na economia com o Estado venezuelano estabelecendo-se como principal beneficiário dos *royalties* pagos pelas empresas transnacionais. Nessa esteira, é fato que a consolidação do rentismo petrolífero e o volume de recursos financeiros gerados pela alta do consumo do “ouro negro” seriam determinantes para a inserção do país no cenário das relações internacionais. Ainda dentro dessa perspectiva, a abundância petrolífera seria o mote para o progresso econômico generalizado, o que beneficiaria a coesão social, a estabilidade política e democrática.

Em contraponto, o caráter rentista da “Venezuela saudita” – qualificativo em alusão à Arábia Saudita face à riqueza petrolífera – modelou o aparato de Estado e de uma sociedade habituada a riqueza fácil e excessivamente dependente das oscilações do mercado internacional do petróleo. Constatou-se as debilidades internas da economia venezuelana em razão da nova conjuntura internacional fruto da globalização neoliberal, o que conduziu o país a um profundo processo de deterioração econômica e social que reverteriam importantes conquistas em momentos pretéritos.

A vitória nas eleições de 1999 de Hugo Chávez inicia uma fase marcada pela emergência de governos progressistas na América do Sul. Os altos índices de aprovação de seu governo resultaram das ações sociais em benefício de setores precarizados da sociedade por meio de programas de transferência de renda, avanços na melhoria dos serviços de saúde, educação, construção e moradia, repercutindo na queda da taxa de pobreza em cerca de 20% durante seu governo.

No âmbito das relações internacionais, o Comandante Chávez estreitou alianças com China e Rússia na perspectiva de reativação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Diametralmente, a relação com Washington se acirrava, ao se contrapor ao então presidente George W. Bush materializada na aproximação do país com Cuba e Irã. A morte de Chávez em 2013 traria consequências irreversíveis ao *movimento bolivariano* e, para além das fronteiras venezuelanas, uma vez que seu discurso ideológico se tornaria parâmetro para os demais governos progressistas da América Latina.

No plano internacional, o Governo de Nicolás Maduro – uma ameaça insólita e extraordinária a segurança estadunidense – sofreria uma longa lista de sanções a partir do governo Obama que se multiplicariam de forma exponencial no governo de Donald Trump.

Dentro de uma perspectiva reducionista, a migração venezuelana não pode ser concebida como uma crise humanitária emergencial provocada pelo atual regime de Maduro, de modo unívoco. Cabe ressaltar que, a verve contra-hegemônica do governo bolivariano fez emergir interesses imperialistas dentro e fora do seu território e, que os ciclos migratórios estão intimamente ligados à dependência da indústria extrativa petroleira passando a serem indutores ou dissuasores de imensos movimentos fronteiriços.

Ao longo dos capítulos 1 e 2, verifica-se que, tanto os fluxos de haitianos, quanto os fluxos de venezuelanos apresentaram semelhanças em relação aos motivos que levaram essas populações a migrarem para o Brasil. Ambos foram impulsionados por crises políticas, econômicas e sociais em seus países de origem e a migração se torna consequência da busca por melhores condições de vida e oportunidades em território brasileiro.

No caso dos haitianos, a imigração foi motivada principalmente pelo terremoto que atingiu o Haiti em 2010. Esse desastre natural resultou em uma situação de precariedade, com a destruição de infraestruturas básicas, falta de empregos e escassez de recursos, além de uma constante instabilidade social e política no país.

Já o caso venezuelano, a migração para o Brasil foi motivada pela grave crise política, econômica e humanitária que assolou o país a partir de meados da década de 2010, com escassez de alimentos, medicamentos, serviços básicos e a deterioração das condições de segurança. A todos esses fatores, somam-se ainda, os embargos que agravaram ainda mais o colapso econômico e social, pois restringiu severamente as finanças e o comércio exterior da Venezuela, ou seja, em ambos os fluxos, as motivações são multicausais.

### **CAPÍTULO 3 – O ALINHAMENTO GEOPOLÍTICO E O IMPACTO NA POLÍTICA DE FLUXOS MIGRATÓRIOS**

O debate acerca da geopolítica se expandiu no mundo contemporâneo a partir dos grandes conflitos mundiais e seu conceito, concebido em fins do século XIX, serviu como pressuposto imperialista dos Estados. Assim, *ab initio*, o presente capítulo traz uma breve revisão bibliográfica sobre o panorama geopolítico ao longo dos principais conflitos mundiais do século XX, a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e, a Guerra Fria, bem como no decorrer do breve século XXI.

São analisadas as recentes transformações na política externa brasileira (PEB) durante este século, muito embora é a partir dos anos 80 que os conceitos e a política externa se solidificam para o continente. No decorrer dos mandatos de Lula da Silva, o Brasil se torna protagonista em seu entorno e um *player* no sistema internacional, sem abandonar os propósitos de integração regional, prevista em sua política externa “ativa e ativa”, ademais, entre os anos 1998 e 2016, a América Latina, vivenciou um ciclo político de reformas progressistas estruturantes, inaugurado com a eleição de Hugo Chávez Frias na Venezuela.

Nesse contexto, a PEB buscou uma diplomacia dirigida para o desenvolvimento e integração com o Terceiro Mundo, sem, entretanto, romper suas ligações com Washington. No tocante às políticas migratórias, o Governo brasileiro passaria a ser receptor de dois grandes fluxos migratórios, de haitianos e de venezuelanos, em momentos distintos da última década. O primeiro, ao longo do governo progressista de Dilma Rousseff, a política externa brasileira busca lidar com as migrações através de uma relação direta de assegurar proeminência nos processos decisórios internacionais. O segundo momento, após o *impeachment* de Rousseff, assinalaria o “giro à direita” da política externa brasileira.

#### **3.1. Duzentos anos de geopolítica – os séculos XIX e XX**

“Há 150 anos um grupo de 7 potências se cristalizou como núcleo do poder global, permanecendo o mesmo até os dias atuais”. Assim Visentini (2021, p. 01), deslinda seu trabalho *As Grandes Potências do Mundo e os Conflitos Mundiais*. No decorrer de sua obra ratifica que o cenário político internacional é protagonizado por grandes *players*, ainda que juridicamente, todos os Estados sejam iguais em direitos e deveres. Segundo o autor, o conceito de potência surgiu durante o Congresso de Viena (1815), norteador e estruturante

à ordem pós-Revolução Francesa e, estaria intimamente ligado ao *status* de Estados industriais. Neste cenário, e na visão do autor, os grandes *players* historicamente seriam, Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA), Rússia, Japão e China.

O debate acerca da geopolítica começaria a se expandir no mundo contemporâneo a partir das grandes guerras mundiais. Os mecanismos geopolíticos seriam fundamentais para caracterização do arcabouço de forças entre potências, sobretudo, na Europa. A origem da palavra geopolítica, segundo Backheuser, (1952); Kearns, (2009), Amuskivar; Passos, (2018); Correia, (2018), surgiria do pioneirismo do cientista político, jurista e sociólogo Johan Rudolf Kjellén (1889), por meio de um artigo escrito para a revista sueca e de natureza conservadora *Ymer*. O autor buscou lapidar uma nova área de conhecimento no campo da Geografia e a necessidade de se criar uma Ciência Política sistematizada fundamentada na visão estadocêntrica. (AMUSKIVAR; PASSOS, 2018).

Na síntese de Correia (2018), Rudolf Klellén apenas vem formalizar a nova ciência, ao aplicar a palavra certa, geopolítica, uma vez que se inspira nos filósofos alemães de século XIX, sendo continuador do pensamento Ratzeliano<sup>39</sup>, de quem retomaria a concepção de Estado como organismo vivo, biológico e, que justifica a sua dilatação ilimitada. Kjellén cultua a tese de superioridade da raça germânica e da sua aptidão para atingir um espaço vital<sup>40</sup> (*lebensraum*). Este representa o território ideal de uma sociedade, que se define em função da sua população e de seus recursos naturais.

A fim de servir aos propósitos expansionistas do poder territorial dos Estados, o conceito de geopolítica cunhado em finais do século XIX considerava o poder como elemento central de influência, liderança e hegemonia política conectando sua relação com o espaço (ou território) e a população onde a hegemonia é exercida. (SANTAMARIA, 2021). A geopolítica, ou em última análise, a manifestação espacial da hegemonia, sempre se caracterizou na análise de Becker (2005), pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras de conquistas.

Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, entendido como a única fonte de poder (...) hoje, a geopolítica atua, sobretudo, por meio do

---

<sup>39</sup> Para Ratzel, o Estado era concebido como uma entidade política naturalmente orgânica. Entendido como um organismo dinâmico e vivo, constituído por um corpo político e institucional (expressão formal de Estado), pelo território (espaço) e pelo povo. Nesta perspectiva, o Estado exhibe uma tendência natural à expansão. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017).

<sup>40</sup> A noção de espaço vital elaborada pelo general Karl Haushofer considerava a Doutrina Monroe “a mais soberba ideia do século XIX, por sua eficácia na identificação do hemisfério americano como especial interesse dos Estados Unidos.” (MAGNOLI, 2008, p. 137).

poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras. Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada. Pressões de todo o tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso dos territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaço-tempo diferenciados. (BECKER, 2005, p. 81).

A hegemonia é algo tão antigo quanto a humanidade. Todavia, a atual supremacia global estadunidense se destacou pela velocidade com que surgiu, seu alcance global e pela maneira como é exercida. A Primeira Guerra Mundial proporcionou as condições para que, pela primeira vez a força militar estadunidense se projetasse de forma massiva na Europa. No transcurso de um só século, os Estados Unidos se transformaram a si mesmos e também pela dinâmica internacional, de tal forma que um país relativamente isolado, tornou-se uma potência com recursos globais de acesso e controle sem precedentes. (BRZEZINSKI<sup>41</sup>, 1997, n.p., tradução nossa).

*Sin embargo, em realidad la Primera Guerra Mundial fue aún, sobre todo, una guerra europea, no una guerra global. Pero su carácter autodestructivo marcó el principio del fin de la preponderancia política, económica y cultural de Europa sobre el resto del mundo. En el transcurso de la guerra, ninguna potencia europea fue capaz de prevalecer sobre las demás de manera decisiva y el resultado de la guerra estuvo muy influenciado por la entrada en el conflicto de los Estados Unidos, la potencia emergente no europea. A partir de entonces, Europa iría dejando progresivamente de ser un sujeto para convertirse en un objeto de la política de poder global. (BRZEZINSKI, 1997, n.p.).*

A geopolítica no Brasil seria de 1920 a 1980 uma atividade restrita aos meios militares e que apoiava de forma pragmática muitos argumentos geopolíticos a fim de justificação de suas políticas internas e externas. O desenvolvimento da geopolítica no Brasil, tal qual outros países periféricos, ocorria fora do ambiente universitário e intelectual. A partir da década de 80, com o término das ditaduras militares no Brasil, os autores admitem que a nova Geopolítica brasileira se civilizou de forma gradual à medida que passava da mão de militares para a (mão) dos civis. (COSTA; THÉRY, 2016).

### **3.1.1 As Guerras mundiais – breves contextualizações**

Os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial foram marcados pela concorrência vertiginosa na busca de mercados espalhados ao redor do planeta. “O

---

<sup>41</sup> Zbigniew Brzezinski foi conselheiro de segurança do presidente dos EUA James Carter nos anos 1977-1981.

neocolonialismo surgiu (...) com o fulcro de subverter lugares menos desenvolvidos aos interesses econômicos dos países mais desenvolvidos da Europa, mas também de ‘fechar’ essas regiões às potências concorrentes”. (COGGIOLA, 2015, p. 718, grifo no original).

O conflito, que durou mais que o previsto, foi travado pelas principais potenciais dos dois lados como um tudo ou nada, um confronto que só podia ser vencido ou perdido por inteiro. Diferentemente das guerras passadas, travadas em torno de objetivos específicos e finitos, a guerra de trincheiras, travava-se de metas ilimitadas. (HOBSBAWM, 1994).

Existia um entusiasmo generalizado pela guerra no momento em que fora declarada. As grandes potências europeias, as potências emergentes não europeias e, mesmo os países periféricos e as colônias tinham um algo em comum: o comportamento anterior ao conflito tinha sido moldado pelo nacionalismo que emergira um século antes na Revolução Francesa e nas Guerras Napoleônicas. Durante todo o século XIX “o benigno nacionalismo cultural (...) tinha se transformado em um nacionalismo racial definido pelo darwinismo”. (SONDHAUS, 2013, p. 51).

A maior parte da população dos países imperialistas pressupunha que a dominação colonial era legítima em favor da ideologia do progresso etnocêntrico, baseada na teoria de que existiam povos superiores a outros povos. (GOGGIOLA, 2015). “Se houve um momento em que o ‘princípio da nacionalidade’ do século XIX triunfou (...) foi ao final da Primeira Guerra (...) mesmo que não fosse nem previsível, nem intencional pelos futuros vencedores”. (HOBSBAWM, 1990, p. 165, grifo no original).

Em 1914, na França, na Grã-Bretanha e na Alemanha foi principalmente a classe média, imbuída das ideias de serviço e dever, que partiu para a guerra. Esta foi a primeira guerra da classe média na história. Se as guerras anteriores tinham sido guerras de dinastias, de interesses feudais e aristocráticos, de rivalidades principescas, a Primeira Guerra Mundial foi a primeira guerra da burguesia. Não é, portanto, que os valores desta classe média tenham se tornado os valores dominantes da guerra, determinando não apenas o comportamento dos soldados como indivíduos, mas toda a organização e até a estratégia e as táticas de guerra. (MODRIS, 1992, p. 222-223).

A herança mais deletéria da Primeira Guerra Mundial, segundo Sondhaus (2013, p. 668), foi particularmente, a dessensibilização das pessoas para a brutalidade, a desumanidade e a carnificina em massa da guerra moderna na era industrial. “Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica” (HOBSBAWM, 1994, n.p.).

A situação dos tratados nos anos que se seguiram a primeira guerra mundial seriam fatores condicionantes ao clima de instabilidade latente que rondava a Europa e, por que não,

em amplas partes do globo. Para além dos conflitos bélicos de pequena monta, embates entre novos e velhos Estados na Europa centro-oriental em guerras fronteiriças, colocavam em xeque as soluções de paz negociadas em Versailles. Em síntese, havia um clima de desconfiança e mesmo descontentamento em toda a Europa. (COSTA, 1992).

Costa, (1992); Magnoli, (2008); Ryback, (2008); Coggiola, (2015); Dalal, (2016); atestam que as origens da Segunda Guerra Mundial estariam fincadas nos tratados de paz surgidos após a Primeira Guerra Mundial. Magnoli (2008, p. 91), é enfático ao afirmar que, o “Tratado de Versailles representou a humilhação nacional da Alemanha. Ela foi responsabilizada pela guerra e obrigada a pagar indenizações financeiras e materiais”.

Os acordos de paz potencializaram as querelas de fronteiras contestadas e todas as nações do lado derrotado reivindicaram a revisão. No caso alemão, as sequelas foram nefastas. “Uma potência industrial aspirante a liderança europeia foi reduzida em Versalles a uma nação de segunda grandeza (...) o que provocou um verdadeiro caldo cultural para a radicalização do sentimento nacionalista germânico pelas forças ultraconservadoras”. (VISENTINI, 2021, p. 54).

Ryback (2008, n.p.), em sua obra, *Os Livros que Moldaram a Vida do Führer*, destaca a afirmação do geógrafo sueco Sven Hedin, no qual apontaria que as origens da Segunda Guerra Mundial residiam nas condições punitivas do Tratado de Versalhes e na miséria que trouxeram ao povo alemão: “privações, humilhação e fome, aliadas à agenda política externa britânica que adotou uma posição simplista em relação à Alemanha: *Delenda est Germania*, ‘a Alemanha tem que ser destruída’”. (HEDIN, 1942 *apud* RYBACK, 2008, n.p., grifo no original).

As origens da Segunda Guerra Mundial resultaram em uma quantidade significativamente menor de produção histórica sobre suas causas em comparação com a Primeira Guerra, e isso se deve a um motivo óbvio. Com poucas exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou que a Alemanha, o Japão e, de maneira mais hesitante, a Itália fossem os agressores. Os Estados que foram arrastados para a guerra contra esses três países, independentemente de serem capitalistas ou socialistas, não buscavam o conflito, e a maioria fez o possível para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que casou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler. (HOBSBAWM, 1994).

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929 marcou o início de uma significativa crise econômica global, que se estendeu pela década de 1930 com uma

grande depressão no mundo capitalista. Essa crise afetou todos os países capitalistas de acordo com sua integração ao mercado mundial. A depressão resultou em um aumento do protecionismo comercial e uma queda nos investimentos, agravando as disparidades entre as potências econômicas (EUA, Grã-Bretanha e França) e as potências mais pobres (Alemanha, Itália e Japão). (VISENTINI, 2021).

Como bem traduz o autor, essa situação corresponde ao conceito fascista de oposição entre a “nação imperialista” e a “nação proletária” (grifos no original). A crise econômica e a agitação social resultante desse contexto forneceram o terreno propício para o surgimento ou a radicalização de regimes autoritários nos países do último grupo, que também possuíam tradições liberais menos desenvolvidas.

As potências tardiamente industrializadas, como Alemanha, Japão e Itália, se encontravam superpovoadas, sem recursos naturais e energéticos, com um mercado interno limitado (...) foram duramente atingidas pela crise. A radicalização sociopolítica interna e a ascensão de regimes de extrema direita foram uma primeira decorrência dessa situação. Em seguida, esses países na impossibilidade de competir economicamente no plano mundial, partiram para a conquista de áreas vizinhas, com a finalidade de dominar pelas armas um espaço regional para seus capitalismo nacionais: a esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental para o Japão; a Europa Centro-Oriental e balcânica para o III Reich; e as partes da Bacia do Mediterrâneo e do Leste da África para a Itália. Mas essa expansão implicava redividir o mapa do mundo, em detrimento das velhas potências coloniais europeias. (VISENTINI, 2021, p. 57).

Enquanto a Primeira Guerra Mundial foi financiada principalmente por meio de impostos (no caso da Inglaterra) ou empréstimos (no caso da Alemanha), a Segunda Guerra Mundial envolveu a configuração de economias direcionadas, com um aumento sem precedentes nos gastos públicos e defesa. Além disso, houve a incorporação das representações sindicais (ou corporativas nos países do Eixo) no esforço conjunto do Estado nacional durante o período de guerra. É importante ressaltar que, a democracia (representação parlamentar) não foi destruída nos dois blocos em conflito durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, na Segunda Guerra Mundial, ela (a democracia) estava completamente ausente nos países de um dos blocos, o Eixo. (COGGIOLA, 2015).

A antipatia aos judeus era de fato, difusa no mundo ocidental, e a posição deles na sociedade do século XIX era ambígua. O antissemitismo camponês da Europa oriental era mais permanente e explosivo. (HOBSBAWM, 1994). O autor defende que:

Entre povos tão sombrios ainda se podia acreditar nas histórias de judeus sacrificando crianças cristãs (...) uma estrada reta conduz do antissemitismo de base ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. (HOBSBAWM, 1994, n.p.).

O maior massacre da Segunda Guerra Mundial, que incluiu o Holocausto judeu, ocorreu nas regiões conhecidas como “terras de sangue” (Polônia, países bálticos, Hungria, Bielorrússia, Romênia, Ucrânia e parte ocidental da Rússia) O holocausto marcou uma transição do antissemitismo localizado, periódico e funcional ao poder político (como era o caso na Rússia czarista), para uma perspectiva de extermínio geral sem limites de tempo ou espaço. (COGGIOLA, 2015, p. 66, grifo no original).

Visentini (2021), assinala que a Segunda Guerra Mundial marcaria a ascensão e hegemonia do Estados Unidos em escala planetária – com capacidade de dominação, controle e influência – e a formação de um sistema mundial bipolar, caracterizado pela rivalidade entre o capitalismo e o socialismo: a Guerra Fria. Nesta senda, os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) assumiram a condição de superpotências, ultrapassando as potências derrotadas, ou mesmo as (nações) em via de perda de seus territórios coloniais face ao declínio da Europa como centro do sistema mundial.

Fernández (2007, p. 31, tradução nossa), compartilha a abordagem de Daniel Bell (1995), na qual sustenta que os Estados Unidos começaram a exercer uma influência predominante, ou seja, a hegemonia, a partir daí até meados da década de 1970. Foi uma potência com total domínio e controle do mercado mundial, com uma insuperável capacidade militar e uma vasta influência cultural com poder de impor sua cultura e seus valores sobre o resto dos países do mundo.

A situação geográfica na política dos Estados Unidos finda a Segunda Guerra Mundial era a mais confortável dentre as grandes nações daquele período. De acordo com Costa (1992), o país vitorioso, tornara-se grande provedor de capitais financeiros necessários às reconstruções dos países derrotados, em especial Alemanha e Japão, assim como aos países aliados que experimentaram graves perdas materiais e humanas.

O novo panorama de poder era claro em meados de 1945: derrotados o nazismo, o fascismo e o império japonês. A contraofensiva soviética no Leste e o insucesso alemão na frente oriental tornaram a URSS a única superpotência de fato no espaço euroasiático. Paralelamente, a superioridade estadunidense configurava-se alicerçada no poderio militar “além do monopólio e uso de artefatos nucleares, mas também pela sua grandeza econômica”. (COSTA, 1992, p. 231).

### 3.1.2 A Guerra Fria

O término da Segunda Guerra Mundial conformaria uma nova ordem geopolítica internacional. A Segunda Guerra Mundial mal acabara quando o mundo mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como Terceira Guerra Mundial. Na visão de Hobsbawm (1994), historiador marxista britânico, a peculiaridade da Guerra Fria residia que, de modo categórico, não existia perigo iminente de guerra mundial, apesar da retórica apocalíptica bipolar, fundamentalmente estadunidense.

As duas nações, tidas como superpotências, aquiesceram a distribuição global de forças. A URSS detinha uma parte do globo, ou sobre ele operava uma predominante influência – a zona operativa do Exército Vermelho e/ou outras forças comunistas pós-Segunda Guerra Mundial. Em contraponto, os EUA assumiam o controle e predominância sobre o mundo capitalista, além dos hemisférios norte e oceanos, não exercendo ingerência na zona aceita como de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1994)

O papel da Guerra Fria não pode ser subestimado, mesmo porque a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial, no caso da URSS, foi provavelmente fatal. Contudo, mesmo os EUA trocaram força militar por um crescente enfraquecimento econômico. (HOBSBAWM, 1994, n.p.).

A ideia de superpotência está associada ao fato do surgimento de Estados que se converteram em referências para os demais, segundo o conceito de área de influência e da sua eficiência para a ação militar. A partir deste conceito EUA e URSS configuraram os agentes centrais que atuaram e normatizaram o sistema mundo do pós-guerra. O período da Guerra Fria registrou episódios de natureza geopolítica, os quais marcariam as ações de Estados Unidos e da União Soviética no cenário globalizado. (RIBEIRO, 1995).

Na visão do autor, as guerras não ocorreram de forma a explicitarem um confronto direto entre as superpotências, mas como eventos que tomaram lugar na periferia do sistema internacional envolvendo Estados dependentes e subordinados às potências hegemônicas. Essas guerras periféricas, conhecidas como guerra de posições determinavam a importância de cada Estado no cenário internacional, de acordo com os interesses das superpotências. Em suma, a posição geográfica e estratégica que o Estado desfrutava no interior do projeto de expansão de uma das potências é que dita o apoio ou não a uma das partes em conflito.

A guerra fria foi fomentada por diversos antagonismos e conflitualidades que acentuariam a clivagem bipolar e a formação dos blocos. Hobsbawm (1994, n.p.), reforça a ideia de que “embora, o aspecto mais óbvio do enfrentamento fosse o confronto militar e

a cada vez mais frenética corrida armamentista no Oriente, não fora esse o seu maior impacto”.

A ameaça constante da guerra produziu movimentos internacionais de paz, essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas”. (HOBSBAWM, 1994, n.p.).

Magnoli (2008, n.p.) pontua que, sob a égide da história das relações internacionais, a Guerra Fria particularizou-se pelo “desmoronamento do sistema europeu de Estados e do equilíbrio multipolar de poder”. O sistema de Estados alcançou dimensão mundial e se reorientou na esfera bipolar de poder baseada no antagonismo entre as superpotências nucleares.

Como consequência, as antigas potências do Velho Mundo assistiram a um decréscimo frenético de seu poder e sua influência, a qual se evidenciaria no desmembramento da Alemanha e na perda dos impérios coloniais da Inglaterra e da França. O autor é enfático ao admitir que o sistema passaria a espelhar a influência das potências diametralmente opostas: Estados Unidos, no Oeste e a União Soviética, no Leste. (MAGNOLI, 2008).

O autor admite ainda que, nesse sistema, a Europa figurou como principal cenário de disputa entre as superpotências. A “cortina de ferro” (grifo no original), os blocos geopolíticos e as alianças militares antagonicas – a OTAN e o Pacto de Varsóvia – estruturaram o cenário europeu. Nessa confluência figurou a Europa como palco de disputa entre ambas. O engajamento na Europa seria legitimado sob o arcabouço das salvaguardas de valores como a liberdade política e a democracia representativa.

Em contraponto a supremacia soviética foi alicerçada pelas bandeiras do socialismo e da justiça econômica: “assim, o conflito global entre as superpotências expressou-se não só nos planos geopolítico e estratégico, como também no plano das ideologias políticas. (MAGNOLI, 2008, n.p.).

A queda do Muro de Berlim e a decomposição do Bloco Socialista, assistidas entre os anos de 1989 e 1991, foram “os maiores acontecimentos políticos da segunda metade do século XX (...) e que marcaram o fim da Guerra Fria”. Inexistia outro agrupamento de Estados com capacidade para desafiar o sistema econômico, social e político dos EUA. O poderio bélico estadunidense era único no mundo, desde a Segunda Guerra Mundial. “O único país no mundo a ter como principal missão, não a defensiva, mas a ofensiva, não guardar as fronteiras nacionais, mas projetar seu poder sobre todos os continentes, nos quais

instalou comando militares, que caracterizavam o domínio imperial”. (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 51-52).

Em 1992, Dick Cheney, então secretário de defesa estadunidense divulgaria um documento no qual confirmaria a primeira missão política e militar dos Estados Unidos pós-Guerra Fria:

Consistia em impedir o surgimento de algum poder rival na Europa, na Ásia e na extinta União Soviética. A pretensão era assegurar aos Estados Unidos o *status* de *lonely power*, potência hegemônica, chefe e guia de um sistema ultraimperial das potências ocidentais, atribuindo à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) o monopólio da violência internacional, como *global cop*. (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 54).

A Guerra Fria começou na Europa e acabou na Europa, em essência, uma guerra europeia, sem embates agudizados entre os blocos antagônicos. Ocorreria uma competição permanente manifestada por um crescimento armamentista. O salto qualitativo da Segunda Guerra Mundial, fora desmedido, “com a qualidade dos meios aéreos, dos blindados, dos mísseis, dos submarinos e porta-aviões, dos meios de comunicação e detecção e, por último com o aparecimento da primeira bomba atômica”. (CORREIA, 2018, p. 339).

O confronto nuclear conferiu à Guerra Fria um caráter de dissuasão absoluta (...) ambas as partes atingiram capacidade para não só se destruírem mutuamente como até para destruírem o planeta. A capacidade de destruição foi mútua garantiu o funcionamento da estratégia e impediu que o confronto entre as superpotências atingisse patamar violento, quer a nível nuclear, quer a nível convencional. (CORREIA, 2018, p. 339).

Deste o final da Segunda Guerra Mundial, Washington continuou ditando em grande medida os termos dos discursos globais sobre um leque de assuntos que vão desde Israel-Palestina, Irã, América Latina, guerra contra o terrorismo, organização econômica, política, e tantos outros. Os Estados Unidos por meio de suas políticas predominantemente militaristas e sua ilimitada vocação para manter um império em escala mundial, arriscam-se de forma perigosa a uma catástrofe que destruiria bens comuns ao planeta, recorrendo a uma ampla variedade de dispositivos que vão desde a utilização de drones até a ameaça de uma guerra nuclear. (CHOMSKY, 2016, p. 07, tradução nossa).

As intervenções estadunidenses no decorrer da Guerra Fria e no recorte espacial da América Central e Caribe, entretanto, não se limitam a esse período tampouco esse espaço. Exemplos na história recente confirmam que o princípio se mantém válido para Washington, que interveio militarmente em Granada, Panamá e Haiti, apoiou golpes palacianos na Venezuela, Nicarágua, intervenção nas eleições bolivianas e, a operação Colômbia, “o maior empenhamento político e militar de Washington na América Latina.” (CORREIA, 2018, p.

770).

O século XXI apresenta uma transformação ampla tanto no sistema político, quanto internacional, caracterizada como um novo processo de equilíbrio mundial de poder, um sistema crescentemente multipolar onde se destaca de forma progressiva o declive da hegemonia estadunidense. (CECEÑA, 2003; MATTOSO, 2013; CHOMSKY, 2016; PÉREZ-GAVILÁN; GUTIÉRREZ DEL CID; PÉREZ RODRIGUES, 2017; SANTA MARIA, 2021).

Desta maneira, cresce de importância os estudos geopolíticos como ferramenta científica de análise da realidade global, os câmbios e efeitos adversos de uma nova ordem mundial (NOM), tendências e cenários para o estudo das relações internacionais. (IANNI, 2003; MARINE, 2005; CAMPOLINA; DINIZ; 2014; VISENTINI, 2021).

A configuração do sistema mundial e o processo histórico de globalização têm sido a resultante da expansão e da dominação econômico-comercial, militar, político-ideológico, cultural e religioso. As civilizações mais influentes e poderosa demarcaram as pautas para o resto do planeta, dando lugar ao mundo complexo e atual, baseado em culturas dominantes e os sobreviventes. (PEDRAZA, 2018, p. 19, tradução nossa).

O trauma nacional provocado pelos ataques conduzidos pelo Al-Qaeda fez emergir os neoconservadores para o centro das decisões da administração de George W. Bush. Os Estados Unidos haviam sofridos seu maior revés em seu próprio território e, em vez de parar para pensar sobre as causas e consequências de tais episódios, em resposta iniciaram a Guerra ao Terror. Logo depois aos atentados de 11 de setembro, o governo de George W. Bush mergulharia em um conflito sem fim no Afeganistão e, pouco depois em março de 2003, uma ofensiva maciça ao Iraque. Nem mesmo o conselho de Segurança das Nações Unidas dariam aval à reivindicação dos Estados Unidos, aprofundando a crise de legitimidade da ONU. (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O autor pontua que, os EUA foram acusados de violação ao direito internacional, resultado das farsas perpetradas sobre a existência de armas de destruição em massa, que fundamentassem uma intervenção contra o regime de Saddam Hussein e práticas de violação aos direitos humanos por soldados estadunidenses.

Gandáségui (2016), descreve que a recessão profunda de 2007-2008 frearia o crescimento especulativo dos Estados Unidos e seus aliados mais próximos. Nesta direção, Moniz Bandeira (2016, p. 74) assinala que a recessão desestruturaria a ordem capitalista global, “ao atingir os débitos soberanos de países da União Europeia, e concorreu para abalar

ainda mais a confiança nos Estados Unidos, cuja influência, como único polo de poder mundial, estava a declinar desde a guerra do Iraque”.

Para além, Campolina e Diniz (2014), apontam dois fatores fundamentais que corroborariam para a mudança na geopolítica mundial, levando em conta a primeira década de 2000. O primeiro deles seria a perda de peso relativo na produção e nas exportações do capitalismo central – Estados Unidos (EUA), União Europeia (UE) e Japão. O segundo residiu na amplificação do peso do sistema periférico dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), por sua maior escala, mas de outros, particularmente dos novos membros do G20, conforme Lamas; Finazzi; Nasser (2017), caracterizados de forma geral como o Sul emergente.

Neste diapasão, a crise político-econômica da hegemonia estadunidense que teve seu início em 2005 e seu apogeu em 2008 manifestou o esvaziamento das políticas hemisféricas. “Não houve o renascimento prometido pelo ‘Século das Américas’, com a região seguindo um caminho cada vez mais independente a partir da crise”. A vitória do democrata Barack Obama em 2008, que trouxera novas expectativas a macrorregião, de forma correlata não produziu mudanças, sendo mantidas as pressões sobre Cuba e a ausência de novos projetos hemisféricos. (PECEQUILO, 2012, p. 50, grifo no original).

Entretanto, o redirecionamento da política externa de Washington para a América Latina e a América do Sul, com ênfase no Brasil, para as relações internacionais representaria uma quebra tática que voltava seus olhos à iniciativa regional e readequar o intercâmbio com o país e as Américas em um novo contexto. O crescimento brasileiro como potência regional e global impunha um ponto de reflexão na política dos Estados Unidos para a América Latina e as relações bilaterais. A maior preponderância do Brasil e da Venezuela refletiria na valorização política e estratégica. (PECEQUILO, 2012).

### **3.1.3. Migrações internacionais e geopolítica**

Ao longo da história e da evolução das sociedades, as migrações cada vez mais se tornaram frequentes dentro do cenário globalizado. Ianni, (2003); Feldman-Bianco *et al.* (2011), consideram que a globalização manifesta uma nova era de expansão do capitalismo. De Hass (2009), ratifica que os novos padrões de migração contemporâneos estariam intimamente ligados à órbita capitalista. A migração seria parte intrínseca de um novo processo de transformação humana, não uma causa ou consequência, e que alternâncias na

economia política global tenham estimulado novos padrões de migração cada vez mais complexos e multipolares. Modernamente e com raras exceções, não haverá sociedade que não seja produto de migrações diversas.

O progresso tecnológico tem influenciado o pensamento geopolítico e geográfico, ao reduzir o globo a uma escala diminuta e ao estabelecer um contato constante entre todos os cantos do planeta. Esse fenômeno tem contribuído para disseminar a percepção de certos lugares da Terra como mais atrativos ou capazes de oferecer melhores condições de vida. (CORREIA, 2018).

Feldman-Bianco *et al.* (2011), admitem que o capital, a mídia e os bens simbólicos parecem cruzar o mundo sem nenhum tipo de barreira, ao passo que os migrantes se deparam com fronteiras geopolíticas e simbólicas que definem quem pode circular ou não nos territórios nacionais, carregam consigo os interstícios históricos da desigualdade global e o refinamento de certos dispositivos categóricos que, ao mesmo tempo que nomeiam, classificam e dão sentido, separam mundos, criam fronteiras e barreiras, constroem, incorporam ou excluem tipos diferenciados de sujeitos migrantes.

As fronteiras foram criadas para serem transpostas, na visão de Bauman, (1999); Žižek, (2015); Bauman, (2017); Mbembe, (2018), entretanto, estas se tornaram demasiadamente seletivas. Tudo isso conjugado aos crescentes desequilíbrios regionais, demográficos e em potencialidades dos recursos econômicos, tornou-se inevitável a explosão migratória (CORREIA, 2018). Essas barreiras sinalizam muitos aspectos da política internacional, entretanto, os temores que eles expressam, ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais em que se encontram.

No contexto da queda do muro de Berlim (1989) que, simbolizou na época o fim das barreiras ideológicas, o término da Guerra Fria e o início de uma era global mais unificada, constatam-se, contrariando as expectativas, o recrudescimento dos conflitos, o fracasso da política em propor soluções, e a naturalidade com que Estados e sociedades lidam com a construção de muros como forma de solucionar ou mitigar zonas de conflito. Desta maneira, os muros representam, no campo simbólico, a validade da ideia de soberania e força do Estado. (VIEIRA; SÁ, 2019).

A razão desses “muros” que estão surgindo no Norte Global é deter a onda migratória. O muro proposto por Donald Trump na fronteira mexicana objetivava a estancar o fluxo migratório vindo do Sul, mas também tirava proveito de um temor maior que seus simpatizantes espelhavam com as mudanças demográficas. A globalização também

incentivou a construção de Muros sobretudo, após a crise financeira de 2008, quando acabou o dinheiro. Para além, as pessoas se fecham estritamente em seus mundos ante a presença de ameaças adicionais: terrorismo, conflitos violentos, refugiados, migração e, a crescente disparidade entre ricos e pobres. (MARSHALL, 2022).

Sayad<sup>42</sup> (1998, p. 45), em sua obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, argumenta que a imigração preconcebe uma situação de dupla contradição: não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou ao contrário, se trata de um estado duradouro, mas que se quer viver como sentimento de provisoriedade. As migrações transfronteiriças existiam muito antes da atual fase da globalização, assim defende Sassen (2007), a tarefa é entender de que maneira as migrações de hoje são ou não moduladas, fundamentadas ou meramente flexionadas pela globalização.

Dentro do que se convencionou nomear de Nova Ordem Mundial (NOM), a globalização na visão de Martine (2005), continuará sendo um evento determinante no curso da história humana: ela se faz sentir de modo concomitante em termos políticos, culturais, sociais, ambientais e mesmo demográficos. Giddens (1991), compreende a NOM como uma intensificação das relações sociais em escala mundial, que conectam localidades longínquas de tal forma que acontecimentos locais são modelados por eventos muitas milhas distantes, o que sob a ótica de Bauman (1999, p. 08), consolida a hierarquia do global sobre o local, a partir de valores antagônicos: “ser local em mundo globalizado é sinal de privação e degradação social”. Para o autor, as ambições da vida são de forma sistemática materializadas em termos de mobilidade, de ver o mundo, ao passo que os medos da vida são revelados pelo confinamento, falta de mudança, na inacessibilidade a locais onde outros exploram e desfrutam.

Para De Hass; Castles; Miller (2020), na Era das Migrações as desigualdades entre países ricos e pobres continuam a impulsionar um grande número de pessoas em busca de melhores condições de vida. Processos de mobilidade humana sejam refugiados, trabalhadores e mesmo tráfico de seres humanos, apesar das dessemelhanças, compartilham as mesmas relevâncias sociais, políticas e econômicas. Soares (2011) considera que o expressivo aumento dos deslocamentos entre fronteiras nacionais coloca luz em novos dilemas e desafios vis-à-vis as migrações internacionais.

---

<sup>42</sup> Sayad, referido como o “analista do inconsciente” por Pierre Bourdieu no prefácio da obra.

As migrações transfronteiriças existiam muito antes da atual fase da globalização, assim sendo, Baeninger; Peres (2017), analisam que a própria construção do fenômeno social migratório em movimento escalar transnacional redefinem e amplificam os conceitos e perspectivas teóricas e explicativas.

A importância da geopolítica ganharia força a partir dos grandes conflitos mundiais, momento em que os impérios europeus disputavam espaços, influência e poder na quase totalidade dos continentes. Assim, os mecanismos geopolíticos seriam fundamentais para caracterização do arcabouço de forças entre potências, sobretudo, na Europa. Não é de modo fortuito que muito dos autores representativos dessa linha de pensamento sejam oriundos de países reconhecidamente expansionistas. A geopolítica é, por consequência uma teoria do poder. Por essa razão, grandes potências agem na arena global, muitas das vezes independente dos organismos internacionais, moldando o mundo a partir de suas vontades e necessidades, em suma, as políticas globais em qualquer das esferas consideradas são concebidas de acordo com a política dominante em cada estágio do desenvolvimento humano. (MIYAMOTO, 2020).

Nesta senda, a compreensão da geopolítica não se acha associada tão somente a uma dimensão espacial, mas na conjugação do território com a disputa de poder. (AMUSQUIVAR; PASSOS, 2018). A geopolítica e as relações internacionais se encontram na construção de um saber crítico sobre processos de globalização, de mundialização e do regionalismo, outra vez, o problema da desigualdade e da distribuição assimétrica de recursos socialmente valorizados e que transitam pelas relações de poder. Esses recursos de poder fundamentais à sobrevivência tendem a ser controlados por Estados situados no topo da hierarquia global de poder e de riqueza. Com o advento da globalização o poderio militar que se manifestou durante longo período histórico, na contemporaneidade, cedeu lugar em favor dos poderes econômicos e tecnológicos (TEIXERIA JUNIOR, 2017) e, mesmo elementos intangíveis de poder, com a participação efetiva da opinião pública, como a educação e a cultura (MIRANDA; BISCHOFF, 2018).

### 3.2 Política externa brasileira (PEB) e a integração latino-americana no século XXI

A América do Sul no decorrer do século XX e início do século XXI adquiriu uma identidade política, geoeconômica e geopolítica. Fica latente na visão de Costa (2019), que essa macrorregião se tornou uma das mais importantes do mundo contemporâneo, e um considerável laboratório para experiências de integração.

Nesta senda, Mathias (2014), aponta que, no mundo pós-Guerra Fria, as relações internacionais subsistem fortemente a partir de arranjos geopolíticos, uma vez que as decisões políticas tomadas pelos Estados, sejam eles hegemônicos ou não, acham-se involucradas às relações de poder entre as nações. A partir deste prisma, a autora aduz que, o poder dos Estados continua a ser condição *sine qua non* para o equilíbrio, neutralidade e repressão à subalternidade política e econômica. Ademais que, a “estrutura de poder mundial permanece um condomínio das grandes potências, espaço em que os países periféricos enfrentam condições de inserção desiguais que caracterizam a interdependência assimétrica entre os primeiros e os segundos”. (MATHIAS, 2014, p. 116).

Não é possível que em uma reunião entre presidentes de países importantes, a palavra desigualdade não apareça. A desigualdade salarial, a desigualdade de raça, a desigualdade de gênero, a desigualdade da educação, a desigualdade da saúde, ou seja, estamos em um mundo cada vez mais desigual e, cada vez mais a riqueza está concentrada nas mãos de menos gente (...). Os acordos comerciais têm que ser mais justos (...). Os fóruns não podem ser constituídos por um grupo de luxo, pela elite política. Nós temos que chamar os desiguais, os diferentes para que a gente possa atender a pluralidade dos problemas que o mundo tem. [*sic passim*]. (LULA DA SILVA, FRANÇA, 2023<sup>43</sup>).

Os processos integracionistas na América do Sul trouxeram à baila discursos e políticas que beiravam ao pessimismo, a partir de um cenário da crise pós-2008. De forma geral o papel dos Estados nacionais acompanhados de privatizações e de oposição a governos de bases populares recrudesceram a crise econômica e política, destacando-se os processos anti-integracionistas oriundos de um nacionalismo exacerbado de rejeição a países vizinhos. De modo geral e, fundamentalmente, as políticas territoriais têm passado por uma releitura crítica em razão dos cenários globalizados nos anos 90. (RÜCKERT; CARNEIRO FILHO; FONSECA, 2021).

Do deterioramento socioeconômico decorrente de práticas neoliberais, na década de 1990, e a inaptidão de lideranças tradicionais na criação de respostas aos anseios da

---

<sup>43</sup> Trecho da fala do Presidente Lula da Silva, à Cúpula do Novo Pacto de Financiamento Global, Paris-França, 23 jun. 2023.

população latino-americana produziram na visão de Oliveira (2014), um cenário político complexo na região no início do século XXI. Sua percepção é a de que, por um lado os Estados nacionais têm demonstrado pouca capacidade na resolução de conflitos dentro da era da globalização e, ao mesmo tempo, dos Estados vêm emergindo novas lideranças carismáticas protagonizando o compromisso de rompimento com o passado societário a partir de projetos inovadores.

Alguns autores como Maringoni (2021), consideram que a política externa brasileira é assinalada por duas tendências políticas no século XX. A primeira e preferencial foi o alinhamento com os Estados Unidos, a partir da percepção do Barão do Rio Branco, no Itamaraty (1902-1912), do deslocamento do eixo hegemônico global de Londres para Washington. Assim, Rio Branco estreitou os laços diplomáticos com os EUA. Posteriormente, em algumas oportunidades foi perceptível a aliança explícita com o Departamento dos Estados Unidos, principalmente nos governos de Dutra (1946-1950) e Castelo Branco (1964-1967).

A segunda tendência seria a implementação de uma política externa mais ousada, aprofundada pelo diplomata Francisco San Tiago Dantas no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e o período parlamentarista do governo de João Goulart (1961-1962). Por esta vertente, buscou-se uma diplomacia voltada para o desenvolvimento, restaurando relações políticas com a União Soviética e de integração com o Terceiro Mundo, sem, entretanto, romper os laços com Washington. Esse viés seria a base da diplomacia e das relações internacionais, fundamentalmente nos anos de Celso Amorim no Itamaraty (2003-2011). (MARINGONI, 2021).

As guerras e disputas políticas e territoriais, ainda no século XIX entre os novos Estados sul-americanos não produziram nessa região as mesmas consequências políticas e econômicas das guerras de poder e de formação dos Estados nacionais europeus. E mesmo no século XX, nessa macrorregião não se consolidou um sistema integrado e competitivo de Estados e economias nacionais, como ocorreu na Ásia pós-descolonização. Em consequência os Estados sul-americanos nunca disputaram a hegemonia entre seus Estados e economias nacionais, tampouco nenhum deles disputou a hegemonia com as grandes potências. A partir deste aspecto verifica-se de fato que desde sua independência, o continente nunca ocupou posição importante nas grandes disputas geopolíticas do sistema mundial. (FIORI, 2013).

As políticas externas de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva guardam similitudes em seus objetivos estratégicos, como a estabilidade econômica, autonomia pela integração e desenvolvimento sustentável com foco no meio ambiente. Todavia, o Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva se notabilizaria por melhores resultados em termos de ampliação do comércio e investimentos lucrativos no cone Sul, inclusive com uma popularidade tanto interna quanto externa de suas ações maiores que a de FHC, que com políticas passivas e adaptativas em relação à globalização, teve sua imagem vinculada mais a retrocessos que avanços. Em contrapartida, Lula teve mais sucesso ao aglutinar os interesses populares e ideológicos do Partido dos Trabalhadores (PT) com os empresariais, obtendo maior protagonismo que Cardoso. (BORGES, 2011).

A figura pública do Presidente Lula é uma das chaves de interlocução com líderes como o Presidente George W. Bush, dos Estados Unidos e Jaques Chirac da França. (...) “mesmo os líderes mais à direita têm consciência de que existe um mal-estar com a globalização selvagem”. Lula oferece resposta firmemente ancorada na reforma social e nos preceitos democráticos e não apenas na aparência. “Ele é um homem da classe operária, do terceiro mundo e um produto genuíno da democracia do Brasil”. (AMORIM, 2006, n.p., grifos no original).

É ainda nos anos 80 que, segundo Costa e Théry (2016), os conceitos e políticas brasileiras para a América latina, ideologicamente centradas no exercício de hegemonia e da concorrência com os países vizinhos, deslocam-se para propósitos de cooperação regional.

Garcia (2008); Costa; Théry, (2016); Fonseca (2017), admitem que essa tendência progressiva em aprofundamento da integração sul-americana ganharia força no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2005), mas principalmente durante o governo Lula (2003-2010) se intensificaria e se consolidaria. Fonseca (2017) considera que ao nível regional, o discurso e as atitudes configuraram um relativo comedimento com o propósito de evitar que nações vizinhas vissem no Brasil, um possível comportamento hegemônico do país.

Ao longo da primeira década do século XXI, o Brasil se consolidaria como uma liderança diplomática na América do Sul, sendo um *global player*, principalmente nas questões litigantes da América Latina. Em lugar de absorver os demais países – ideia pensada pelos geopolíticos militares, a política externa brasileira passou a ser pensada com ênfase nos governos petistas, tendo o Brasil como um grande líder dentro do projeto da região e da edificação de uma nova ordem multipolar. (COSTA, 2019).

Anderson (2020) salienta que a segunda metade dos anos 2000 seria decisiva para o Brasil: a consolidação de seu protagonismo como potência agrícola, a eleição de um

presidente no início do século XXI com forte proposta social e de distribuição de renda, além da estabilidade econômica interna vivenciada pelo país à época da crise econômica mundial em 2008, foram preponderantes e pavimentariam a perpetuação dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder.

Acerca da experiência posta em movimento no governo Lula, Anderson (2020), demonstra que esse momento na América do Sul tornou-se palco de uma guinada à esquerda, singularizando-a do resto do mundo:

Chávez chegou ao poder na Venezuela bem antes de Lula chegar ao poder no Brasil, e Kirchner, na Argentina, pouco depois. Em 2005, Tabaré Vázquez conquistou o Uruguai com a Frente Ampla. Daí em diante, em sucessão, Bolívia, Equador e Paraguai elegeram os presidentes mais radicais da história. (ANDERSON, 2020, p. 97).

Maringoni (2017) salienta que o presidente Lula havia proposto uma utopia aparentemente irrealizável aos brasileiros, todavia esta aconteceu, como expressa na Carta ao povo brasileiro, lançada em 22 de julho de 2002, antes do pleito eleitoral.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. (LULA DA SILVA, 2002).

Geopoliticamente, no período dos governos progressistas de Lula da Silva e Rousseff, no plano global, utilizou-se a credibilidade do país propondo consensos com os demais países emergentes como resposta às ações unilaterais das grandes potências nos debates dos organismos internacionais. (BRAGA, 2017). Paralelamente, a liderança regional na América Latina passaria a ser exercida pelo Brasil.

Entretanto, na visão de Rodrigues (2010), o país não adotaria uma postura ofensiva ou mesmo controladora. De maneira oposta, priorizou-se a integração latino-americana e caribenha. A postura assumida tencionou a administração de crises humanitárias e arbitragem de conflitos humanitários na região.

A busca da autonomia com o objetivo de orientação política externa brasileira, no discurso da diplomacia do lulismo, dar-se-ia, fundamentalmente em torno dos princípios da “Cooperação Sul-Sul” em contraposição aos parâmetros hegemônicos das relações Norte-Sul: horizontalidade na relação entre país doador e país parceiro; preservação da autonomia do país receptor; ausência de condicionalidades, entendida como importante mecanismo de promoção de

desenvolvimento e estreitamento das relações entre os países. (LAMAS; FINAZZI; NASSER, 2017, p. 157, grifo no original).

Conforme Pecequillo (2014), as relações bilaterais com a Casa Branca no decorrer da década de 2000 foram levadas a efeito pelo Presidente Lula e por seu chanceler Celso Amorim. Sua agenda externa foi pautada sobre os pilares da cooperação Sul-Sul e da identidade terceiro mundista, abandonou as posições de subalternidade e de alinhamento nos anos 90, readquirindo uma visão autônoma e um projeto de desenvolvimento.

Nesta senda, a autora destaca:

- O aprofundamento da integração na América do Sul: MERCOSUL, IIRSA, UNASUL e CELAC;
- Participação ativa em negociações multilaterais em organismos tradicionais (Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, G-20 financeiro);
- Criação de alianças entre os emergentes (Índia, Brasil, África do Sul-IBAS), (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul-BRICS), G-20 comercial;
- Reforço das parcerias extrarregionais com a União Europeia (UE), retomada da política Sul-Sul na África, na Ásia e no Oriente, Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).

Nossa visão compartilha o pensamento de Garcia (2008, p. 22), coordenador dos programas de governo de Lula candidato ao governo em 1994, 1998 e 2008, tal e qual Rousseff, em 2010, no qual contextualiza que “no mundo que vivemos, a política externa não pode ser apenas um instrumento de projeção dos interesses nacionais na cena nacional, mas também, um elemento de desenvolvimento desse país.”

O autor admite que desde o ano de 2003 o governo do petista tinha como objetivos a retomada do crescimento econômico e adequação desse crescimento com um processo de distribuição de renda sustentado por um mercado de bens de consumo, equilíbrio macroeconômico, aprofundamento da democracia e maior consistência à integração da América do Sul.

Em resumo, durante seus dois mandatos, Lula implementou uma política governamental complexa que obteve altos índices de aprovação popular, redução das desigualdades, apoio majoritário dos setores empresariais, ampla maioria no Congresso e uma forte influência no cenário internacional.

### 3.3 O Alinhamento geopolítico e os governos brasileiros na década de 2010

A América Latina assiste ao apagar do século XX e, início do século XXI às ascensões de líderes de esquerda e centro esquerda, conhecida por “onda rosa”. A primeira experiência do “giro à esquerda” se concretizou com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela (1998). Seguiram-se Lula da Silva no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2006), neste mesmo ano Rafael Correa no Equador, Alan García no Peru, Cristina Kirchner na Argentina (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008), e Mauricio Funes em El Salvador (2009).

O governo de Lula despertou uma imensa expectativa, tanto no Brasil, quanto no exterior. Tratava-se de um exemplo de alternância eleitoral bem-sucedida, oferecendo uma possível solução para a crise econômica e social provocada pelos governos alinhados com as políticas inspiradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e defendidas por Washington, como os de Fernando Henrique Cardoso, Carlos Menem e Alberto Fujimori. Após quase quatro anos, a política do governo do Partido dos Trabalhadores se revela em sua plenitude, caracterizada pela preservação de um ajuste fiscal rigoroso, associado a um plano de políticas sociais compensatórias. (ARCARY, 2009).

Na visão de Levitsky; Roberts, (2011), o significado político da virada à esquerda na América Latina baseia-se em uma transformação mais profunda, considerando que pela primeira vez na história política da América Latina, os partidos e movimentos de esquerda se estabeleceram como grandes concorrentes na arena eleitoral.

A ascensão da esquerda na América Latina não pode ser adequadamente compreendida sem considerar os fatores regionais e internacionais que ajudaram a moldar esta onda de vitórias eleitorais. Nesta toada, verifica-se que a razão subjacente para o sucesso das esquerdas nos processos eleitorais latino-americanos reside na grave crise econômica e na desigualdade endêmica em toda a região: a desigualdade da América Latina difere das demais ao longo do globo, uma vez que esta existe em um contexto de níveis relativamente elevados de riqueza e desenvolvimento. (CLEARY, 2006, p. 36-37, tradução nossa).

No cenário das migrações internacionais<sup>44 45</sup>, Lula continuou a investir no tema refugiados, tratado anteriormente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O Brasil foi o país que, no período de 2003 a 2016, recebeu mais imigrantes de forma proporcional que em todo o hemisfério sul, conforme dados do Departamento de Polícia Federal (DPF), oriundos majoritariamente da América Latina, Caribe e costa oeste da África. (UEBEL, 2018).

A questão dos refugiados foi pauta prioritária da política externa na busca de uma posição de relevância junto aos organismos internacionais e missões humanitárias. “Ter tropas no Haiti é uma forma de atingir seus objetivos democráticos (...) dentre deles a possibilidade de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU”. (LEAL; LEITE, 2012, p. 53).

Na visão de Reis (2011, p. 63):

Trazer o tema das migrações, e mais especificamente a questão dos direitos humanos dos imigrantes para os fóruns internacionais reforçou as diretrizes mais amplas da política externa brasileira, que ao longo do governo de Lula da Silva buscou questionar a hierarquia internacional dentro dos organismos multilaterais, fortalecer a cooperação Sul-Sul e denunciar “dois pesos e duas medidas” em relação a temas como direitos humanos e desenvolvimento (...) diante da crescente securitização da matéria nas políticas da União Europeia e dos Estados Unidos, o Brasil procurou marcar sua posição denunciando a discrepância entre o discurso de direitos humanos desses blocos e países. (Grifo no original).

O cenário político sul-americano na segunda década do século XXI apresenta duas conjunturas distintas. A década de 2010 se inicia com grande parte dos países alinhados politicamente a vieses progressistas de centro esquerda e esquerda. Sem embargo, Vasconcelos (2018), aponta que, já no início da década o cone sul testemunharia um golpe de Estado parlamentar no Paraguai em 2012, e outro, quatro anos depois no Brasil, a maior potência econômica da América do Sul – em 2016. No mesmo período na Argentina, uma coalizão burguesa e partidária liberal – *Cambiamos* – venceria o pleito presidencial de 2015.

Esses episódios vaticinaram uma nova agenda política no cone Sul, conhecida por “onda azul” engajada com o neoliberalismo estadunidense. Venezuela, Bolívia e Uruguai exclusivamente estes países permaneceriam como resistências da esquerda ou de centro esquerda em governos sul-americanos na década. Com efeito, algumas experiências de

---

<sup>44</sup> *Lato sensu*.

<sup>45</sup> A mobilidade humana é realizada pelo ato de migrar, movimentar-se de uma região para outra dentro do próprio país ou para um país diverso, seja para fugir de uma condição de extrema vulnerabilidade, seja para garantir uma melhor condição de vida. Sob está ótica, têm-se os migrantes por condições econômicas, climáticas, ambientais, por violações de direitos humanos, guerra, desigualdades, dentre outras. (DUARTE; ANNONI, 2018, p. 91).

governo desta onda progressistas ainda são persistentes em países da América Latina. (VASCONCELOS, 2018).

### **3.3.1 O Governo de Dilma Rousseff**

O término do governo de Lula da Silva foi marcado por um clima de otimismo e crescimento, o que culminou na vitória da continuidade nas eleições, com a ascensão de Dilma Rousseff.

Silva (2022) admite que após oito anos de um período de crescimento econômico expressivo e de expansão das políticas sociais, Rousseff assume a presidência em meio a expectativas de manter as diretrizes estabelecidas durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Esse contexto reflete um momento de perspectiva positivas em relação às políticas implementadas por seu antecessor, e a eleição de Dilma Rousseff foi vista como uma continuidade dessas medidas.

Em sua política externa, esperava-se uma reorientação que mantivesse as diretrizes básicas do governo Lula. Entretanto, enquanto a política externa de Lula gerou intenso debate intelectual, com diversos artigos, livros e seminários, a política externa de Dilma não recebeu a mesma repercussão acadêmica, face à deterioração da situação política interna, a atenção de Dilma, em relação à política externa diminuiu ainda mais. (SILVA, 2022).

No campo doméstico, na visão de Pecequillo (2014), principalmente em seu primeiro mandato, a expectativa foi mantida de forma inequívoca na agenda social e amplificada por meio de investimentos em setores de infraestrutura (PAC) e obras para grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, de moradia popular como Minha Casa Minha Vida e educação, como o Programa Ciência Sem Fronteiras. Sem embargo, na política externa a continuidade passou por vários questionamentos, sugerindo uma possível fragmentação nas relações internacionais e a reaproximação com os Estados Unidos. Ao avaliar a política externa no que concerne ao alinhamento com Washington, observa-se uma continuidade moderada que traz o risco da estagnação e do baixo perfil.

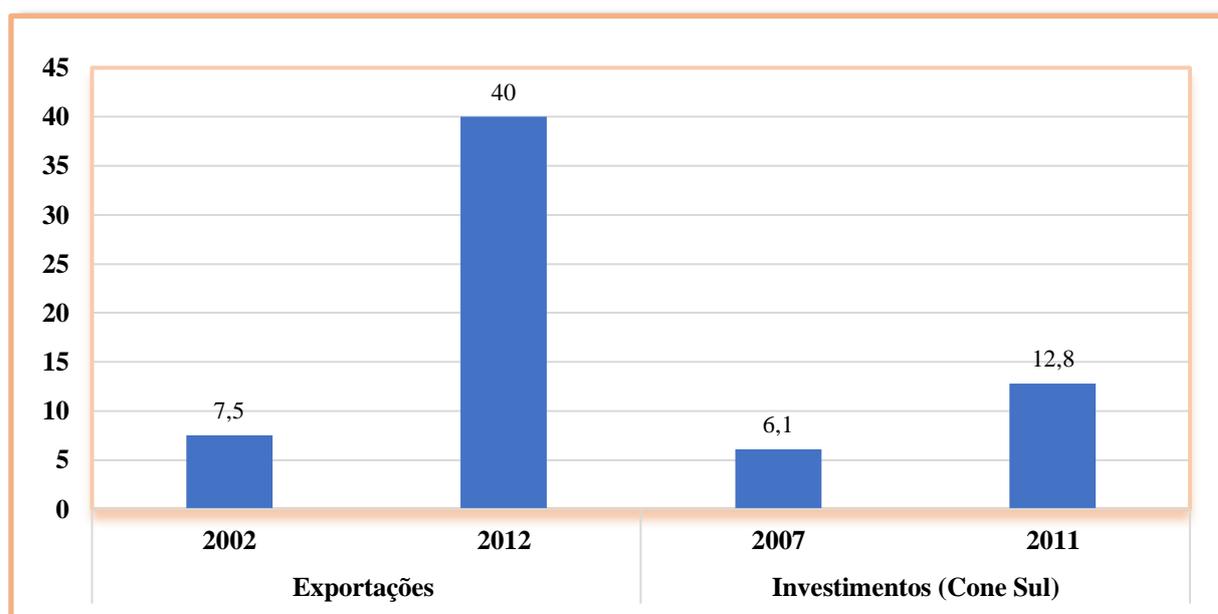
Silva (2022), admite que no campo da inserção internacional brasileira o governo Rousseff se vincularia a dois principais interesses: i) o aprofundamento da integração sul-americana como prioridade e; ii) a ampliação da presença brasileira à nível global. Para além, Rousseff considera a América do Sul como foco prioritário da ação externa, tendo o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC, entidades estratégicas para o fortalecimento

estratégico da região. No discurso de posse de Figueiredo<sup>46</sup>, Dilma reiterou, sua crença no multilateralismo como única forma eficiente de produzir consensos estáveis em âmbito internacional.

Nos últimos anos, o prestígio internacional do Brasil cresceu muito. Nosso país tornou-se voz ativa, voz a ser ouvida, opinião a ser consultada em grandes decisões. Assumimos papel de protagonista num mundo em intenso processo de mudança (...) nossa parceria com países emergentes sobretudo com os BRICS é cada vez mais sólida. Nossa relação com o Sul se estreitou em especial com os países africanos. (...) A maior de nossas prioridades é a integração regional, principalmente com os vizinhos da América do Sul. (...) Um continente como o nosso, que já foi uma espécie de área de risco para a democracia (...) vive hoje um estágio de modernização política que o distingue entre as regiões do mundo afetadas por conflitos étnicos e religiosos e pelas marchas e contramarchas das lutas por liberdade em todo o mundo. (ROUSSEFF, 2013).

Convergem para essa perspectiva, o pensamento de Patriota (2016), ao considerar que o MERCOSUL trouxe retornos expressivos aos fluxos de comércio e investimentos brasileiros. As exportações brasileiras saltaram de US\$ 7,5 bilhões em 2002, para US\$ 40 bilhões em 2012, ou seja, um aumento da ordem de 533%. A região responde por 15% de todo o comércio global brasileiro e, os investimentos brasileiros diretos no cone Sul (participação no capital em empréstimos Inter companhias) passaram de US\$ 6,1 bilhões em 2007, para US\$ 12,8 bilhões em 2011. O **Gráfico 6** apresenta a evolução dos valores das exportações e investimentos brasileiros diretos no cone Sul.

**Gráfico 6 - Exportações e Investimentos brasileiros no Mercosul – 2002-2012 (bilhões US\$)**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Patriota (2016).

<sup>46</sup> Luiz Alberto Figueiredo Machado foi Ministro das Relações Exteriores do Governo Rouseff entre 2011 e 2013.

Da mesma forma, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em vigor a partir de 2011, consolidou importantes iniciativas em áreas distintas: i) Conselho de Defesa, onde promove a transparência de gastos militares dos países da região; e ii) Conselho Eleitoral da UNASUL, criando mecanismos próprios para o fortalecimento da democracia. Há ainda, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que dentre vários objetivos, oferece caminho para uma reintegração de forma progressiva com Cuba junto ao contexto regional. (PATRIOTA, 2016).

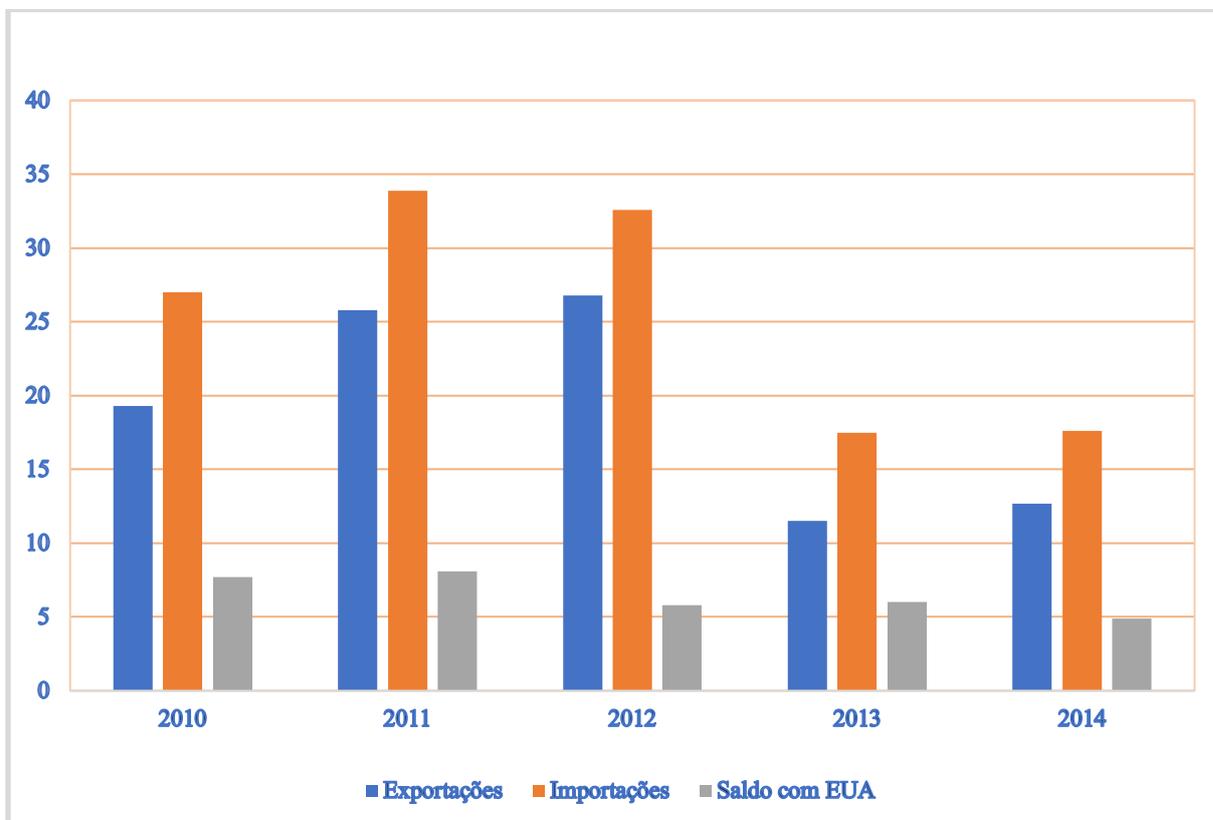
Por outro lado, alguns autores, dentre eles Pennaforte (2017); Berringer, (2021); Silva (2022), avaliam que o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014) ocasionou um retrocesso em relação à Era Lula. Na administração de Rousseff, a política externa brasileira não manteve o protagonismo de seu antecessor, uma vez que não possuía o mesmo carisma e a habilidade política de Lula da Silva.

As bases gerais da PEB foram mantidas, entretanto, a própria percepção da importância de Rousseff para a temática internacional era notoriamente bem menor do que a de Lula da Silva. Vale salientar que, ainda em seu primeiro ano de governo, Rousseff enfrentaria uma grave crise fruto de uma política econômica errática, o que conferiu o surgimento de uma crise institucional com a perda do apoio popular e de sua base política, aliada ao escândalo de corrupção da Petrobras, alardeado e potencializado em grande parte pela mídia conservadora. (PENNAFORTE, 2017).

No âmbito das relações bilaterais, Rousseff considerava a parceria com os Estados Unidos como das mais relevantes para dinamizar a economia, a ciência e a tecnologia, a educação e a infraestrutura. Pecequillo (2014), ressalta que em janeiro de 2011 quando Dilma assume, a relação Brasil-Estados Unidos encontrava-se em um patamar de Diálogo Estratégico, ou seja, o reconhecimento dos Estados Unidos de que o Brasil ocupava um novo *status* na arena global de poder. O país se tornara protagonista em seu entorno regional e um *global Player* dotado de identidade e independência.

Outro ponto importante destacado pela autora, reside no fato de as relações bilaterais com Washington, com ou sem diálogo, permaneceram as mesmas. No caso do comércio, tais parcerias não refletiram mudanças relevantes, conforme demonstra o **Gráfico 7**.

Gráfico 7 - Balança comercial: Brasil-Estados Unidos – 2010-2014 (bilhões US\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos em Pecequilo (2014, p. 22).

É fato que, durante a última década, o cenário migratório passou por profundas transformações. Assim, Fernandes; Faria, (2017) ressaltam que, no caso brasileiro, se a presença de imigrantes provenientes de países fronteiriços se intensificou, um novo componente desse fluxo se insere: a chegada de imigrantes de regiões com pouco ou nenhum histórico de trocas populacionais com o país e, especificamente para o início da década vale ressaltar a presença de numerosos haitianos.

Nessa senda, o Brasil registraria dois *booms* migratórios (UEBEL, 2016; UEBEL, 2017; UEBEL; RANINCHESKI, 2017; UEBEL, 2020): um no ano de 2010 e, outro no recorte temporal de 2013-2014. Posteriormente, um declínio desses fluxos pós-crise política e econômica que culminaria com o *impeachment* de Dilma Rousseff já em 2016.

Como citado em capítulos anteriores, a crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos, que também causaria estragos de forma substancial na Europa e no Japão, o agravamento das tensões no Oriente Médio, Leste Europeu e Norte da África assinalaram uma complexidade multifatorial nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas,

notadamente no Brasil, que à época se tornara um importante *player* nas arenas geopolíticas e geoeconômica. (UEBEL, 2020).

Segundo o autor, neste contexto, até 2014 os fluxos imigratórios anuais atingiram valores históricos, todos acima de 100 mil imigrantes por ano, a partir de 2012, cujo ápice ocorreria no ano da reeleição de Dilma Rousseff (2014), com a entrada de mais de 146 mil novos migrantes. Todavia, a partir de 2014, início do tensionamento institucional que afastaria a Presidente Dilma, verifica-se a contração de tais fluxos.

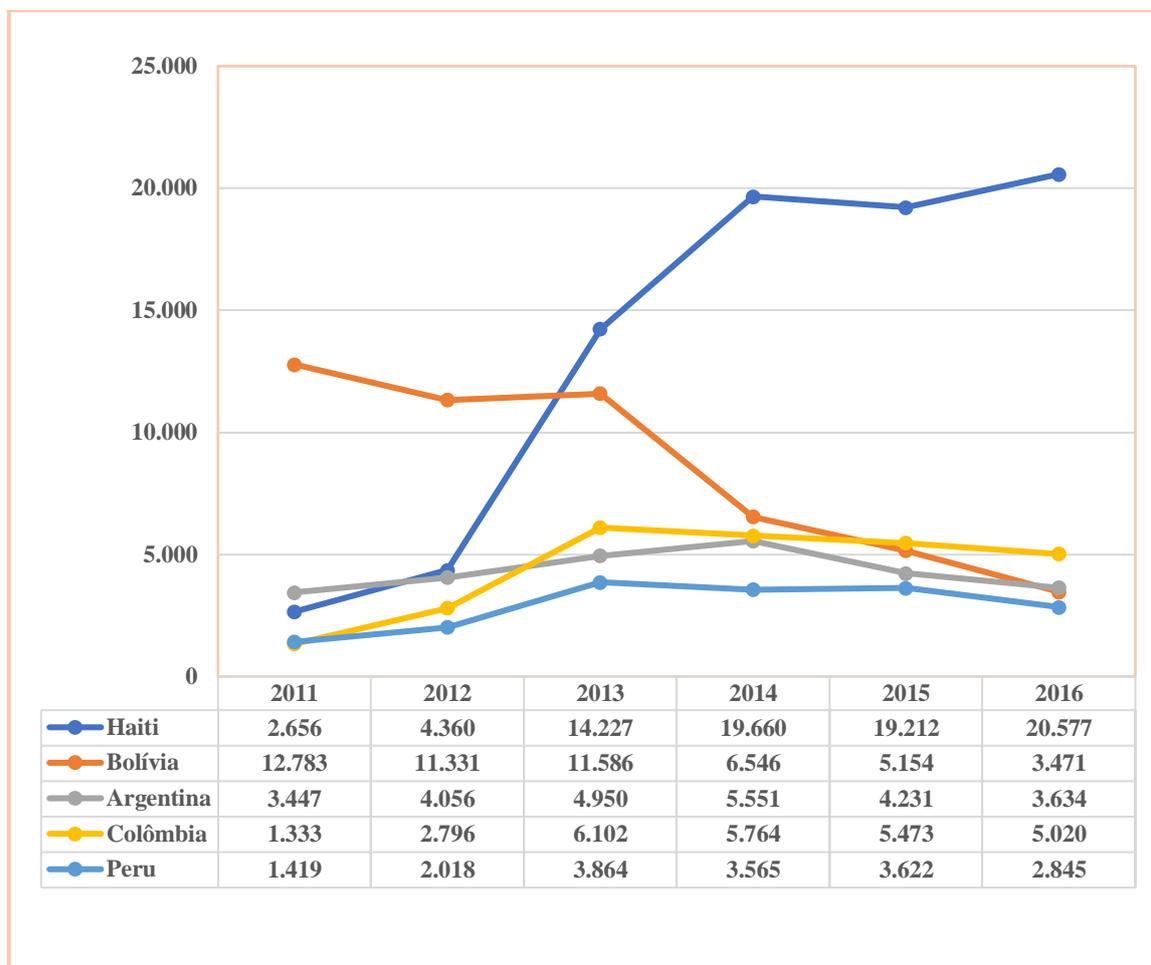
Um exemplo importante dos desafios apresentados ao país como lugar de destino de migrantes é o caso dos migrantes forçados haitianos que por motivos ambientais, se deslocaram para o Brasil a partir do terremoto de 2010 no Haiti. A migração haitiana ganhou destaque tanto nas estatísticas quanto na imprensa brasileira no período de 2010-2014. Esse deslocamento humano se deu pós-crise econômica internacional de 2007-2008, aliado a guerra civil e crise humanitária no Haiti. (UEBEL, 2016).

Cavalcanti (2015), atribui que a motivação desses fluxos no Brasil não pode ser explicada sem recorrer ao mercado de trabalho, uma vez que a partir desse *locus* é possível a compreensão da posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão seus descendentes, muito embora reduzir o fenômeno migratório exclusivamente a questões e demandas laborais induz a um reducionismo analítico, uma vez que as pessoas migram por diversas motivações.

Nesta senda, Faria (2014), contextualiza que a acolhida aos haitianos constitui um caso representativo da inclinação do governo brasileiro de conferir prioridade aos aspectos de defesa dos direitos humanos do migrante e do estrangeiro na aplicação da prática migratória. Diante desse cenário, em 2012 o governo Rousseff, atendendo à solicitação da ONU, por intermédio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), criou a categoria de visto especial humanitário, a fim de atender a migração de haitiana.

O **Gráfico 8**, aponta o crescimento exponencial da migração haitiana que, no governo de Dilma Rousseff, representaria a nacionalidade com maior número de ingressos no país, saltando de 2.656 em 2011, para 80.652 em 2016.

**Gráfico 8 - Número de estrangeiros considerados migrantes, segundo principais países de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2011-2016**



Fonte: Elaboração própria, com base em Cavalcanti *et al.* (2017, p. 51).

Uebel; Ranincheski (2020), em seus estudos migratórios apresentam a contextualização de eixos de inserção estratégicos do Brasil, ou seja, os direcionamentos e as pautas de uma determinada agenda política ou ambição externa do governo brasileiro, deste modo, no cenário das Relações Internacionais, as políticas migratórias acham-se inseridas no contexto da política externa brasileira.

Nesta direção, não poderia ser diferente para com a política externa migratória brasileira, que se apresenta como uma variante, uma consequência da política externa, ou ainda, como um amálgama da política migratória. (...) porém, sua temporalidade e evolução nem sempre seguiram ao próprio sabor da política externa matriz, isto é, não raro, a práxis política externa migratória seguiu rumos, tendências e, até mesmo, ideologias diferentes da sua política-mãe. (UEBEL; RANINCHESKI, 2020, p. 88).

**Quadro 6 - Eixos de inserção estratégica<sup>47</sup> para a política externa migratória**

Governos	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Política Externa Migratória de Lula	MINUSTAH	Missões humanitárias na África	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Política Externa Migratória de Rousseff	Programa Mais Médicos	Programa de cooperação de concessão de bolsas de estudo para pesquisa	Propagandização do país pelas redes migratórias e internacionais de trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Uebel; Ranincheski (2020).

A política externa para as migrações no governo de Lula da Silva se ancorou fundamentalmente nas missões humanitárias comandadas pelo Brasil na África e no Haiti e a liderança atrativa da comunidade lusófona, apesar de um tema pouco examinado pelos estudos acadêmicos em se tratando das motivações migratórias. Por outro lado, na política externa para as migrações em Rousseff, o Programa Mais Médicos não conseguiu ser o eixo de alavancagem de sua política, tampouco os Programas de Cooperação e Concessão de Bolsas de Estudo e Pesquisa. Considera-se o eixo de inserção que, notadamente influenciou o *boom* migratório ao longo do governo de Dilma Rousseff, foi a propagandização do país pelas redes migratórias<sup>48</sup> e internacionais de trabalho como alternativa aos destinos tradicionais”. (UEBEL, 2018; UEBEL; RANINCHESKI, 2020).

No contexto da política externa para as migrações internacionais e regulares, cabe destacar o final de 2013 a migração de médicos pelo Programa Mais Médicos. Esses novos fluxos migratórios colocam o Brasil no contexto das migrações qualificadas (CAVALCANTI, 2015).

Foi o primeiro programa de imigração subvencionada pelo governo brasileiro desde o império. O Programa apresentou impactos significativos na socioeconomia brasileira bem

<sup>47</sup> Ao longo da pesquisa verificou-se que os eixos principais da estratégia da política externa brasileira correlacionada às migrações foram a MINUSTAH e a Propagandização do país pelas redes migratórias e internacionais de trabalho, respectivamente nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

<sup>48</sup> Massey *et al.* (1993), definem redes migratórias como um conjunto de laços interpessoais que conectam migrantes, ex-migrantes e não migrantes em áreas de origem e destino por meio de laços de parentesco, amizade e origem comunitária compartilhada. As redes aumentam a probabilidade de movimento internacional uma vez que reduzem os custos e riscos da migração e aumentam os retornos líquidos esperados pelo ato de migrar (MASSEY *et al.*, 1993; DE HASS; CASTLES; MILLER, 2020).

como críticas da própria opinião pública, promovendo os sentimentos de xenofobia. (UEBEL; RANINCHESKI, 2020).

A solução importadora do Programa Mais Médicos foi justificada pelo Estado brasileiro com base no dado real da escassez de médicos no serviço público de saúde destinado a atender populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes nas periferias das capitais, cidades e regiões do país mais pobres e de difícil acesso. Não deixa de ser também verdade que essa solução traz para o Estado brasileiro, do ponto de vista de seus custos, os benefícios de uma contratação flexível, além de representar o único meio imediato para se responder a uma demanda pública explosiva. (VILLEN, 2018).

O segundo mandato de Rousseff, a partir de janeiro de 2015, foi caracterizado por tensões no campo político que dificultaram o exercício de seu mandato. A seu turno, Martins; Silva; Passos (2018), consideram que as forças de oposição inconformadas com as sucessivas derrotas desde o pleito de 2002, impulsionaram uma série de questionamentos junto as instâncias judiciais a fim de cassar a chapa Dilma-Temer. De mais a mais, o congresso nacional passou a preencher a agenda legislativa com as chamadas “pautas bombas”, projetos de lei cujo cerne poderiam impactar pontualmente as contas públicas e invalidando a previsão de redução de gastos para cumprimento das metas fiscais.

Os estudos de Uebel (2017), apontam quatro fatores determinantes à interrupção da estratégia Migratória Nacional: i) a paralisação do governo Rousseff com protestos e manifestações, quase diários; ii) a centralidade de sua administração com foco na reeleição; iii) o início do processo de *impeachment* no segundo semestre de 2015, fato que sepultou qualquer possibilidade da execução de uma agenda governamental além dos compromissos pré-estabelecidos; e iv) os sucessivos contingenciamentos orçamentários que reduziram os aportes financeiros aos programas previstos no Caderno de Propostas Nacional <sup>49</sup>e na Estratégia Migratória Nacional.

Moniz Bandeira (2016), analisa que o processo de *impeachment* contra Rousseff, evidencia que, o golpe no Brasil é uma operação de guerra geoeconômica que os EUA estão a travar com a Rússia, a China e o Brasil. O Brasil é peça importante na América do Sul. Nixon no passado, já afirmava: “para onde for o Brasil, vai a América do Sul, a América Latina”. Assim como existe a compreensão de que o principal inimigo dos Estados Unidos,

---

<sup>49</sup> O Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio - 1ª COMIGRAR resulta da sistematização das propostas elaboradas e apresentadas nos relatórios das Conferências Regionais, Estaduais, Municipais, Livres e Virtuais. O Caderno de Proposta corresponde a síntese de todo o processo de mobilização e discussão, cujo esforço envolveu a participação de mais de 5 mil pessoas, em mais de 200 Conferências, resultando em um conjunto de 2.618 propostas, ou seja, orientações estratégicas com a finalidade de promoção do debate e subsidiar os processos de transversalização da temática migratória nas políticas públicas brasileiras. (BRASIL, 2014, p. 01).

continua sendo a Rússia, mais do que a China – uma vez que a China se conecta ao mercado estadunidense.

A guinada à direita na visão de Maringoni; Schutte; Berringer (2021) altera não somente os rumos de desenvolvimento e da inserção do Brasil, mas para além, altera a política de integração regional para o continente.

Ainda segundo os autores, em dois anos de gestão de Temer e um de Jair Bolsonaro foram enfraquecidos ou desnacionalizados diversos setores produtivos, dentre eles, os setores de construção civil, estaleiros, energia elétrica, petróleo e indústria e aviação. Para além, uma crescente ojeriza em relação à Venezuela, o fim da integração regional e a redução do protagonismo do Brasil nos BRICS.

### 3.3.2 O governo provisório de Michel Temer

A partir do acolhimento da admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu de forma interina a presidência da República em maio de 2016. Na justificação para o pedido de *impeachment*, os juristas alegaram que Rousseff havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedalada fiscais” e pela edição de decretos de abertura de créditos sem prévia autorização do Congresso. (SENADO FEDERAL, 2016, grifo no original).

Se por um lado os governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em tese seriam resultantes de um mesmo projeto político, por outro prisma há que se diferenciá-los, considerando que Temer procurou distinguir-se de seus antecessores em sede de sua política externa. Seu governo adotou um alinhamento de caráter não-ativista com forte viés pragmático vinculado aos setores econômicos mais importantes do país como mola propulsora das relações comerciais com a China e a busca de relações econômicas e comerciais mais próximas aos Estados Unidos. (VIDIGAL, 2019).

Os acontecimentos desde a queda do governo de Dilma Rousseff evidenciaram uma mudança na orientação política e econômica da política externa brasileira (PEB). Essa nova abordagem enfatizou uma visão predominantemente liberalizante da economia, do comércio e de investimentos, abandonando a estratégia de coalizões na Organização Mundial do Comércio (OMC) e diminuindo a ênfase nos BRICS. Essa reorientação implicou em uma mudança das prioridades e estratégias do Brasil no âmbito das relações internacionais, refletindo uma postura mais alinhada com os princípios e políticas de caráter liberal, tanto

na esfera econômica, quanto na esfera diplomática. (MARINGONI; SCHUTTE; BERRINGER, 2021),

Os autores admitem que após o golpe em 2016, a política externa brasileira sofreria fortes mudanças no decorrer da gestão do presidente Temer. Dentro dos arranjos mercosulinos, a PEB assumiria uma posição refratária ao Estado bolivariano, que atravessava uma crise sem precedentes desde 2013. Esse revés resultou na suspensão da Venezuela do Mercosul em 2017 e de países chamados de bolivarianos, como Bolívia e Cuba, a abertura do pré-sal ao capital internacional e o esvaziamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em contraponto, verificou-se uma nova agenda de aproximação do país com os Estados Unidos.

Nesta toada, PENNAFORTE (2017, p. 2) destaca que o afastamento de Rousseff da arena política, mais do que a saída do Partido dos Trabalhadores (PT) após treze anos no poder (2003-2016), marcou o fim da Era Lula e de um ciclo na política externa brasileira. Se durante o período petista o Brasil assumiu uma posição mais ativa no cenário mundial, principalmente sobre o mandato de Lula (2003-2011) o atual governo Temer do PMDB, esboça uma posição bem controversa.

Ao longo da década e, após intensa movimentação da sociedade civil e de alterações nas legislações migratórias de países vizinhos<sup>50</sup>, foi sancionada por Michel Temer, a Lei de Migração, (Lei 13.445/2017)<sup>51</sup>. Um dos pontos mais destacados por pesquisadores dentre eles Sprandel (2018); Claro (2020); Sant’Ana (2022), é o fato do novo marco jurídico inaugurar uma perspectiva humanitária que se apresenta ao não nacional, uma vez que a nova lei se acha em harmonia com a Constituição Federal de 1988 e Tratados Internacionais.

A aprovação da nove Lei de Migração (Lei 13.445/2017) se dá em um momento de aumento expressivo dos fluxos migratórios de venezuelanos para o país. A chegada de venezuelanos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista impactaram, ainda em meados de 2015, os serviços públicos essenciais, o que segundo especialistas ganhou contornos de crise humanitária. A crise venezuelana, com seus efeitos em questões migratórias na visão de Sant’Ana (2022), tornou-se de tal forma significativa que seria um dos poucos pontos em contexto de política tratados no decorrer da campanha eleitoral de 2018.

---

<sup>50</sup> *Ley de Política Migratoria (Lei n° 25.871)* de 2004 na Argentina e, a *Ley de Migración (n° 18.250)* de 2008, no Uruguai.

<sup>51</sup> Entre os anos de 1980 e 2017 vigorava o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980), um dos maiores entulhos autoritários que vinha sobrevivendo à lenta, e cada vez mais precária decantação do direito brasileiro em direção à democracia. (VENTURA, 2017, p. 429).

Neste diapasão, ainda no governo de Michel Temer (2016-2018) foi criada a Operação Acolhida como resposta ao *boom* desses fluxos. A operação centralizada na esfera federal é designada como força tarefa logística humanitária em Roraima. A ação de governo envolve órgãos federais (Ministério da Defesa, Polícia Federal, ANVISA, Ministério da Cidadania, Ministério dos Direitos Humanos, Defensoria Pública da União), agências internacionais (ACNUR, OIM, UNFPA, UNICEF) na sua organização e entidades nacionais e internacionais da sociedade civil (VASCONCELOS; SANTOS, 2021).

Durante o breve governo de Michel Temer, foi perceptível uma clara ruptura no conteúdo programático da política externa brasileira ao retornar o alinhamento e subordinação com os Estados Unidos e a adoção de um neoliberalismo ainda mais profundo que nos anos 1990. O eixo norteador da nova política do Estado brasileiro foi o distanciamento em relação aos Estados vizinhos, notadamente, do Estado venezuelano, a partir da criação do grupo de Lima em oposição ao governo de Nicolás Maduro, seguindo assim, o alinhamento e posições dos Estados Unidos. (BERRINGER *et al.*, 2021).

Para além, cabe destacar que, as retaliações à Venezuela foram basicamente de natureza ideológica uma vez que sua participação no Mercosul é vantajosa para o bloco, em especial para o Brasil, que é superavitário em relação Venezuela. De fato, a nova posição do Brasil em relação aos países sul-americanos e ao Mercosul incorre em uma série de erros. (SILVA, 2022).

### **3.3.3 Bolsonaro e o alinhamento com Washington**

Em termos de continuidades e rupturas, não houve uma interrupção na transição do governo de Michel Temer para o governo de Jair Bolsonaro. Ambos os governos adotaram uma política econômica liberal, buscaram abrir-se para investimentos estrangeiros, com uma suposta mudança de ênfase da China para os Estados Unidos.

Houve uma priorização dos laços bilaterais em detrimento do multilateralismo, além de uma falta de compromisso com a integração sul-americana e uma condenação do governo venezuelano de Nicolás Maduro. Assim como George Bush Filho apoiou a MINUSTAH (2004) e Barak Obama procurou restabelecer os laços diplomáticos com Cuba, Trump procurou uma aproximação com o Brasil para fortalecer sua política contra à ascensão chinesa (VIDIGAL, 2019).

A eleição de Donald Trump fora a expressão da crise da globalização neoliberal limitada pelo crescimento pauperizado e o alto endividamento estadunidense. Trump buscou a alternativa de substituição do imperialismo dos EUA de raiz neoliberal com pretensões universalizadas e hegemônicas pela unilateralidade capitalista de Estado de direita, no qual os EUA se estabelecem acima do mercado global com a finalidade de impor uma nova ordem. Pela primeira vez, desde Reagan, um chefe de estado lançou-se abertamente contra o universalismo neoliberal e seus consensos: aplicou sanções unilateralmente, estabeleceu guerras comerciais; rompeu com movimento de inclusão da China na economia global; retirou os EUA de acordos multilaterais; desorganizou a OMC; e ameaçou aliados. (MARTINS, 2021, p. 100).

A ideologia de ultradireita de Jair Bolsonaro, desenvolvida em trinta anos como parlamentar e, aperfeiçoada desde 2019 como Presidente da República, acompanha uma tendência internacional de partidos e governos de ultradireita em ascensão, com o protagonismo de Donald Trump nos Estados Unidos, de quem Jair é admirador e caudatário. (RODRIGUES *et al.*, 2021).

No tocante às migrações internacionais, os autores destacam que a verve anti-imigração de Jair Bolsonaro encontra ressonância com a política externa brasileira de ultradireita que enxerga nos migrantes fontes de ameaça sejam para emprego, sejam para a segurança da população.

O alinhamento de Bolsonaro com Trump amplificou-se a outros líderes favoráveis a políticas migratórias drásticas, a exemplo do ex-ministro do Interior italiano Matteo Salvini e do premiê húngaro Viktor Orbán, expoentes do movimento que reduz a migração africana e muçulmana para a Europa à condição de ameaças à civilização ocidental. Em âmbito global, a oposição às migrações e aos estrangeiros define um dos elementos centrais dos novos nacionalismos, inclusive em sociedades constituídas demograficamente por descendentes de migrantes, como as dos Estados Unidos e Austrália. O rechaço do atual governo brasileiro para com o Pacto Global para Migração, Ordenada e Regular e sua retórica de defesa da segurança e soberania, embora contraditório com medidas que adota – como a isenção de visto a cidadãos de alguns países seletos – inserem-se em um projeto de Estado abrangente e definidor de novas relações internacionais. (MENDES; MENDES, 2019).

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro valeu-se da Venezuela como um exemplo negativo a ser evitado e, correlacionando suas críticas à aproximação que os governos progressistas mantinham com o Estado bolivariano. O panorama econômico amplificou a crise política e social provocando o êxodo de imigrantes para o Brasil ganhando contornos de crise humanitária. (JACQUES; LINÁRES; USECHE 2019; VILLAMAR, 2021; GÓIS; JAROCHINSKI SILVA, 2021).

Amorim (2019), ressalta que o tema das migrações no Brasil sofreu impactos com a chegada da extrema direita ao poder em 2019. Medidas seriam adotadas ao longo desse ano apontando que o novo presidente se apropriaria das migrações como aparato ideológico do discurso Bolsonaroista.

Sobre o tema da política migratória, sobretudo, para refugiados, o governo de Jair Bolsonaro criou para si, dois mundos: um primeiro relacionado à Venezuela, pautado por razões humanitárias e de forte oposição ao governo de Nicolás Maduro; e outro aplicado aos demais migrantes forçados. Em relação à Caracas, mantém-se a Operação Acolhida, coordenada pelas Forças Armadas desde o governo Temer, complementada pelo Projeto de Interiorização apoiado pelo ACNUR, (este já declarou que a recepção de venezuelanos pelo Brasil é modelar. (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 96).

Em janeiro de 2020, Jair Bolsonaro discursaria por ocasião de passagem de comando da Operação Acolhida:

Fizeram na Venezuela, a conversa fácil, a demagogia, a mentira deslavada para atingir seus objetivos. A Venezuela chegou a um ponto de difícil retorno, mas nós acreditamos nele (sic) e o governo brasileiro, junto com outro chefe de Estado, como estive, orgulhosamente, com Donald Trump, trabalhamos para que ela volte à sua normalidade. (BOLSONARO, 2020).

Desta forma e, fundamentalmente perante seu eleitorado, o acolhimento aos nacionais venezuelanos seria um meio de demonstrar o fracasso da suposta ditadura bolivariana. Ao classificar os migrantes como refugiados e refugiadas implicaria denunciar o país de origem – a Venezuela – como um Estado que não respeita direitos básicos da população. Nesse sentido, mobilizou-se o refúgio como parte estratégica do posicionamento político perante a comunidade internacional em relação ao país vizinho. (MOREIRA, 2020).

O governo de Bolsonaro a partir de sua posse inaugurou uma diplomacia que na visão de Maringoni *et al.*, (2021) vai muito além de uma submissão total aos Estados Unidos, mas posiciona o Brasil como extensão das diretrizes globalísticas partidas de Washington face à direitização da política externa estadunidense, implicando em um alinhamento geopolítico passivo e acrítico compreendendo agressividade diplomática para com China, Irã e Venezuela, ao passo que se aproxima de seus homólogos ideológicos.

No decorrer de seu mandato, a política externa tem sido seu “calcanhar de Aquiles” colecionando fracassos. A administração federal colhe o isolamento em praticamente todos os países do continente. “Num mundo à beira de um mergulho recessivo, o que um país periférico menos precisa é de uma política que afaste parceiros comerciais, investidores e negócios. (MARINGONI *et al.*, 2021, p. 163).

A emergência global deflagrada com a pandemia do novo coronavírus provocou o fechamento de fronteiras com a reação imediata de vários países proibindo o acesso dos não nacionais. No Brasil, o governo Bolsonaro determinou o fechamento da fronteira com a Venezuela imediatamente após a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar a pandemia. Além de ser motivada por tendências ideológicas, a medida colocaria em xeque as políticas de proteção dos deslocados forçados, ao estabelecer que o descumprimento da portaria implicaria na deportação imediata, inabilitando a solicitação de refúgio, ato que contraria a Lei de Migração. (RUSEISHVILI, 2020).

No cenário da crise sanitária de covid-19, o negacionismo da pandemia teve como origem os líderes de extrema direita, a partir de uma lógica antiglobalista consubstanciada em uma dupla desconfiança: dos organismos mundiais (ONU, OMS) e da China. Nesta direção, de forma reiterada, Bolsonaro manifesta menosprezo pela atividade científica, divulga conteúdos falaciosos e ironiza recomendações quanto ao isolamento social. Para além, força a demissão de ministros da saúde em momentos cruciais da pandemia, critica os governadores estaduais e prefeitos que defendem isolamento social e implantaram ações mitigadoras à crise sanitária. (SILVA, 2022).

Por outro lado, os Estados Unidos capitaneados por Donald Trump restauraram o *slogan Make America Great Again*, o que evidenciou um claro desejo de recuperar ativos do passado industrial. Como é notório, os EUA são detentores da maior economia global, bem como poderio militar e, disseminam sua propaganda cultural ao estilo ocidental (*American way of life*) em diversos continentes. O Brasil apesar de uma das maiores economias do mundo pertencente aos BRICS não é um país menor em termos geopolíticos. Entretanto, sua política externa faz com que a alcunha ofensiva de “anão diplomático” sirva hermeticamente ao atual cenário de 2019/2020. (MARTINS, 2022, p. 59, grifo no original).

Sánchez (2021), atribui que um dos elementos imprescindíveis para compreender a exacerbação de ataques contra a democracia venezuelana consiste no câmbio geopolítico regional que se daria com a perda de vários governos de esquerda ou progressistas, quer seja por processos eleitorais ou pela via do golpismo respaldado em processos de *lawfare*.

Vários países assistiram a uma alternância política coincidindo em grande parte com o mandato de Donald Trump: desta forma, a Argentina assistiu à vitória de Mauricio Macri em 2015, Lenín Moreno no Equador em 2017 e Jair Bolsonaro chegaria ao Governo brasileiro em 2019, após um processo de *impeachment* à Dilma Rousseff concomitante a

uma perseguição judicial ao ex-presidente Lula da Silva cooptada a impossibilitar que o candidato melhor valorado pudesse participar das eleições de 2018. (SÁNCHEZ, 2021).

O episódio da invasão ao Congresso estadunidense em 6 de janeiro de 2021, marcou a despedida de Donald Trump do cenário político como uma aventura que retrata a magnitude da crise estadunidense. Trump acabou sendo abandonado pelos setores das finanças da indústria que pagaram por sua campanha no último pleito estadunidense, embora o milionário agregue boa fatia do eleitorado republicano. (KATS, 2021, p. 88).

Desta forma, Bolsonaro perde o principal ponto de apoio internacional de seu governo e eixo da diplomacia brasileira, insula ainda mais o Brasil, sem que esse fato possa gerar mudanças de rota na conduta externa do governo. (MARINGONI; SCHUTTE; BERRINGER, 2021).

Sua condução errática e fora dos padrões da política externa brasileira conduziram o mandatário a um crescente isolamento do país na região, ao tomar partido em disputas internas de outros países como foi o caso da Venezuela, ao grande peso concedido na relação com os Estados Unidos em seu discurso diplomático com uma visível orientação ideológica, ao abandono da defesa do multilateralismo, ao desprezo pelas causas ambientais e de direitos humanos primordialmente das minorias, grupos de vulneráveis e refugiados dentre outros. (MARINGONI *et al.*, 2021).

Para além, Jair Bolsonaro adotou um discurso populista e polarizador direcionado principalmente ao seu eleitorado e que só contribuiu para a divisão da sociedade brasileira. Cabe ressaltar que, se torna inevitável a comparação entre o episódio do Capitólio nos Estados Unidos, ocorrido em 6 de janeiro de 2021 e os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. A invasão ao prédio do Congresso estadunidense por apoiadores de Trump representou de forma nítida um ataque à democracia e às instituições democráticas. Da mesma forma, no contexto do governo de Bolsonaro e após sua derrota nas urnas em outubro de 2023. Embora as estruturas e instituições políticas dos Estados Unidos e do Brasil sejam diferentes, ambos os episódios eclodiram da insatisfação dos resultados dos pleitos eleitorais em ambos os países.

### **3.4 Análise do capítulo**

O capítulo realizou um estudo comparativo entre os governos brasileiros neste século, analisou a política externa brasileira (PEB) e sua evolução a partir da emergência e

da alternância entre governos progressistas e governos de direita na década de 2010 (2011-2020).

O **Quadro 7**, apresenta de forma sucinta um comparativo dos governos brasileiros no decorrer do século XX.

**Quadro 7 - Resumo da política externa brasileira nos governos Lula/Dilma/Temer/Bolsonaro**

Temática	Lula	Rousseff	Temer	Bolsonaro
Comércio Exterior	Multilateralismo	Multilateralismo	Bilateralismo	Bilateralismo
Organismos Internacionais (OI)	Defesa dos DH Política “ativa e ativa” Participação ativa ( <i>global player</i> )	Defesa dos DH Participação discreta, baixo perfil <sup>52</sup>	Participação discreta Ênfase assuntos Econômicos	Participação ativa Respeito à soberania/ataque aos OI
Migrações Internacionais	Direitos Humanos (Regional Power)	Direitos Humanos (Ruptura e continuidade <sup>53</sup> )	Continuidade (Sem uma agenda objetiva)	Retorno a ideologia de segurança
Integração	Integração sul-americana  Mercosul, Unasul	Integração sul-americana  Mercosul, Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico  Distanciamento da Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico  Distanciamento da Unasul
Estados Unidos	Autonomia  Compartilhamento de valores	Continuidade moderada <sup>54</sup> com relação ao governo Lula  Alinhamento e autonomia	Pragmatismo  Parceria tradicional	Alinhamento em todas as áreas de cooperação
Venezuela	Membro pleno do Mercosul	Membro pleno do Mercosul	Suspensão do Mercosul	Suspensão do Mercosul

<sup>52</sup> Pecequillo (2014).

<sup>53</sup> Conforme argumentação de Uebel (2018, p. 129), ruptura com a mudança de tratamento jurídico, consular e institucional conferida às migrações com base em questões humanitárias como haitianos (deslocados ambientais), sírios (violação dos direitos humanos e guerra) e venezuelanos (crise alimentar e perseguições políticas) com a criação do visto humanitário e o Programa Mais Médicos, no sentido de ser um inédito programa de migração subsidiada, ao menos desde a redemocratização do país; e continuidade, uma vez que o governo de Dilma Rousseff, por meio deste visto humanitário, evidencia sua responsabilidade face ao fenômeno migratório, assim como sua disposição em ocupar um assento definitivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

<sup>54</sup> Pecequillo (2014).

União Europeia	Parceria estratégica Defesa do acordo Mercosul-UE	Parceria estratégica Defesa do acordo Mercosul-UE	Busca do acordo regional Mercosul- UE	Apoio ao acordo Mercosul-UE
China	Comércio, investimento (BRICS)	Comércio, investimentos (BRICS) Principal parceiro internacional	Comércio, investimentos (BRICS)	Comércio e investimentos com reservas

Fonte: VIDIGAL (2019, p. 4), com alterações.

De fato, notadamente no governo de Lula da Silva, o Brasil passaria de mero coadjuvante a protagonista internacional, por meio da participação do país em fóruns internacionais, multilaterais, da relação com as grandes potências mundiais, da diplomacia ativa personalizada em seu ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Lula priorizou a região sul-americana em sua política externa aprofundando a relação com a região de forma lenta e gradual. Conforme Fonseca (2017, p. 55), com Lula coexiste a percepção de que o Brasil detinha capacidade para atuar e mesmo influenciar o sistema internacional. Na visão de Moniz Bandeira (2008, p. 10) o Brasil estaria apto a se qualificar como potência regional, a partir de três fatores: i) extensão territorial; ii) poder econômico; e, iii) poder militar.

No tocante às relações com os Estados Unidos no governo do petista, verificou-se uma ênfase a assertividade internacional. Sob a análise de Pecequillo (2014), as relações bilaterais com Washington são estruturais e resultam de uma combinação de fatores complexos que envolvem a natureza de poder dos EUA.

Fonseca (2017) aponta que, devido ao seu carisma, a personalidade de Lula foi considerada fundamental para o Brasil alcançar seus propósitos tanto internos, quanto externos. Lula da Silva era um político mediático amplamente conhecido pelo povo brasileiro devido a sua trajetória como líder sindical e membro do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em contraponto, apesar de Dilma Rousseff teoricamente representar a continuidade de Lula da Silva, a mandatária não demonstrou a mesma vontade política de seu antecessor na articulação de visões favoráveis à projeção global do país e, a construção de uma liderança na região não teve continuidade. (SARAIVA, 2014).

Segundo a autora, a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas que havia ocupado lugar de destaque no decorrer do governo de Lula, não

foi deixada de lado, mas perdeu fôlego. Os cenários internacional e nacional enfrentados por Dilma foram mais difíceis: a economia sofreu os impactos da crise financeira, que comprometeu o balanço de pagamentos, a média de crescimento do produto interno bruto (PIB) foi menor que o de seu antecessor, e que as médias de crescimento de outros países emergentes.

A cooperação Sul-Sul foi uma das bandeiras defendidas em sua agenda política, sendo mantidas as estratégias de articulação das dimensões econômicas, políticas e sociais. (SILVA, 2022). A política externa de Dilma Rousseff adotou uma abordagem voltada para a construção de uma multipolaridade fundamentada na cooperação e valorização do multilateralismo, seu compromisso com a integração regional e por manter relações diplomáticas com todos os países-membros das Nações Unidas. Desta forma, o Brasil tornou-se um ator com capacidade crescente de influir em todos os grandes debates internacionais. (PATRIOTA, 2010, p. 95).

Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados deliberou sobre a admissibilidade do processo de *impeachment*, resultando no encerramento do governo de Dilma Rousseff e no fim de uma era de 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do país. Essa mudança de liderança política teve implicações significativas promovendo uma reorientação da política externa brasileira.

Ao considerar a perspectiva política e institucional do mandato de Michel Temer, observa-se um retorno ao discurso presente no Estatuto do Estrangeiro, desta forma é perceptível que a agenda migratória no período de 2016 a 2018 não alcançou progressos estratégicos significativos nessa questão, além de desencorajar fóruns e debates mais institucionalizados sobre as migrações (UEBEL; RANINCHESKI, 2017).

A comparação da política externa de Jair Bolsonaro com a de seus antecessores revela a presença de elementos de continuidade em relação a Michel Temer em diversos temas, como comércio internacional, integração regional, Mercosul (comércios e investimentos) e defesa do acordo entre Mercosul e União Europeia. No entanto, as principais diferenças residem na ênfase dada as relações com os Estados Unidos e na proposta de restringir os investimentos chineses. Uma abordagem distinta dos três governos anteriores, e na ideologização do discurso em relação à Venezuela, críticas às ONGs e organizações internacionais e na defesa da Amazonia. (VIDIGAL, 2019).

Em resumo, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 inaugurou uma vertente inédita para a política externa brasileira, fundamentada em motivações ideológicas e sem qualquer

compromisso com os interesses nacionais. Seu governo propôs uma mudança profunda na orientação internacional a partir de um desengajamento dos processos de integração regional. Em seu governo enfrentou a crise pandêmica conduzida de forma negacionista e anticientífica, fez com que a doença se transmitisse de forma rápida e chegasse ao descontrole.

O **Quadro 8** apresenta um estudo comparado apresentando as semelhanças e diferenças dos fluxos migratórios e nas políticas migratórias para haitianos e venezuelanos, principais fluxos migratórios durante a década considerando os critérios de relevância e intensidade.

**Quadro 8 - Comparativo dos fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos (2011-2020)**

Temática	Migração Haitiana	Migração Venezuelana
Governos	Lula da Silva / Dilma Rousseff	Michel Temer/ Jair Bolsonaro
Origem-Destino	Migração Sul-Sul	Migração Sul-Sul
Classificação	Deslocamentos Forçados: deslocados ambientais	Além das classificações de migrações forçadas, de sobrevivência, de crise, incorporou-se o tratamento de fluxo misto, onde a perspectiva econômica também está presente. <sup>55</sup>
Especificidades	Migração terrestre e aérea, não residem em países limítrofes;  Destinam a ocupar regiões do Brasil distantes da fronteira pela qual adentraram o território;  Barreiras: questão do idioma  Presença de coiotes	Somente migração fronteiriça;  Fluxo predominantemente regional; ocorrendo em vários países da América do Sul.  Presença de grupos indígenas, com prevalência da etnia Warao <sup>56</sup> . A vinculação com o grupo étnico é muito forte. Presença de indivíduos vulneráveis (crianças e idosos)  Barreiras: questão do idioma  Presença de coiotes
Motivação	Tragédias ambientais (terremoto 2010)	Crise Humanitária

<sup>55</sup> Segundo Jarochinski Silva; Baeninger (2021).

<sup>56</sup> Conforme Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM), das etnias mapeadas, 70% das pessoas pertencem à etnia Warao, que por sua vez representam 89% das famílias e dos grupos. (DTM, 2021, p. 39).

Normativo jurídico	Tratados internacionais  (Impossibilidade de concessão do <i>status</i> de refugiado)	Lei nº 9.474 – define mecanismos para implementação do Estatuto de Refugiados de 1951; Inciso III, do artigo 1º: Reconhecimento de grave e generalizada violação dos direitos humanos.
Documento autorizativo	Visto permanente de caráter humanitário	Protocolo de solicitação de refúgio
Tipo de acolhimento	Ação pontual e não integrada a políticas públicas  Dificuldade de integração na sociedade de destino e inserção no mercado de trabalho	Política integrada – estratégia responsável pela recepção, acolhimento e interiorização na economia brasileira.  Financiamento por meio de Organismos Internacionais a partir do Norte Global

Fonte: elaboração própria a partir das análises das referências.

Na última década, o Brasil se solidificaria como um país de destinos na América latina, reassumindo sua tradição migratória relativamente estancada desde o período pós-guerra e inaugura uma nova configuração geopolítica migratória reforçada por práticas anti-imigração no Norte geopolítico.

No contexto das migrações internacionais, Uebel (2018) analisa que o fluxo migratório de haitianos para o Brasil provocaria transformações significativas nas esferas governamentais, políticas, econômicas e empresariais no país em um curtíssimo espaço de tempo. A partir de 2013, a migração haitiana passou a ocupar a primeira posição no mercado de trabalho brasileiro (CAVALCANTI, 2015).

Cabe ressaltar no panorama da migração de haitianos e haitianas, a importância da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que segundo nossa perspectiva, foi o principal eixo de inserção estratégica para a política migratória do governo de Lula da Silva. Além disso, a missão também promoveu uma marcada transformação sobre o posicionamento tradicional das relações exteriores, até então pautada pela defesa do princípio da não intervenção.

Outro fluxo relevante ocorre na segunda metade da década, a migração venezuelana. Esta migração ocorre face a problemas crônicos de abastecimentos e produtos básicos associados a crise política e tensões de violência que ganharam contornos de crise humanitária.

Os casos de haitianos e venezuelanos guardam semelhanças à medida que se verificam que tais fluxos migratórios advêm de consequências multifatoriais, porém essa migração se acha atrelada a momentos distintos do Estado brasileiro: a migração haitiana

durante os governos progressistas do Partido do Trabalhadores (PT), notadamente da presidente Dilma Rousseff; já o segundo momento, com a migração massiva de venezuelanos, por razões humanitárias, mas também políticas. Bolsonaro se apropria da questão migratória e elege Nicolás Maduro para legitimar o fracasso da suposta ditadura bolivariana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo geral, o presente estudo analisou as políticas de fluxos migratórios do Brasil para haitianos e venezuelanos, concomitante a análise da Política Externa Brasileira (PEB) na década (2011-2020). Cabe ressaltar que, a escolha dos fluxos migratórios orientou-se pelos critérios de relevância, intensidade e principais ações normativas do Estado brasileiro. Ao final da trajetória pela qual concluímos nosso estudo, consideramos ser verdadeiro o argumento de pesquisa, ou seja, que independente de qualquer espectro ideológico-político na Presidência, **as políticas de fluxos migratórios do Estado brasileiro acham-se estreitamente vinculadas aos interesses e alinhamentos geopolíticos.**

Como salientado nos estudos de Uebel e Ranincheski (2020), A política externa brasileira no decorrer deste século foi caracterizada por uma agenda que se concentrou em paradigmas específicos, como o integracionismo, o panamericanismo, a terceira via, o pragmatismo, o latino-americanismo, dentre outros. Nesta dinâmica, a política externa de Lula da Silva teve por arcabouço uma agenda ancorada nos pilares da integração latino-americana e na cooperação com países em desenvolvimento.

A questão migratória foi amplamente abordada com base na questão social e nos direitos humanos. Internamente, não é demais lembrar que, Lula se elege para dois mandatos consecutivos com uma proposta de forte inclusão social e de distribuição de renda. No cenário internacional a questão migratória seria tema de debate nos grupos de trabalho latino-americanos, mas também inter-regionais como os BRICS. Soma-se ainda, o desejo expresso de fazer do país um *global player* com participação ativa nas decisões internacionais: a política externa “ativa e ativa”, capitaneada por seu chanceler Celso Amorim, floresce durante os dois mandatos de Lula da Silva.

O consenso e continuidade da política externa de Lula da Silva era o cerne da gestão de Dilma Rousseff, em que pese o cenário internacional caracterizado por uma crise econômica que se repercutiria tanto em países centrais como periféricos. O Brasil passava por seu maior período de estabilidade democrática e tornava-se uma das principais economias do mundo, o que lhe conferiu interlocução nos debates acerca de temas centrais da política internacional. Os principais interesses do país ante a inserção nacional era a ampliação da integração econômica e política sul-americana, e o fortalecimento dos laços latino-americanos e caribenhos.

No cenário da migração internacional, foi a partir do final do governo Lula que os fluxos migratórios se acentuariam de forma exponencial. O governo de Dilma Rousseff assistiria a dois *booms* imigratórios: em 2011 com a migração haitiana e, em 2014 com imigrantes da costa oeste da África e do sudeste asiático. Na visão de Uebel (2018); Uebel e Ranincheski (2020), o principal pilar de sustentação da inserção estratégica migratória foi “a propagandização do país”, ou seja, a construção de um discurso de “prosperidade brasileira” ou o “Eldorado brasileiro”, por meio das redes migratórias, conceituadas por Massey *et al.* (1993) como um conjunto de lações interpessoais que conectam migrantes, assim como outros atores, em áreas de origem e destino, seja por parentesco, amizade ou origem comunitária compartilhada.

A política externa brasileira no governo Temer representou o desengajamento do país com o regionalismo e o multilateralismo para a América Latina. A reação internacional ao governo provisório no Brasil repercutiu de forma negativa sendo que a maioria dos países latino-americanos optaram pelo distanciamento do novo governo. Durante o governo do vice-presidente de Dilma Rousseff, verificou-se uma clara ruptura do conteúdo programático da política externa brasileira ao retornar o alinhamento com os Estados Unidos, incluindo o uso de pressões político-diplomáticas com o argumento de defesa democrática.

O governo de Jair Bolsonaro acompanha a tendência internacional de partidos e governos de ultradireita sob o protagonismo de Donald Trump, nos Estados Unidos. A inflexão na política externa brasileira passou a ter como fundamentos a paralisia das instituições multilaterais, das ações para integração regional e um alinhamento acrítico a Washington. Com relação a política migratória, antes mesmo de sua posse, Bolsonaro anunciou a saída do Pacto Global para as Migrações da ONU. Apropriou-se da questão migratória para justificar o suposto fracasso do regime de Nicolás Maduro.

Para compreender a dinâmica dos fluxos migratórios para o país foi necessária uma análise conjuntural e temporal que levaram a tais motivações. O estudo revelou que a crise econômica de 2008 nos Estados Unidos seria repercutida no Norte Global, mas também em países periféricos. Jarochinski Silva (2018) e Cavalcanti (2021), admitem que o recrudescimento das políticas migratórias do Norte geopolítico e o fechamento das fronteiras dos antigos *hostlands* contribuíram para que o Brasil se solidificasse como destinos de grandes fluxos migratórios, majoritariamente latinos e caribenhos.

A percepção da dimensão histórica do Haiti é de extrema relevância. Ela é uma chave analítica central que corrobora para os estudos de mobilidade humana desses fluxos. Apesar

de o projeto migratório se confundir com a sua própria história, no caso haitiano, aquele Estado-nação, enfrentou um conflito social que se originou da luta de classes entre uma elite possuidora de privilégios e a maioria da população descendente de escravos negros e que sofreram com preconceito e dominação.

Mais além das ditaduras, existem as tragédias climáticas e interesses geoestratégicos de Washington na região, dada a proximidade com a vizinha Cuba. Consoante aos estudos do fluxo haitiano para o cenário das Relações Internacionais, torna-se fundamental destacar que, apesar das críticas recebidas por grande parte do meio acadêmico e sociedade civil, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) tornou-se um dos motes para esse fluxo migratório. Ademais, uma estratégia de resgate do espaço protagonista da diplomacia brasileira na América Latina e mesmo uma ruptura da política externa brasileira, até então pautada pela defesa do princípio da não intervenção.

A reflexão de Pinto, Sônia (2018), confirma haver um léxico de catástrofe e de desolação que se repetem e se multiplicam, perpassam os meios de comunicação e outros atores da trama mediática que reforçam a narrativa da incapacidade do Estado haitiano e dos haitianos para governarem a si próprios. Inconformados com o lugar no qual a história insiste em situá-los, os haitianos encontram na migração uma trajetória na busca de dignidade e a possibilidade de apoio as suas famílias e ao seu país.

No contexto de uma realidade marcada por altos índices de criminalidade, insegurança e instabilidade política, em julho de 2021, ocorreu o assassinato do presidente Jovenel Moïse em sua residência na cidade de Porto Príncipe, no Haiti. O ato brutal de violência contra o líder máximo do país acrescenta novos elementos a uma crise já existente, agravada ao longo dos anos por intervenções estrangeiras, desastres climáticos e de um Estado que tem se mostrado cada vez mais uma máquina de enriquecimento e poder.

Nessa senda, a nação haitiana enfrenta atualmente a perspectiva de uma deterioração contínua dos direitos humanos e das condições de vida de sua população. Essa realidade evidencia a urgência de medidas efetivas para enfrentamento dos desafios estruturais e sociais que assolam o país com vistas a promoção de uma maior estabilidade política, fortalecimento das instituições democráticas e a garantia dos direitos fundamentais dos haitianos.

Por outro lado, o êxodo venezuelano para o Brasil amplificou-se de modo vertiginoso e sua manifestação vem ganhando destaque nos discursos políticos de conservadores e progressistas, acadêmicos e da mídia. Apesar do país ser o quarto local de destino desses

fluxos, a chegada de um número expressivo de venezuelanos não indica qualquer sinal de arrefecimento, ao contrário, é um dos maiores deslocamentos humanos para o século. Nesta senda, como resposta a esses fluxos, criou-se a Operação Acolhida em 2018. O instrumento governamental prevê a recepção, acolhimento e interiorização dessas pessoas.

A compreensão da realidade sócio-histórica venezuelana implica em considerar sua condição de país petroleiro, sua localização geopolítica no contexto hegemônico estadunidense e os efeitos deletérios da crise global e do modelo capitalista. Neste cenário, compartilhamos a análise de Cícero (2015) ao admitir que os recursos energéticos e o modo como tais *commodities* se acham espraiadas pelo globo, a todo momento reconectam os arranjos geopolíticos em escala planetária. Não obstante, a morte de Hugo Chávez Frias em 2013 trouxe consequências irreversíveis ao *Movimento Bolivariano* e, além-fronteiras, uma vez que seu discurso ideológico se tornou referência para os demais governos progressistas latino-americanos.

A crise humanitária e a subsequente migração venezuelana não podem ser atribuídas a uma única causa, pois são influenciadas por múltiplos fatores. Portanto, é importante destacar que não é possível culpabilizar exclusivamente o regime de Nicolás Maduro pelo êxodo venezuelano. Durante o mandato de Donald Trump, foram impostas sanções que bloquearam as transações financeiras, incluindo a capacidade do governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos Estados Unidos. Isso impediu que o governo bolivariano reestruturasse sua dívida externa. Mesmo com a mudança de administração da Casa Branca para Joseph Biden os instrumentos de bloqueio não foram alterados.

Por mais paradoxal que possa ser, ao analisar a questão migratória no contexto da financeirização, é fato que uma parte significativa desses recursos são provisionados pelos países do Norte Global os quais querem limitar a chegada de imigrantes em seus territórios. Entre os anos de 2017 e 2022 inclusive, conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Estados Unidos, Canadá e União Europeia concederam, respectivamente, recursos da ordem de US\$ 278 milhões; US\$ 305 milhões e US\$ 42 milhões, exclusivamente para a “causa venezuelana”.

No decorrer da presente pesquisa constatou-se ainda que, no contexto geopolítico latino-americano, os golpes contra governos progressistas em Honduras, (2009) e Paraguai (2012) inauguraram o início de um ciclo antidemocrático na região, culminando com a derrota de Cristina Kirchner, em 2016. No Brasil, o “giro geopolítico” se materializa com o

processo de *impeachment* que resultou na retirada de Dilma Rousseff por meio de um golpe parlamentar ultraliberal ainda no mesmo ano.

Sob a ótica de Sayad (1998), a imigração é um fato social completo e todo o itinerário do imigrante se dá de certa forma, por um caminho epistemológico, no cruzamento das ciências sociais como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas. (SAYAD, 1998).

Neste sentido, julgamos que da análise dos fatores geopolíticos que influenciam os fluxos migratórios, seja possível obter novas perspectivas sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas envolvidas neste processo, assim como estimular novos contributos e debates nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais fomentando uma base sólida para futuras pesquisas e políticas públicas relacionadas às tendências dos novos fluxos migratórios para o país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOTH, E. **Haiti, a shattered nation**. London: Duckworth, Peter Mayer Publishers. 2011. ISBN: 978-1-59020-989-9.

AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. Tradução: Paulo Neves. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 197-215. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dfrz9tB3Bg93PRGY3pZTjNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

AGUILAR, S. L. C. Uma cultura brasileira em operações de paz. **Caderno GAP Conflitos III**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008. p. 1-11. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/58c6dc9e-1e2d-4286-bfb6-f8b53169447c>. Acesso em: 25 jun. 2023.

AGUILAR, S. L. C. **Gerenciamento de crises: o terremoto no Haiti**. São Paulo: Porto de Ideias. 2014. ISBN: 978-85-8061-073-4.

AHMED, A. S. Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis. FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado. 2008. ISBN: 978-85-7866-003-1.

ALVES, L. A.; JAROSCHINSKI SILVA, J. C. A Migração internacional enquanto tema político entre os anos de 2010-2017 no Brasil. **Revista CESLA**, n. 22, 2018. Universidade de Varsóvia-Polonia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086010/243360086010.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

AMORIM, C. Lula faz política externa que o povo quer, diz Amorim. [**Entrevista do Ministro Celso Amorim**] concedida a Ricardo Amaral. Agência Reuters, 13 out. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/celso-amorim-2003-2010/entrevista-concedida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-a-agencia-reuters-brasilia-df-13-10-2006>. Acesso em: 23 abr. 2023.

AMORIM, C. **A Grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: FUNAG; São Paulo: Unesp, 2016. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca/download/1145-A-Grande-Estrategia-do-Brasil\\_FINAL\\_25\\_04.pdf](https://funag.gov.br/biblioteca/download/1145-A-Grande-Estrategia-do-Brasil_FINAL_25_04.pdf). Acesso em: 07 set. 2022.

AMUSQUIVAR, E. L.; PASSOS, R, D, F. A Gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Rev. Bras. Est. Def.** v. 5, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75055>. Acesso em 01 dez. 2022.

ANDERSON, P. Brasil à parte [recurso eletrônico]: 1964-2019; Tradução Alexandre Barbosa Souza *et al.*, 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN: 978-85-7559-764-4.

ANDRADE, E. O. **Haiti: dois séculos de história**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.

ANDRADE, J. P. Migrantes humanitários: algumas perspectivas. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.). Boa Vista, RR: editora da UFRR, p. 333-354, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198406>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ARCARY, V. América Latina: dilemas da esquerda em perspectiva histórica. **PEGADA. Revista da Geografia do Trabalho**, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1686>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARRIGHI, G. **Adam Smith en Pekin** – orígenes y fundamentos del siglo XXI. [ebook]. Traducción: Juanmari Madariaga. Ediciones Akal, Madrid – España. 2007. ISBN: 978-84-460-3162-8.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS *et al.* **Nota Pública**: a revogação da Portaria 666 é um recuo bem-vindo. 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2019/10/Nota-p%C3%BAblica-portaria-770-assinada.pdf>. Acesso em 07 set. 2023.

BACKHEUSER, E. **A Geopolítica geral e do Brasil**, v. 178-179. Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1952.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de Crise: a Migração Haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2019.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. **Migrações Venezuelanas**. BAENINGER, R. JAROSHINSKI-SILVA (coord.). Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018a. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do Sul. **Migrações Sul-Sul**. Baeninger, R.; *et al.*, (orgs.). Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018b. 2ª ed. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, n. 30, 2022. Disponível em: <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6/47>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BAGGIO, R. C.; SARTORETTO, L. A Definição de refugiado na Convenção de 1951: limites e avanços na proteção internacional. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.). Boa Vista, RR: editora da

UFRR, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198406>. Acesso em: 09. jun. 2022.

BANCO MUNDIAL. Groundswell: preparando-se para a migração climática interna. **World Bank**. Washington, DC. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/infographic/2018/03/19/groundswell---preparing-for-internal-climate-migration>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Revista Derecho y Cambio Social**, n. 52, ano XV, Lima – Peru. Disponível em: [https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA\\_EM\\_CRISE.pdf](https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

BAUMAN, S. **Globalização: as consequências da vida humana**, Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1999.

BAUMAN, S. **Estranhos a nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BORGES, F. O Papel do Brasil na integração sul-americana nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010): um balanço comparativo. Geopolítica(s), **Revista de estudios sobre espacio y poder**, v. 2, n. 2, p. 209-231. 2011. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_GEOP.2011\\_v2.n2](http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2011_v2.n2). ISSN: 2172-3958. Acesso em: 23 abr. 2023.

BERRINGER, T. Nacionalismo às avessas. **As Bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. MARINGONI, G.; SCHUTLE, G. R.; BERRINGER, T. (orgs.). Santo André, SP: EdUFABC, 2021. Disponível em: [https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases\\_da\\_politica\\_externa\\_bolsonarista.pdf](https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.

BOLSONARO, J. M. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante solenidade de passagem de comando da Operação Acolhida**. Palácio do Planalto. 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-passagem-de-comando-da-operacao-acolhida-palacio-do-planalto#>. Acesso em: 21 maio 2022.

BOTELHO, J. C. A. De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1, Brasília, jan./jun. de 2009, p. 331-357. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/download/1544/1359>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRACEY, D. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Revista Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, julho/dezembro 2011. p. 315-331. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cint/a/k6YfCdgsSZTvYk4jVpsKFgp/>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRAGA, J. L. R. A emergência da América do Sul na Agenda da Política externa brasileira nos governos Lula da Silva (2003-2010). Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica** [on line], ano V, n. 10, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2803>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980**. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. (2018a). disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm). Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 13.684, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. (2018b). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/lei/l13684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13684.htm). Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana** [livro eletrônico] – Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Caderno de propostas pós etapa nacional**. Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR). Brasília: jun. 2014. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/comigrar.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 666, de 25 de junho de 2019**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. (2019a). DOU n. 143, de 27 jun. 2019, Seção 1, p. 166-167. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/280/1/REVOGADO\\_PRT\\_GM\\_2019\\_666.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/280/1/REVOGADO_PRT_GM_2019_666.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 770, de 11 de outubro de 2019**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal (2019b). DOU n. 199, de 14 out. 2019, Seção 1, p. 34. Disponível em:

[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_770\\_DE\\_11\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_2019.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Senado Notícias. 28/12/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Governadora de Roraima pede que União feche a fronteira do Brasil com a Venezuela**. Publicado em 13 abr. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=375419>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRZEZINSKI, Z. **El Gran tablero mundial**. La supremacia estadounidense y sus imperativo. Traducción: González, M. S. Editor digital: Titivillus. Epublivre. [1997] 2019.

CAMPOLINA, B.; DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n° 4 (137), p. 638-655, out. /dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FwSqL5BmzQ3S9HpszrfLJSN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CAMPOS, F. O Lulismo em campo: aspectos da relação entre esportes e política no Brasil. **Cinco mil dias – o Brasil na era do Lulismo**. MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (orgs.) São Paulo: Boitempo Editorial: Fundação Lauro Campos, 2017.

CAVALCANTI, L. **Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências**. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (orgs.) Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.

CAVALCANTI, L. *et al.* **A Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados\\_anuais/RELATORIO\\_FINAL\\_PDF\\_CRGD.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRGD.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023.

CAVALCANTI, L. **Imigração no Brasil: retratos da década de 2010**. CAVALCANTI, L. OLIVEIRA, T. SILVA, B. G. (orgs.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF. OBMigra, 2021.

CECEÑA, A. E. América Latina em la geopolítica del poder. **Alternatives Sud**: Les dessous de l'ALCA, v.10, n. 1. (Paris: CETRI-L'Harmattan), 2003. p. 35-54. Disponível em: <https://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/2017-06/geopolitica11.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CEPAL. **Sismo em Haiti retrocedió lucha contra la pobreza em una década, pero abre una ventana para reconstruir major.** Mar. 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/sismo-haiti-retrocedio-lucha-la-pobreza-decada-pero-abre-ventana-reconstruir-mejor>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CEPIK, M. O Colorário Trump e a América Latina. **Revista tempo do mundo.** Porto Alegre, v. 5, n.1, p.241-265, jan. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/325/300>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CERVO, A. L. A Venezuela e seus Vizinhos. **Venezuela: visões brasileiras.** GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H, (orgs.). Brasília: IPRI, 2003. ISBN: 85-7631-004-X. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela\\_Visoes\\_Brasileiras.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoes_Brasileiras.pdf). Acesso em: 09 jun. 2023.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo.** Tradução: Anísio Garcez Homem. 2ª ed. São Paulo: Livros e Livros. 2010. 84 p. ISBN: 978-85-7662-057-0.

CHAVES JÚNIOR, E. O. **Um olhar sobre o Haiti:** refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora. 2008. 140p. ISBN: 978-85-7238-376-9.

CÍCERO, P. H. M. **O Rentismo petroleiro e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013).** Orientadora: Dra. Andréia Galvão. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, – São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/950599>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CÍCERO, P. H. M. A Gênese de uma nação rentista: petróleo e política externa numa Venezuela em transição. **Revista de Historial Regional** 23(2), p. 344-365, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/12079>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CÍCERO, P. H. M.; GOMES, A. C. L. Paradoxo da abundância: rentismo e [sub]desenvolvimento na Venezuela Bolivariana. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 12(1), 2021, p. 125-141. ISSN: 2236-4811. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1496>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CHOMSKY, N. **¿Quién domina el mundo?** Traducción: GUERRERO, J. Editor Digital: No TamMalo. Spanish Edition. 2016.

CLEARY, M. R. A “Left turn” in Latin America? Explaining the left’s resurgence. **Journal of Democracy.** The Johns Hopkins University Press, volume. 17, n. 4, October 2006, p. 35-49. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/a-left-turn-in-latin-america-explaining-the-lefts-resurgence/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

COGGIOLA, O. (org.) **Segunda guerra mundial: um balanço histórico.** São Paulo: Xamã: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1995, 505 p. ISBN: 85-85833-03-3.

COGGIOLA, O. **História do capitalismo** – das origens até a primeira guerra mundial. [recurso digital]. Volume 1, 1ª. ed. APGIQ, 2015.

COGGIOLA, O. **História do capitalismo** – das origens até a primeira guerra mundial. [recurso eletrônico]. Volume 3. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones – 1ª. ed. (2017). ISBN: 978-956-8416-50-8.

CORREIA, P. P. **Manual de geopolítica e geoestratégia**. Portugal: Edições 70. 2018.

COSTA, W. M. **Geografia e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder: São Paulo: HUCITEC, 1992.

COSTA, W. M. Crise de integração e tendências geopolíticas na América do Sul. **Geografia e geopolítica na América do Sul**. [recurso eletrônico]: integração e conflitos. COSTA, W, M.; VASCONCELOS, D. B. (orgs.). São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

COSTA, W. M.; THÉRY, H. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional. **Revista Tamoios**, São Gonçalo-RJ, ano 12, n. 2, p. 4-21, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/26780/19294>. Acesso em: 09 set. 2022.

COUPEAU, S. **History of Haiti**. The Greenwood histories of the modern nation. London: Greenwood Press, 1938, 188 p. ISBN: 978-0-313-34089-5.

DALAL, R. **A Compacta história do mundo**. Tradução: Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2016. 272 p. ISBN: 978-85-7930-953-3.

DE HASS, H. Mobility and Human Development. In: International Migration Institute (IMI), Oxford University. **Human Development Reports Research Paper**, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2009-01.html>. Acesso em 12 mar. 2020.

DE HASS, H.; CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The Age of migration** – International population movements in the modern world. (e-book). London: Macmillan International – Red Globe Press, 2020.

DEL CID, A. T. G. El Debate actual sobre la visión de Mackinder en la perspectiva de Brzezinski y Alexander Duguin: el regreso de la geopolítica. **La geopolítica del siglo XXI**. PÉREZ-GAVILÁN, G.; DEL CID, A. T. G.; RODRÍGUEZ, B. N. P.; (coord.). México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017, p. 33-57. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/dcsh-uam-x/20201028015811/La-geopolitica-del-siglo-XXI.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

DUARTE, M.; ANNONI, D. Migrações forçadas em âmbito internacional e a questão dos refugiados. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.). Boa Vista, RR: editora da UFRR, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes\\_For%C3%A7ad\\_at\\_s\\_Conceitos\\_e\\_Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_For%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos). Acesso em: 08 set. 2022.

DUSSEL, E. **1492 El Encubrimiento del outro**. Hacia el origen del mito de la modernidad. Madrid: Nueva Utopia. 1993. ISBN: 84-326-1045-5.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013. 372 p. ISBN: 978-85-7631-474-5.

FARIA, M. R. F. **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015. 306 p. ISBN: 978-85-7631-573-5.

FELDMAN-BIANCO, B. *et al.* La construcción social del sujeto migrante em América Latina. Prácticas, representaciones y categorías. **CLACSO – FLACSO – Universidad Alberto Hurtado**. Santiago-Chile. 2011. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/39537.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

FERNÁNDEZ, D. C. Crisis de hegemonia, modelo neoliberal y estructura de poder de Estados Unidos. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 27-50. 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: 2021. ISBN: 978-987-813-020-0. Disponível em: [https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\\_detalle.php?id\\_libro=2402&pageNum\\_rs\\_libros=0&totalRows\\_rs\\_libros=1590](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=2402&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1590). Acesso em: 27 abr. 2023.

FERNANDES, D. FARIA, A. V. O Visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2023.

FIORI, J.L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. SADER, E. (org.). FLACSO, 2013. Livro Digital.

FIGUEREDO, D. S. América Latina y la política estadounidense. Referentes actuales, continuidades y desafíos estratégicos. **Estados Unidos contra el mundo: Trump y la nueva geopolítica**. CASTORENA, C.; GANDÁSEGUI, M. A.; MORGENFELD, L. (Ed.) - 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Libro digital, PDF, p. 201-209. ISBN: 978-987-722-353-8. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20180830072543/EstadosUnidos contra el mundo.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20180830072543/EstadosUnidos%20contra%20el%20mundo.pdf). Acesso em 23 fev. 2023.

FONSECA, M. O Brasil de Lula: a permanente procura de um lugar no sistema internacional. **Revista Relações Internacionais**, setembro: 2017, p. 51-70. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri55/RI55\\_art04\\_CF.PDF](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri55/RI55_art04_CF.PDF). Acesso em: 16 maio 2023.

FONSECA NETO, J. P. **O Brasil no Haiti**: a maior ação de política externa e militar desde a Segunda Guerra. São Paulo: Editora Dialética, 2021. E-book. ISBN: 978-65252-0601-1.

FURTADO, C. O Desenvolvimento recente da economia venezuelana. FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado. 2008. ISBN:978-85-7866-003-1.

GANDÁSEGUI, M. A. Hegemonía, geopolítica y Estados Unidos. **Estados Unidos y la nueva correlación de fuerzas internacional**. GANDÁSEGUI, M. A. (coord.). 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Libro Digital, PDF. ISBN: 978-987-722-182-4.

GARCIA, M. A. A Opção sul-americana. **Revista Interesse Nacional**, abril-junho 2008, p. 22-26. Disponível em: <https://interssencional.com.br>. Acesso em: 03 maio 2023.

GATES J, H. L. **Os Negros na América Latina**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras. 2011. ISBN: 978-85-438-0000-4.

GENOVESE, K. I. La Política exterior brasileña durante el Gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2020). [Tesis de grado]. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <https://www.ridaa.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/2925>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. Tradução Raul Fiker. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

GIMÉNEZ, L. **Bloqueio y despojo**: preguntas y respuestas sobre las medidas coercitivas unilaterales contra Venezuela. SURES. Venezuela, 2019. ISBN: 978-0002-1542-5709-0. Disponível em: <https://sures.org.ve>. Acesso em 11 jun. 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa, tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GÓIS, P.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. República Bolivariana da Venezuela: uma sociedade em debandada, um regime político em negação, um continente inteiro sob pressão migratória. As migrações como consequência da geopolítica global no século XXI. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS**, v. 13, n. 26, janeiro-junho de 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13666>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GRATIUS, S.; POZO, A. A. Sanciones como instrumento de coerción: ¿cuán similares son las políticas de Estados Unidos y Unión Europea hacia Venezuela? **América Latina Hoy**.

Universidad Autónoma de Madrid, n. 85, p. 31-53, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7550141>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HANDERSON, J. **As Dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. (Tese de Doutorado). Orientador: Prof. Dr. Federico Guillermo Neiburg. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://laemiceppac.files.wordpress.com/2015/06/tese-de-joseph-handerson.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

HANDERSON, J. Sistema migratorio haitiano em las Guayanas: más allá de las fronteras. **El Sistema migratorio haitiano em América del Sur**: proyectos, movilidades y políticas migratorias. (Ed.) HANDERSON, J; CÉDRIC, A. – 1ª. ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF – (Grupos de trabajo de CLACSO). ISBN: 978-987-813-299-0.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bertoni. [recurso eletrônico]. 1ª. ed. – São Paulo: Boitempo; 2016. ISBN: 978-85-7559-513-8.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 250 p.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – 2003. ISBN: 85-200-0524-1.

JACQUES, R.; LINÁREZ, Y.; USECHE, E. (Geo)políticas migratorias, inserción laboral y xenofobia: migrantes venezolanos em Ecuador. BLOUIN, C. **Después de la Llegada, realidades de la migración venezolana**. Lima, Peru: Themis-PUC. 2019. Disponível em: <https://www.academica.org/jacques.ramirez/22.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

JAMES, C. L. R. Los jacobinos negros: Toussaint L’ouverture y la revolución em Haití. Traducción: Ramón Garcia. España, Madrid: Turner Publicaciones [1938] 2003. ISBN: 84-7506-593-7.

JAROSCHINSKI SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O Êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p.123-139. ISSN: 2237-9843. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JAROSCHINSKI-SILVA, J. C.; ALBUQUERQUE, E. B. F. Operação Acolhida: avanços e desafios. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 16, n. 16(2021). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, p. 47-72. Disponível em: [https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH\\_Caderno\\_ed16\\_web.pdf](https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

KATS, C. La Recuperación imperial fallida de Estados Unidos. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 75-97. 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20211026034717/El-legado-Trump.pdf>. Acesso em: 05 maio. 23.

KEARNS, G. **Geopolitics and empire** – the legacy of Halford Mackinder. Oxford University press, New York, 2009. ISBN: 978-0-19-92-3011-2.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in quality research**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAMAS, I. FINAZZI, J. NASSER, R. Entre Porto Alegre e Davos. **Cinco mil dias – O Brasil na era do Lulismo**. MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (orgs). São Paulo: Boitempo Editorial: Fundação Lauro Campos, 2017.

LANDER, L. E. Gobierno de Chávez: ¿nuevos rumos em la política petrolera venezolana? **Estudios Latinoamericanos**, nueva época, año IX, n, 17, enero-junio de 2002. p. 93-121. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/51778/46212>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LANDER, L. E. Petróleo y democracia em Venezuela: del fortalecimiento del estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. **Revista Galega de Economía**, v. 14, n. 1-2, 2005, p. 1-14. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1293888>. Acesso em: 17 abr. 2023.

LEAL, M. D. F. O.; LEITE, A. C. C. A política externa brasileira e a questão dos deslocamentos ambientais: breves reflexões sobre a (des)proteção dos haitianos no Brasil. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 47-58, 2012. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. [e-book]. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do Presidente Lula na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti. Brasília, 31 de maio de 2004. **Ministério das Relações Exteriores**. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007. 583 p.

LULA DA SILVA, L. I. Lula faz discurso histórico em Paris. **TV 247**. 23 jun. 23. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-tMoqBRmg>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais** – teoria e história. São Paulo: Editora Saraiva. 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa** – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. – São Paulo: Editora Fund. Perseu Abramo, 2004. 224 p. ISBN: 85-86469-96-3.

MARINGONI, G. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 201 p.

MARINGONI, G. Rumo à direita na política externa. Por que gritamos golpe? [recurso eletrônico]: para entender o impeachment e a crise. (orgs.) JINKINS, I; DORIA, K; CLETO, M., P. 64-69 – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 177 p.

MARINGONI, G. Ascensão e queda de uma utopia tropical. **Cinco mil dias – o Brasil na era do Lulismo**. MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (orgs.) São Paulo: Boitempo Editorial: Fundação Lauro Campos, 2017. 488 p.

MARINGONI, G. Brasil e América Latina, os labirintos da integração. **As Bases da política bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (orgs.). Santo Andre: EdUFABC, 2021. p. 154-164. Disponível em: [https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases\\_da\\_politica\\_externa\\_bolsonarista.pdf](https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

MARINGONI, G. SCHUTTE, G. BERRINGER, T. Política externa brasileira em um mundo em transformação: o governo Bolsonaro. **As Bases da política bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (orgs.). Santo Andre: EdUFABC, 2021. p. 07-19. Disponível em: [https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases\\_da\\_politica\\_externa\\_bolsonarista.pdf](https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

MARSHALL, T. **A Era dos muros**: por que vivemos em um mundo dividido: Tradução: Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Editora Schawarcz, 2020.

MARTINE, G. A Globalização inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MARTINS, C. A. A Política externa personalista de alinhamento automático entre Donald Trump e Jair Bolsonaro. **Revista JANUS**, Camões – Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa, OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores, 2022, p. 56-59. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5532>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MARTINS, C. E. Donald Trump e o projeto de um novo imperialismo estadunidense. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 97-114. 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. ISBN: 978-987-813-020-0. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20211026034717/El-legado-Trump.pdf>. Acesso em: 05 maio. 23.

MARTINS, K. C. G. **Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a MINUSTAH**. Dissertação de

mestrado. Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz Iguaçu-PR, 2019. 153 f. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5063;jsessionid=C4E4A1515C7BB950EA875998ED5DD312>. Acesso em: 23 maio 2023.

MASSEY, D. S. *et al.* Theories of International Migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*. Vol. 19. n. 3, Sep. 1993, p. 431-436. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2938462>. Acesso em: 23 set. 2022.

MATHIAS, M. Hegemonia e processos de integração na América Latina: contribuições ao debate. **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M, C. (Eds.) – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 114-128. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/64](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/64). Acesso em: 05 jul. 2023.

MATIASCIC, V. B. **A Primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996): dos antecedentes ao cumprimento do mandato**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/02bf8c09-fe96-4be7-9dba-892897a715cf>. Acesso em: 19 maio 2023.

MATTOSO, J. Dez anos depois... **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. SADER, E. (org.). FLACSO, 2013. Livro Digital. ISBN: 978-85-7559-328-8.

MAZA ZABALA, D. F. Reflexiones sobre un modelo alternativo de desarrollo para Venezuela. **Revista Nueva Sociedad**, n. 53, marzo-abril, 1981, p. 38-50. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/841\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/841_1.pdf). Acesso em: 11 jun. 2023.

MBEMBE, A. The Idea of a borderless world. **Tanner Lectures on Human Values**, Yale University. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NKm6HPCSXDY>. Acesso em 07 set. 2022.

MENDES, J. S. R.; MENEZES, F. B. B. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, n.247, maio/ago., p. 302-321, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p302-321>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENDOZA, A. H. El Petróleo en la geopolítica del siglo XXI. **La geopolítica del siglo XXI**. PÉREZ-GAVILÁN, G.; DEL CID, A. T. G.; RODRÍGUEZ, B. N. P.; (coord.). México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017, p. 345-356. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/8918>. ISBN: 978-607-28-0937-6. Acesso em: 10 maio 2023.

MERINO, G. E. La Pandemia y la aceleración del declive de Estados Unidos. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 53-74. 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Conselho latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. ISBN: 978-987-813-020-0. Disponível em:

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20211026034717/El-legado-Trump.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista AEDOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/83376/49791>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MODRIS, E. **A Sagração da primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Tradução: Rosaura Eichenberg. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. 471 p.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Os Estados Unidos e a crise na Venezuela. **Revista Espaço Acadêmico**, ano. II, n. 20, janeiro 2003, p 84-88. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41308/751375139059>. Acesso em 14 mar. 23.

MONIZ BANDEIRA, L. A. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Temas e Matizes**, n. 4, 2008, p. 09-32. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2477/1902>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Segunda Guerra Fria**. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Desordem mundial** [recurso eletrônico]: o espectro da total dominação, Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. 1ª ed. – rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016. ISBN: 978-85-200-1316-8.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Entrevista concedida ao partido alemão *Die Link*. Entrevistado por Dietmar Schulz. Publicada em **Brasil: uma política externa ativa e ativa**. Valter Pomar (org.). São Paulo: Editora Perseu Abramo. (Nossa América Nuestra). 2017. Disponível: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Brasil-web-042017.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

MOREIRA, J. B. Migrações Internacionais e refúgio sob a ótica do governo Bolsonaro. **Revista Mundorama**. Jul. 2020. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=26743>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MOREIRA, J. B.; SALA, J. B. Migrações forçadas: categorização em torno de sujeitos migrantes. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.). Boa Vista, RR: editora da UFRR, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes\\_For%C3%A7ad\\_at\\_s\\_Conceitos\\_e\\_Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_For%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos). Acesso em: 08 set. 2022.

MUNHOZ, D. G. Venezuela – Ortodoxia econômica e investimentos estrangeiros. **Venezuela: visões brasileiras**. GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H, (orgs.). Brasília: IPRI, 2003. ISBN: 85-7631-004-X. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-707-venezuela\\_visoes\\_brasileiras](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-707-venezuela_visoes_brasileiras). Acesso em: 06 jun. 2023.

NEVES, R. F. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010. 152 p. ISBN: 978-85-7631-192-8.

NIETO, J. Z. El Gobierno de Trump frente a América Latina y el Caribe: la política del Garrote. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 349-369. 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Conselho latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. ISBN: 978-987-813-020-0. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20211026034717/El-legado-Trump.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

OIM. **Organização Internacional para as Migrações**. Environmentally-induced population displacements and environmental impacts resulting from mass migration. **International Symposium**. Geneva, 21-26 april 96. Publicado em out. 96. ISBN: 92-9068-059-8. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/environmentally\\_induced.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/environmentally_induced.pdf). Acesso em: 31 maio 2023.

OIM. **Organização Internacional para as Migrações**. Direito Internacional da Migração – glossário sobre migração. Genebra: Editora Organização Internacional para as Migrações. 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

OIM. **Organização Internacional para as Migrações**. World Migration Report 2022. Genebra – Suíça. ISBN: 978-92-9268-076-3. Disponível: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 13 jun. 2023.

OLIVEIRA, A; BARCELLOS, B. L. A Democracia no governo Nicolás Maduro. **Revista Vernáculo**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 33, p. 153-170, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37177/23162>. Acesso em: 23 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. T. R. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/view/1678>. Acesso em: 26 abr. 2023.

OLIVEIRA, M. F. América do Sul: regionalismo, democracia e desenvolvimento. **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M, C. (orgs.) – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 147-164. ISBN: 978-85-7983-557-5. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ffc-unesp/20170904061721/pdf\\_287.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ffc-unesp/20170904061721/pdf_287.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. P. Venezuela e os antecedentes de uma política externa ativa: petróleo e democracia como elemento da política externa do regime de Punto Fijo. **Revista IMEA/UNILA**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/192>. Acesso em: 08 jun. 2023.

OLIVEIRA, R. P. Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. **Democracia na América Latina**. [recurso eletrônico] – Democratização, tensões e aprendizado. GONZÁLEZ, M. E.; CRUZ, D. U. (orgs.). Buenos

Aires: CLACSO, 387 p. 2017. ISBN: 978-85-93230-30-1. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/74712>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Notícias - Cerimônia no Rio marca encerramento da MINUSTAH. Publicado em 23 out. 17. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/minustah>. Acesso em: 24 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU News – Perspectiva Global Reportagens Humanas**. Estudo alerta sobre “grande onda migratória interna” com crise do clima. 21 set. 21 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1763782>. Acesso em: 31 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência Intergovernamental para Adotar o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular**. Marrakech, Marrocos, 10-11 dez. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PACÍFICO, A. M. C. P. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas**, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Orientadora: Lucia Maria Machado Bogus. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3969/1/Andrea%20Maria%20Calazans%20Pacheco%20Pacífico.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PACÍFICO; A. M. C. P.; GAUDÊNCIO, M. R. B. A Proteção do deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)**. Brasília, ano XXII, n. 43, p. 133-148, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/474>. Acesso em 21 abr. 2023.

PACÍFICO, A. M. C. P.; ALVES, L. A., FARIAS, N. B. C. As Vulnerabilidades socioeconômica, política e ambiental do Haiti face às mudanças climáticas. **Terra**: [livro eletrônico]: qualidade de vida, mobilidade e segurança nas cidades. SEABRA, G. (org.). – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12892842/qualidade-de-vida-mobilidade-e-seguranca-nas-cidades-vol-1>. Acesso em 27 set. 2023.

PAIVA, A. R.; GONÇALVES, A.G. P. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 13, n. 23, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12552>. Acesso em: 20 maio. 23.

PATRIOTA, A. A. Política externa brasileira; discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013). PATRIOTA, A. A., (org.). Brasília: FUNAG, 2016. ISBN: 978-85-7631-615-2. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-215-politica-externa-brasileira-discursos-artigos-e-entrevistas-volume-ii-janeiro-a-agosto-de-2013>. Acesso em: 07 jul. 2023.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. [Recurso Digital]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 978-85-352-6459-3.

PECEQUILO, C. S. As Relações bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011-2014). [recurso digital]. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, jul.-dez. 2014, p. 11-36. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/49932/33163>. Acesso em: 13 maio 2023.

PEDRAZA, L. D. Teoría y metodología de la geopolítica. Hacia una geopolítica de la “construcción de poder”. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas e Sociales**. Universidad Nacional Autónoma de México. v. 52, n. 210, septiembre-diciembre, México. 2010, p. 15-42. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/25972>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PENNAFORTE, C. A Política externa brasileira pós-impeachment: mudança ou estagnação. **XVI Congresso Internacional FoMerco**. 2017. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: [https://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503771154\\_ARQUIVO\\_FOMERCO.pdf](https://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503771154_ARQUIVO_FOMERCO.pdf). Acesso em: 09 jul. 2023.

PÉREZ-GAVILÁN, GUTIÉRREZ DEL CID, A. T.; PÉRES RODRÍGUES, B. N. Prólogo. La Geopolítica del siglo XXI. **Colección Teoría y Análisis**. Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) México. 2017 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org/Mexico/dcsh-uam-x/20201028015811/La-geopolitica-del-siglo-XXI.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PIETRI, A. U. **Golpe y Estado en Venezuela**. [recurso digital]. Edición en Español. Editor Digital: Titivillus, [1992] 2015.

PINHEIRO, J. S. **A Atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Lytton Leite Guimarães. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19957>. Acesso em: 24 maio 2023.

PINTO, S. R. **A Migração de Haitianos para o Brasil e os usos da razão humanitária**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. José Mapril. Instituto Universitário de Lisboa. Portugal, setembro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9161>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PINTO, Simone. R. Haiti: aspectos socio-históricos internos e emigração. **Revistas de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 3. 2019. ISSN: 1984-1639, p. 364-387. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/24646>. Acesso em: 23 maio 23.

PINTO, Sónia. R. Haiti: uma história de emigração e vulnerabilidades anteriores ao terremoto de 2010. **Refugiados ambientais**. Jubilut, L. L. *et al.*, (orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 932 p. ISBN: 978-85-8288-147-7. Disponível em: <https://ufr.br/editora/index.php/editais?download=401:refugiados-ambientais>. Acesso em: 29 maio 2023.

PLATAFORMA R4V. **Análise Conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e imigrantes da Venezuela no Brasil**. Janeiro, 2023. Disponível em:

[https://www.r4v.info/sites/default/files/2023-03/JNA%20v5.1\\_0.pdf](https://www.r4v.info/sites/default/files/2023-03/JNA%20v5.1_0.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Reinvenção dos territórios**: a experiência latino-americana e Caribenha. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. Uma contribuição à Geografia Política científica. **Geopolítica(s) estudios sobre espacio y poder**, v. 2, n. 1, p. 135–156, 15 Dez. 2011. Disponível em: [https://doi.org/10.5209/rev\\_GEOP.2011.v2.n1.37901](https://doi.org/10.5209/rev_GEOP.2011.v2.n1.37901). Acesso em: 27 abr. 2022.

REIS, R. R. A Política do Brasil para as migrações internacionais. **Revista Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=545&sid=75>. Acesso em: 02 ago. 2022.

RIBEIRO, C. A. Introdução. **Discurso sobre o Colonialismo**. Tradução: Anísio Garcez Homem. 2ª ed. São Paulo: Livros e Livros. 2010. 84 p. ISBN: 978-85-7662-057-0.

RIBEIRO, W. C. Guerra e geopolítica após a Segunda Guerra Mundial. (In.) **Segunda Guerra Mundial** – um balanço histórico. COGGIOLA, O. (org.). São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo, FFLCH, 1995, p. 457-474. ISBN: 85-85833-03-3.

RINCÓN, E. *et al.* Petróleo y Desarrollo en Venezuela: un balance a 100 años de su explotación. Período 1914-2014. **MULTICIENCIAS**, vol. 16, n. 1, 2016 (28-38). Núcleo Punto Fijo – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/multiciencias/article/view/22364>. Acesso em: 14 abr. 2023.

RIVAS, R. Venezuela, petróleo y la Segunda Guerra Mundial (1939-1945): un ejemplo histórico para las nuevas generaciones. **Revista Economía**, Facultad de Humanidades, Universidad de los Andes. n. 10, 1994, p. 206-224. Disponível em: <https://www.saber.ula.ve/handle/123456789/19212?show=full>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ROCHA, G. V.; RIBEIRO, N. V. P Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 20, n. 122, out. 2018/jan. 2019, p. 541-563, Brasília, 2018. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/1820/1254/4366>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RODRIGUES, G. M. A., *et al.* Desconstrução dos direitos humanos na política externa brasileira. **As Bases da política externa bolsonarista**. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (orgs.) Santo André: Editora EdUFABC, 2021, p. 89-99. Disponível em: [https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases\\_da\\_politica\\_externa\\_bolsonarista.pdf](https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

RODRIGUES, G. M. N. O Futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário. **Refúgio no Brasil**. A Proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. BARRETO, L. P. T. F. (org.). Brasília: Acnur, 2010. Disponível em: [https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Refugio-no-Brasil\\_-A-protacao-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Americas.pdf](https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Refugio-no-Brasil_-A-protacao-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Americas.pdf). Acesso em: 05 jun. 2023.

RODRIGUES, V. M. A Migração de haitianos para o Brasil no contexto do terremoto de 2010. **Refugiados ambientais**. JUBILUT, L. L. *et al.*, (orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 932 p. ISBN: 978-85-8288-147-7. Disponível em: <https://antigo.ufrr.br/editora/ebook-menu>. Acesso em 29 maio 2023.

RORAIMA. **Decreto 25.681-e de 1º de agosto de 2018**. Disponível em: [https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos\\_Estaduais/2018/25681\\_e.pdf](https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos_Estaduais/2018/25681_e.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

ROUSSEFF, D. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, **Palácio do Planalto**, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-luiz-alberto-figueiredo-machado>. Acesso em: 07 jun. 2023.

RÜCKERT, A. A.; CANEIRO FILHO, C. P.; FONSECA, L. L. Políticas territoriais na União Europeia e no Brasil – América do Sul em contextos de incertezas e de covid-19. **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais** [recurso eletrônico]. COSTA, W. M.; GARCIA, T. S. L. (orgs.). São Paulo: FFLCH/USP, 2022). Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/823>. Acesso em: 03 jul. 2023.

RUSEISHVILI, S. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo. **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. BAENINGER, R.; VEDOVATO, J. L. R.; NANDY, S. (orgs.), Campinas: Nepo/Unicamp, 2020, p. 160-166. ISBN: 978-65-87447-06-3. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-internacionais-e-a-pandemia-covid-19/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

RYBACK, T. W. **A Biblioteca esquecida de Hitler** – os livros que moldaram a vida do *Führer*. Tradução: Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [e-book]. ISBN: 978-85-8086-070-2.

SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. SADER, E. (org.) São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. ISBN: 978-85-7559-328-B.

SALGADO, T. S. Os EUA e o “golpe legal” na Venezuela. **Revista Latino-Americana de História**, v. 8, n. 20 – ago./dez. 2018. ISSN: 2238-0620. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6720926>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SÁNCHEZ, A, T. Entre la continuidad y la novedad: la política exterior de Estados Unidos hacia Venezuela en la era Trump. **El Legado de Trump en un mundo en crisis**. MORGENFELD, L.; RAMÍREZ, M. A. (coord.), p. 469-489 1ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Conselho latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. ISBN: 978-987-813-020-0. Disponível em: [https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\\_detalle.php?id\\_libro=2402&pageNum\\_rs\\_libros=0&totalRows\\_rs\\_libros=1590](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=2402&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1590). Acesso em: 06 maio. 2023.

SANTA MARIA, L. M. V. Una Mirada académica a la disciplina geopolítica para el siglo XXI. Prólogo. La Geopolítica del siglo XXI. **Colección Teoría y Análisis**. Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) México. 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org/Mexico/dcsh-uam-x/20201028015811/La-geopolitica-del-siglo-XXI.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SANT'ANA, P. G. I. **Migração e refúgio**: convergências e contradições entre as políticas implementadas pelo Brasil no século XXI – Brasília: FUNAG, 2022. ISBN: 978-85-7631-867-5.

SARAIWA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, dezembro, 2014, n. 44, p. 25-35. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf). Acesso em 26 abr. 2023.

SARTORETTO, L. M.; BAGGIO, R. C. O Processo de construção do novo marco legal migratório no Brasil: entre a ideologia de segurança nacional e o direito humano de migrar. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 24. n. 3, p. 27-59, set/dez. 2019. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1299>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SASSEN, S. **A Sociology of globalization**. Columbia University. 2007: Contemporary Societies. Series Editor.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: MURACHO, C. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

SCHULDT, J; ACOSTA, A. Petróleo, rentismo y subdesarrollo: ¿una maldición sin solución? **Revista Nueva Sociedad**, n. 204, p. 71-89. 2006. Disponível em: [https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1284480839.acosta\\_001.pdf](https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1284480839.acosta_001.pdf). Acesso em: 08 ago. 2023.

SEITENFUS, R. **Haiti** - dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Editora Unijuí, 1ª ed. 2014.

SEGUY, F. **A Catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese de Doutorado. Orientador, Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/39275805-Franck-seguy-a-catastrofe-de-janeiro-de-2010-a-internacional-comunitaria-e-a-recolonizacao-do-haiti.html>. Acesso em: 21 maio 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. L. R. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interação Sino-Iberoamericana**. 2022; 2(1). p. 1-26. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 08 jul. 2023.

SILVA, J. C. J. Uma Política migratória reativa e inadequada – a migração venezuelana para o Brasil e a Resolução n. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG). **Migrações Sul-Sul**. BAENINGER, R. *et al.*, (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018, 2ª edição. 976 p. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-sul-sul/>. Acesso: 22 fev. 2023.

SILVA, S. A. Brazil, a new Eldorado for Immigrants? the case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. **Urbanities**, v. 3, n. 2, nov. 23. Disponível em: [https://www.anthrojournal-urbanities.com/docs/tableofcontents\\_5/2-Sidney%20Antonio%20da%20Silva.pdf](https://www.anthrojournal-urbanities.com/docs/tableofcontents_5/2-Sidney%20Antonio%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

SIMÕES, G. F.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A, T, R. À Guisa de introdução: Imigração venezuelana no Brasil. SIMÕES, G. F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil\\_Sociodemografico\\_e\\_laboral\\_1\\_venezuelanos\\_Brasil.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil_Sociodemografico_e_laboral_1_venezuelanos_Brasil.pdf). Acesso em: 07 set. 2022.

SOARES, S, A. A Defesa na política externa da Era Lula: de uma defesa elusiva a uma liderança pragmática. **A Política externa brasileira na Era Lula: um balanço**. FREIXO, A. *et al.*, (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, 224 p.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013. ISBN: 978-85-7244-838-3.

SOUZA, R. B. L. **O Desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006**. Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Stefano Florini. Porto Alegre (2018). Disponível em: <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/15360>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: A Lei 6.815, de 1980. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XXIII, n. 45, p. 145-168, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407043483008.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

SPRANDEL, M. A. Lei de Migração: avanços em um contexto de atraso. **A Antropologia e a esfera pública no Brasil**: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário. LIMA, A. C. S. *et al.*, (orgs.) Rio de Janeiro, Brasília: EPapers, ABA Publicações, 2018. Disponível em: <https://www.portal.abant.org.br/aba/files/CAP-000144337137.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

TEIXEIRA JUNIOR, A. W. M. **Geopolítica**: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: InterSaberes, 2017. ISBN: 978-85-5972-336-6.

TONHATI, T. M. P. **The transnational family: migration, family and rituals among Brazilian migrant women in the UK**. 2017. Degree of Doctor of Philosophy in Sociology.

Department of Sociology, University of London, London, January 2017. Disponível em: [https://research.gold.ac.uk/id/eprint/23046/1/SOC\\_thesis\\_TonhatiT\\_2018.pdf](https://research.gold.ac.uk/id/eprint/23046/1/SOC_thesis_TonhatiT_2018.pdf). Acesso em: 6 ago. 2023.

TRIPATHI, A. GIRISANKER S.B. A Rivalidade de recursos entre os EUA e a Rússia no contexto da atual crise venezuelana: os perigos do petro-estado rentista. **Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.9, n. 17, jan./jun. 2020, p. 92-110. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/98628/57555>. Acesso em: 07 abr. 2023.

TROUILLOT, M-R. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução: Sebastião Nascimento. – Curitiba: Huya, 2016. 263 p. ISBN: 978-85-67498-04-1.

UEBEL, R. R. G. O Redirecionamento da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Estudos internacionais. Revista de relações internacionais**. v. 4, nov. 2016. p. 27-44. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4n1p27>. Acesso em: 26 abr. 2022.

UEBEL, R. R. G. Análise da Política Externa Migratória Brasileira para a América Latina e África dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff: Rupturas e Continuidades. **6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. PUC, MG. 25 a 28 jul. 2017. Área temática: Análise da Política Externa. Disponível em: [https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1497374970\\_ARQUIVO\\_ArtigoA\\_BRI2017.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1497374970_ARQUIVO_ArtigoA_BRI2017.pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.

UEBEL, R. R. G. **Política migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. Tese de Doutorado. Orientadora: Prof. Dra. Sonia Maria Ranincheski. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre-RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188410>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UEBEL, R. R. G. Geopolítica das migrações internacionais para o Brasil: os novos conceitos de política externa migratória, hiperdinamização das migrações e migrações de perspectiva. **XIII ENANPAGE: A Geografia brasileira na ciência-mundo**. 2 a 7 de setembro de 2019. São Paulo, 2019a. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/3507/3361>. Acesso em: 21 jan. 2023.

UEBEL, R. R. G. Migrações venezuelanas para o Brasil: considerações geopolíticas sobre a atuação governamental brasileira. **Aldea Mundo**, v. 24, n. 48, p. 69-80. 2019b. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/543/54364091007/html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

UEBEL, R. R. G. **Governança migratória na administração Rousseff: panoramas e o visto humanitário**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 16, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 06 jul. 2023.

UEBEL, R. R. G.; RANINCHESKI, S. Pontes ou muros? As Diferentes ações dos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em relação às migrações internacionais para o território brasileiro. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2. 2017, p. 79-100. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51975>. Acesso em: 08 jul. 2023.

UZCÁTEGUI, R. **Venezuela: la revolución como espectáculo**. Una crítica anarquista al Gobierno bolivariano. Caracas-Madrid-Tenerife-Buenos Aires: El Libertario/Editorial La Cucaracha Ilustrada/La Malatesta Editorial/Tierra de Fuego/Libros de Anarres, 2010. ISBN: 978-84-937144-5-1. Disponível em: [https://periodicoelamanecer.files.wordpress.com/2012/10/venezuela\\_revolucion\\_como\\_esp\\_etaculo.pdf](https://periodicoelamanecer.files.wordpress.com/2012/10/venezuela_revolucion_como_esp_etaculo.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

VALLER FILHO, V. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007, 396 p. ISBN: 978-85-7631-082-2.

VALENTE, L. A Política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. **Boletim Tempo Presente**, n. 07, de 12 de 2013, p. 01-25. ISSN: 1981-3384. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/indez.php/tempopresente>. Acesso em: 01 maio 2023.

VASCONCELOS, D. B. A Geografia das drogas no continente americano: entre o poder hegemônico e a periferia. **Geografia e política da América do Sul** [recurso eletrônico]: interação e conflitos. COSTA, W. M.; VASCONCELOS, D. B., (orgs.). São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 187-201. ISBN: 978-85-7506-355-2. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/America%20Latina/Geografia%20e%20geopol%C3%ADtica%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VASCONCELOS, I. S.; MACHADO, I. J. R. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão humanitária nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 107-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/4hzGrGZdnBGsgsch6SCLgpw/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2023.

VASCONCELOS, I. S.; SANTOS, S. M. A. La Dieta de Maduro; migração venezuelana, geopolítica e alimentação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 13, n. 26, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13147>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VELASCO JÚNIOR, P. A. País polarizado em uma região desarticulada: variáveis de uma crise sem fim na Venezuela. (e-book). **A Venezuela em perspectiva: análises e depoimentos**. VELASCO JÚNIOR, P. A.; AZEVEDO, P. R. P. R. M. (orgs.). Curitiba: Appris, 2022.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas

Sociais, 2009. O Uso do método comparativo. p. 4-7. ISBN: 978-85-99662-92-2. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

VENEZUELA. **Consejo Nacional Electoral**. Divulgación Precidenciales 2013. 14 abr. 13. Disponível em: [http://www.cne.gov.ve/divulgacion\\_presidencial\\_2013/](http://www.cne.gov.ve/divulgacion_presidencial_2013/). Acesso em: 23 abr. 2023.

VENEZUELA. **Instituto Nacional de Estadística**. Crecimiento demográfico. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CrecimientoDemografico/html/CrecDemof.html>. Acesso em 23 abr. 2023.

VENTURA, D. Lei de Imigração. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. CAVALCANTI, L. *et al.*, (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

VIEIRA, G. D.; DE SÁ, M. A. Novas configurações geopolíticas no pós-Guerra Fria e os muros do mundo contemporâneo. **4º Congresso Internacional de Direitos Humanos, CONIDIH**, 20-22 nov 2019, Campina Grande, PB. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conidih/2019/PROPOSTA\\_EV128\\_MD3\\_ID774\\_04102019113121.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conidih/2019/PROPOSTA_EV128_MD3_ID774_04102019113121.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47, Journal of global studies**, n. 20: e20011, 2019, p. 01-16. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chavéz. **Revista Estudos Avançados**, 19 (55), 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10100>. Acesso em 19 jun. 2023.

VILLAMAR, M. C. V. Multilateralismo, crise e migração venezuelana: o Grupo de Lima e o Processo de Quito em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS**, v. 13, n. 26, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10787>. Acesso em: 26 abr. 2023.

VILLEN, P. O Recrutamento de médicos migrantes pelo Programa Mais Médicos e as particularidades do caso cubano. **Migrações Sul-Sul**. Baeninger, R.; *et al.*, (orgs.). Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. 2ª ed. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

VISENTINI, P. F. A Política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). **Venezuela: visões brasileiras**. GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H, (orgs.). Brasília: IPRI, 2003. ISBN: 85-7631-004-X. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela\\_Visoes\\_Brasileiras.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoes_Brasileiras.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.

VISENTINI, P. F. **As Grandes potenciais e dos conflitos mundiais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

WEISBROT, M; SACHS, J. **Sanções Econômicas como punição coletiva: o caso da Venezuela.** Washington, DC: CEPR 2019. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ŽIŽEK, S. **A Economia dos refugiados.** Publicado no Blog Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/21/zizek-a-economia-politica-dos-refugiados/>. Acesso em: 29 maio 2023.